



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE DIREITO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ADRIANO LUIZ OLIVEIRA

***HOMO SACER E A VIDA QUE NÃO MERECE SER VIVIDA: UMA
AUTOETNOGRAFIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL***

BRASÍLIA

2022

ADRIANO LUIZ OLIVEIRA

***HOMO SACER E A VIDA QUE NÃO MERECE SER VIVIDA: UMA
AUTOETNOGRAFIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL***

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Profa. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho.

Brasília - DF

2022

ADRIANO LUIZ OLIVEIRA

***HOMO SACER E A VIDA QUE NÃO MERECE SER VIVIDA: UMA
AUTOETNOGRAFIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL***

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho – Presidente da banca

Programa de Pós-Graduação em Direito – UnB

Profa. Dra. Camila Cardoso De Mello Prando – Examinadora interna

Programa de Pós-Graduação em Direito – UnB

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto – Examinador interno

Programa de Pós-Graduação em Direito – UnB

Profa. Dra. Karina Biondi – Examinadora externa

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

À minha querida orientadora.

À minha primeira neta, recém-chegada, Maria Alice.

AGRADECIMENTOS

À Professora Ela Wiecko Volkmer de Castilho, pelo apoio incondicional, pela orientação, pela paciência e pela amizade. A sua simplicidade sempre foi minha inspiração. O seu profundo conhecimento acadêmico é admirável, assim como a generosidade com a qual o compartilha.

Ao Grupo Candango de Criminologia Crítica – GCCrim, liderado pela minha querida orientadora. O ingresso no grupo foi minha porta de entrada para a Faculdade de Direito da UnB.

Ao Professor Miroslav Milovic, que depositou confiança no potencial do meu projeto e ajudou no caminho da Filosofia do Direito e do pensamento crítico. O Miro me ensinou que a Filosofia é um conhecimento que deve ser aplicado na nossa vida e que tem que dar respostas para o aqui e agora, como ele gostava. É por meio dessa prática que as mudanças sociais se tornam possíveis.

Agradeço ao professor Menelick de Carvalho Netto e à professora Karina Biondi, pela honra e privilégio de tê-los na composição da banca de defesa.

Aos/às professores/as do PPGD-FD-UnB pelo apoio durante todo o curso, em especial às professoras Beatriz Vargas e Camila Prando.

Aos/às servidores/as da Secretaria da PPGD-FD-UnB, em especial à Euzilene, que sempre se mostrou prestativa.

À minha esposa, que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis. Sem ela, seria muito mais difícil minha sobrevivência no sistema penitenciário.

À minha mãe, Maria Zenilda, a principal personagem da minha vida que embora distante fisicamente, está sempre presente e me apoiando.

À minha falecida avó, Antônia do Rosário, que tanto valorizava o ensino público de qualidade. Sei que de onde ela estiver, estará orgulhosa de mim.

Ao meu falecido pai, Luiz Antônio. Embora tenhamos convivido pouco em razão do seu falecimento precoce, sempre esteve presente nas minhas lembranças.

Aos meus filhos, Luiz Fernando e Mariana, pelo imenso privilégio de ser pai. Eles me ensinaram o que é o amor incondicional.

Aos meus amigos Arno, Pereira, Armando, José Ricardo e Luiz Cláudio por estarem presentes na minha vida no momento certo.

Aos meus amigos Welliton Caixeta, Thayse Edith e Renato Caixeta, que muito contribuíram com ideias advindas de diálogos com muito afeto.

À Rose, companheira do Miro, que muito colaborou com a realização dessa pesquisa, sempre pronta para me esclarecer as dúvidas sobre o pensamento do Professor Miroslav.

Aos advogados e amigos João Marcos Braga, Izabela Jamar e Katiuscia Alvim, que acompanharam minha angústia.

Finalmente, agradeço a todos/as que de alguma forma contribuíram e me apoiaram durante a realização do Mestrado. Foi um convívio muito proveitoso.

RESUMO

OLIVEIRA, Adriano Luiz. ***Homo Sacer* e a vida que não merece ser vivida: uma autoetnografia no sistema penitenciário do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

A figura do *homo sacer*, resgatada pelo filósofo italiano Giorgio Agamben para explicar a origem da política, se assemelha à figura do presidiário inserido no sistema penitenciário brasileiro. Assim, a partir da experiência vivida ao longo de três anos preso no sistema penitenciário do Paraná e do Distrito Federal, realizei esta autoetnografia. Parto da perspectiva biopolítica elaborada por Michel Foucault e continuada por Agamben, no sentido de que a vida nua e sua exposição ao poder soberano é a situação vivenciada pelos internos no sistema penitenciário. Ao mesmo tempo em que são capturados pela lei, são abandonados por ela no que diz respeito aos direitos básicos dos cidadãos. Vidas sem valor são expostas à morte no sistema penitenciário e a figura do presidiário como inimigo da sociedade é o fundo biopolítico que permite que sua vida não seja merecedora de valor, mesmo a prisão mostrando sua ineficiência sendo a modalidade mais utilizada. Dessa maneira, a prisão como reprodutora de dor e sofrimento, criminalidade e exposição da vida à morte deve ceder espaço para o desejo de liberdade e formas mais racionais de a sociedade lidar com os seus conflitos como o abolicionismo, por exemplo.

Palavras-chave: Abolicionismo; biopolítica; *homo sacer*; inimigo social; prisão.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Adriano Luiz. *Homo Sacer AND THE LIFE THAT DOES NOT DESERVE TO BE LIVED*: a autoethnography in the penitentiary system of the Federal District. Dissertation (M.Sc.) - Postgraduate Program in Law, University of Brasilia, Brasília, 2022.

The figure of the homo *Sacer*, rescued by the Italian philosopher Giorgio Agamben to explain the origin of politics, resembles the figure of the prisoner inserted in the Brazilian prison system. From the experience over three years imprisoned in the penitentiary system of Paraná and the Federal District performed this autoethnography. I start from the biopolitical perspective elaborated by Michel Foucault and continued by Agamben, in the sense that naked life and its exposure to sovereign power is the situation experienced by inmates in the prison system. At the same time that they are captured by the law, they are abandoned by it with regard to the basic rights of citizens. Worthless lives are exposed to death in the penitentiary system. The figure of the prisoner as the enemy of society is the biopolitical fund that allows his life not to be worthy of value. Even the prison showing its inefficiency, is still the most used modality. Prison as a breeding ground of pain and suffering, criminality and exposure of life to death, must give way to the desire for freedom and more rational ways for society to deal with its conflicts, such as abolitionism, for example.

Keywords: Abolitionism; biopolitics; *homo sacer*; social Enemy; prison.

LISTA DE SIGLAS

CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
DCPI	Delegacia de Capturas e Polícia Interestadual (DF)
DPOE	Diretoria Penitenciária de Operações Especiais
DVC	Delegacia de Vigilância e Captura (PR)
GCCRIM	Grupo Candango de Criminologia, Repensando a Sociedade, o Controle Penal e o Sistema de Justiça.
GEAIT	Gerência de Assistência Social da Penitenciária
IML	Instituto Médico Legal
LEP	Lei de Execução Penal
MP	Ministério Público
NUSUP	Núcleo de Suprimentos
SESIPE	Subsecretaria do Sistema Penitenciário do DF
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta baixa do bloco 5

Figura 2 – Percurso da entrada do complexo penitenciário até o CDP

Figura 3 – Cella do Bloco 1

Figura 4 – Aspecto geral da cela individual do Bloco 1, Ala E

Figura 5 – Aspecto geral da cela individual do Bloco 2, Ala C

Figura 6 – Banheiro no Bloco 3, Ala C

Figura 7 – Cella do Bloco 2

Figura 8 – Chuveiro da cela 8 do Bloco 1

Figura 9 – Aspecto geral da cela individual do Bloco 5, Ala A

Figura 10 – Cella 1 do Bloco 5

Figura 11 – Cella 1, Ala A do Bloco 5

Figura 12 – Banheiro da cela do Bloco 5, Ala B

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CHEGADA NA PRISÃO.....	15
2 A SEGUNDA CHEGADA NA PRISÃO	59
3 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	84
4 A PROGRESSÃO PARA A SAÍDA.....	124
5 A SAÍDA?	135
BIBLIOGRAFIA.....	147

INTRODUÇÃO

Este trabalho autoetnográfico se desenvolveu durante os três anos em que permaneci preso no sistema penitenciário do Paraná, inicialmente e por um tempo menor, e no Sistema Penitenciário do Distrito Federal, do ano de 2015 até 2018, quando então consegui o benefício do trabalho externo e, seis meses depois, a progressão para o regime aberto.

Escolhi a autoetnografia por entendê-la como uma abordagem metodológica que busca requalificar a relação entre objeto e observador, ressaltando a importância dessa interação e da experiência pessoal do pesquisador como forma de construção do conhecimento. (JONES; ADAMS; ELLIS, 2013)

A pesquisa social busca a impessoalidade. Já a autoetnografia estuda a experiência pessoal como elemento importante para o estudo da vida cultural com essa abordagem. A autoetnografia valoriza a experiência pessoal no contexto das relações e práticas sociais, de modo a revelar o conhecimento de dentro do fenômeno.

Isso possibilita o acesso aos aspectos da vida cultural que não são possíveis de serem acessados por meio da pesquisa convencional. O pesquisador não precisa renunciar a sua subjetividade, pois pode refletir nas consequências do seu trabalho não só para os outros, mas para o próprio pesquisador, que pode dar voz e integrar ao seu emocional, espiritual, intelectual, corporal e moral.

A autoetnografia, assim, tem sido utilizada para criticar discursos dominantes e hegemônicos pautados pela colonização ocidental. Sua perspectiva epistêmica não vai contra a objetividade dos outros métodos de pesquisa, pois deve ser compreendida mais como uma postura de negação da suposta neutralidade. Entendo que não existe neutralidade nem quando lemos, tampouco quando escrevemos.

Na autoetnografia, escreve-se pessoalmente, mostrando emoções e vulnerabilidades que desafiam o texto ortodoxo, o qual pretende ser objetivo, super-racional e textualmente distanciado. A pesquisa convencional, mesmo no campo das Ciências Sociais, é ditada pela cultura ocidental dos países industrializados, ricos e colonizadores, constrói com a perspectiva positivista, um conjunto de normas a serviço do projeto filosófico da modernidade¹.

¹ A Modernidade filosófica aqui pode ser entendida como o cogito cartesiano, que coloca o indivíduo como centro do pensamento. Não mais se busca os fundamentos na natureza ou na religião, podendo ser considerado o marco inicial da Modernidade.

A autoetnografia parte do pressuposto de que o conhecimento não tem como ser neutro, nem dentro das instituições educacionais, tampouco fora delas. Isso faz com que a autoetnografia sirva à justiça social, como componente político que busca revelar e explicitar as injustiças sofridas em tempos e espaços sociais particulares.

A escolha da autoetnografia foi natural em razão da minha imersão no campo e sua potencialidade em revelar o cotidiano prisional, onde não existia a possibilidade do confortável distanciamento que o pesquisador etnográfico pode dispor quando se afasta dos nativos² para escrever. Além disso, sequer a possibilidade de uma leitura tranquila, pois o ambiente carcerário é muito barulhento e imprevisível, a tensão existe em todos os momentos.

O afastamento se deu depois da minha saída da prisão, quando então pude cruzar as informações de campo com a teoria, e penso que essa imersão total no campo me trouxe mais vantagens que desvantagens. Digo isso porque a imersão nesse campo específico faz com que a experiência deixe marcas profundas e faça com que a lembrança seja permanente. Sair do campo, organizar as ideias e não perder a disposição de dar voz aos esquecidos de modo privilegiado foi o objetivo do trabalho.

Esse privilégio se dá em razão da proximidade que consegui ~~des~~ com os “nativos”³, por compartilhar das mesmas condições de vida, da mesma realidade, sofrer as mesmas violências, o que possibilitou conversas sem preocupação, medo ou desconfiança, que sempre acompanham entrevistas com pesquisadores que apenas visitam o cárcere.

Desse modo, as conversas, entrevistas e o próprio relato de campo se revestem de mais veracidade a respeito do que realmente ocorre dentro da prisão e fora dela, depois da liberdade. Ademais, vale ressaltar, os nomes usados são fictícios, visando preservar as identidades dos sujeitos envolvidos e tenho contato, até hoje, com alguns colegas internos, o que possibilita

² Viveiros de Castro (2002), em *O nativo relativo*, esclarece que o nativo é aquele sobre o qual o antropólogo discorre sobre seu discurso. O nativo não precisa ser especialmente selvagem ou oriundo do local onde a pesquisa é realizada, tampouco ele é necessariamente um sujeito tradicional, desprovido de conhecimento que o caracterize como outro, tal como o antropólogo, por exemplo. Mais especificamente na página 114, pontua que, quando antropólogo e nativo compartilham da mesma cultura, a relação do antropólogo com a sua cultura é diferente da relação do nativo com sua cultura. Prossegue, dizendo que o que faz do nativo um nativo, é a pressuposição, por parte do antropólogo, de que a relação do primeiro com sua cultura é natural, isto é, intrínseca e espontânea e, se possível, não reflexiva, sendo melhor ainda se for inconsciente. O questionamento é acerca da relação sujeito x objeto do conhecimento e a suposta autoridade do antropólogo diante do nativo.

³ Entendo por nativos os participantes do contexto penitenciário na condição de internos. Entre aspas porque pretendo desenvolver a ideia de um envolvimento completo, o que me torna um nativo também.

traçar o doloroso momento da saída, que ao se verem soltos, descobrem que não têm o apoio da família, fazendo com que o abandono seja uma das principais consequências do cárcere.

Como marco teórico, a pesquisa orientou-se pela biopolítica, seguindo Michel Foucault e Giorgio Agamben, a fim de verificar os efeitos do exercício do poder soberano sobre vida sem valor. Procuo analisar, dentro do paradigma biopolítico adotado, como a construção do inimigo é necessária para que o sistema penitenciário exista na forma que nos é apresentada cotidianamente, como barbárie naturalizada com amplo apoio social e político, sendo explícito o uso do direito e, ao mesmo tempo, a negação dele.

Utilizo os conceitos de *homo sacer*, poder soberano e campo, do filósofo Giorgio Agamben, a fim de demonstrar o paralelismo com a situação vivenciada e compartilhada no sistema prisional do Distrito Federal. Assim, trabalhando esses conceitos de Agamben com o referencial do professor Miroslav Milovic, procuro destacar a despolitização no que diz respeito aos assuntos relacionados às questões que envolvem a vida de seres humanos, que são deixados em segundo plano.

O sistema não precisa das pessoas, ele só precisa funcionar. Palavras sempre repetidas pelo Miro em sala de aula sobre esse modo de funcionar sem pensar, que deixa sem fundamento as práticas violentas e desumanas cotidianas no sistema penitenciário. Para tanto, como premissa inicial, procuro demonstrar que as práticas penitenciárias, vividas e compartilhadas, estão dissociadas de qualquer fundamento, seja racional, empírico ou democrático.

A hipótese é de que a prisão é o local onde acontece a exclusão da proteção da lei (a prisão em momentos extremos), sendo ao mesmo tempo o espaço destinado aos capturados por essa mesma lei (prisão), materializando aquele que é ao mesmo tempo, capturado e abandonado pela lei, o *homo sacer*.

Para que o sistema prisional funcione, não são necessários os seres humanos, eles podem ser descartados, o que é importante é o mero funcionamento dele, sendo fundamental que seja criada e alimentada a imagem do inimigo, responsável pela contaminação da sociedade e, portanto, podendo ser eliminado sem que isso configure crime. Instaurando, assim, a relação soberana, a qual o *homo sacer* é exposto à morte no sistema prisional.

Essa imagem de inimigo social é apresentada à sociedade por meio de diversas práticas com a finalidade de naturalizar a inferioridade moral e até biológica do presidiário. Isso o torna

merecedor tanto do tratamento desumano dentro das prisões, como da exposição da sua vida à morte, na medida em que o inimigo é responsável pela contaminação do organismo saudável.

No primeiro capítulo, intitulado “A chegada na prisão”, descrevo como foi minha prisão e minhas impressões iniciais do sistema penitenciário do Paraná, onde fui preso. Exponho as reflexões de Foucault a respeito da biopolítica e introduzo Giorgio Agamben como continuador das pesquisas a respeito do exercício da biopolítica no mundo contemporâneo.

Agamben procura chegar às consequências dessa biopolítica, que expõe a vida dos *homo sacers* nos campos construídos pela modernidade. Entendendo a prisão como o campo conceituado por Agamben, traço relações com a vida no interior do presídio com a vida matável e insacrificável do homem sacro.

No segundo capítulo, que intitulei “A chegada na segunda prisão”, conto minha transferência de Curitiba para Brasília, minha estada na carceragem provisória e minha chegada à Papuda. Relato a diferença do tratamento dos agentes penitenciários do Paraná para o tratamento dos agentes da Papuda, bem como a convivência no pátio da ala A, do bloco 5.

No capítulo três, cujo título é “Estratégias de sobrevivência”, relato sobre a minha transferência da ala A para a ala B, do bloco 5, onde passei a maior parte do tempo preso. Mostro um pouco da dinâmica do pátio, onde existiam os “poderosos”, presos com potencial financeiro ou político, e os demais.

No último capítulo, que nomeei como “A progressão para a saída”, procuro mostrar o tratamento desumano recebido no sistema penitenciário. Na “saída?”, teço considerações acerca da inutilidade da prisão que, tal como existe, não evita o cometimento de crimes e só provoca dor e sofrimento.

A prisão não evita o cometimento de crimes, não tutela nenhum bem e provoca reincidência. Defendo como saída o abolicionismo penal. Embora tenha saído da prisão há quatro anos, sinto que as marcas não se apagarão. A dor provocada pela prisão não tem sentido.

1 A CHEGADA NA PRISÃO

Tenho que dividir a minha chegada na prisão em dois momentos, a chegada no Complexo Médico Penal, na cidade de Pinhais, no Paraná, e a chegada na Papuda, em Brasília. Faço isso porque foram experiências diferentes do ponto de vista da objetivação do sujeito como produto das relações de poder.

Isso quer dizer que os efeitos da anulação da subjetividade em prol de um mecanismo de poder foram sentidos muito mais num momento do que em outro. Essa percepção é fácil, comparando o modo de tratamento destinado ao preso no Paraná e no Distrito Federal.

Durante quase um ano eu permaneci como foragido, com mandado de prisão expedido, aguardando decisão no HC – Habeas Corpus impetrado junto ao STF – Supremo Tribunal Federal. O relator, Ministro Teori, havia concedido a ordem na Turma, determinando a anulação da Ação Penal. Ocorre que a Ministra Carmen afetou o plenário, postergando assim a decisão que eu acreditava que seria favorável.

Eu havia sido aprovado na seleção de mestrado na Universidade de Brasília em 2015, frequentei a aula no primeiro semestre, mas, pelo fato da decisão ter transitado em julgado no STJ, pela perda do prazo para recorrer, tive que fugir no decorrer do mestrado, pois com o trânsito em julgado, foi expedido o mandado de prisão. Eu aguardava a decisão do Supremo.

No início da fuga, tomava todos os cuidados que achava pertinente a um fugitivo, só usava dinheiro e ficava na casa de conhecidos. Depois de quase um ano, os cuidados diminuem e as chances de ser preso aumentam.

Como tive dificuldades logísticas, advindas da suspensão do pagamento dos meus vencimentos, resolvi ficar na casa da minha mãe, certo de que não haveria grande esforço para prender alguém condenado a 6 anos e 6 meses de prisão, pois existiam criminosos mais procurados, condenados a penas maiores.

Essa impressão era corroborada pela opinião do meu irmão, agente penitenciário do Paraná, com quem eu dividia meu cotidiano, pois morava na casa de Curitiba, da minha mãe, que reside em Matinhos, no litoral do Paraná.

Ledo engano, pois na manhã do dia 05/08/2015, acordei cedo como de costume. Meu irmão desempenhava a função de vice-diretor de um estabelecimento penal em Curitiba, em razão disso, não fazia plantões, mas tinha rotina diária de trabalho, das 7 horas até às 18 horas.

Tinha o hábito de me levantar cedo, fazer o café e conversar com meu irmão antes que ele saísse para o trabalho. A rotina se desenvolveu como de costume. Como o dia aparentava sol, após a saída do meu irmão, separei algumas calças jeans e coloquei na máquina de lavar para aproveitar o tempo bom que se anunciava.

A máquina de lavar roupas parou de trabalhar, é preciso estender a roupa e aproveitar o escasso sol de agosto em Curitiba! Somente calças jeans, minhas e do meu irmão, facilitaram o trabalho.

Estendi no varal que fica na parte da frente da casa, onde bate mais sol pela manhã. Acabei de estender as roupas, acendi um cigarro e fiquei na garagem fumando, coisa rara de acontecer, pois eu procurava ficar o dia todo dentro de casa, com as janelas e cortinas fechadas. Nunca atendi quem chamava no portão.

Levava tão a sério isso, que certa vez, um amigo do meu irmão que mora em São Paulo, resolveu aparecer sem avisar. Ele chegou por volta das 10 horas da manhã e bateu no portão. Como não o reconheci, não o atendi. Principalmente porque pensei ser policial, com jaqueta de couro, óculos escuros e um veículo que me pareceu ser uma viatura descaracterizada. Ele ficou esperando até o meu irmão voltar do trabalho, pois não tinha o número novo para avisar que tinha chegado em Curitiba. O passar do tempo faz relaxar com os cuidados. Voltemos ao dia 5 de agosto.

Um rapaz jovem, cabelos e olhos claros, de boné, apareceu no portão com uma embalagem na mão como se estivesse procurando o destinatário da encomenda e me perguntou de uma pessoa desconhecida. Naquele momento, um frio percorreu minha espinha e um aviso acendeu: é polícia.

Tentando responder com naturalidade, disse que não havia ninguém com aquele nome. O policial agradeceu e se afastou do portão de ferro, saindo do meu campo visual, momento em que saí da garagem e entrei na casa da minha mãe pela porta principal.

Assim que entro na sala, observo pela janela dois policiais empurrando o portão de ferro de correr que dá acesso à garagem, que estava destrancado no momento, com armas em punho e gritando: polícia! Nesse momento, retornei em direção à porta da sala com o objetivo de aparecer desarmado e mostrar minha intenção de me entregar sem resistência.

Eram oito policiais no total, divididos em três viaturas descaracterizadas. Fizeram uma breve busca na residência procurando por armas. O policial que tinha me interpelado no portão apareceu com um colete a prova de balas, quando respondi que era do meu irmão, fato que hoje eu acredito que eles já sabiam, pois não houve outro questionamento a respeito.

Havia um policial de origem oriental, que pegou minha carteira sobre a estante da sala, retirou minha identidade funcional do TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e se referiu a mim como colega, me dizendo que não teria esculacho, o que me fez pensar que esculacho poderia ser o alvo do mandado de prisão colabora. Algum tempo depois, eu percebi que o esculacho não era destinado apenas aos que não colaboravam, era a principal marca do sistema penitenciário que eu estava prestes a conhecer.

No sentido de não me expor aos vizinhos, o policial disse que colocariam a viatura na garagem, o que achei risível depois de toda a gritaria que fizeram quando do momento da prisão. No caminho da delegacia, diante do futuro próximo, um turbilhão de pensamentos me invadiu e provocou muita apreensão. Obviamente, senti em Curitiba o desespero de estar prestes a entrar num presídio pela primeira vez, isso era minha maior preocupação.

Fui levado à Delegacia de Vigilâncias e Capturas – DVC, onde fui ouvido informalmente pelo Delegado de Polícia e fiquei aguardando minha transferência para o Sistema Penitenciário no próprio balcão da delegacia. Não fui encaminhado à carceragem pela benevolência do referido delegado e fiquei aguardando junto com os agentes de plantão, devidamente algemado, mas com certa liberdade para usar o telefone e talvez tentar fumar um cigarro.

Como era próximo da hora do almoço, eu tive tempo de ligar para minha esposa e para o meu irmão, informando da minha prisão. Depois de aproximadamente meia hora, meu irmão chegou na delegacia com meus medicamentos e alguns maços de cigarro. Não tinha noção ainda de que essa seria a última vez que veria meu irmão, e que levaria mais de 3 anos para reencontrá-lo, pois tinha muita convicção no HC em curso no STF e na liberdade que seria concedida em breve.

O agente que ficou no balcão na hora do almoço, sabendo que eu queria fumar, me perguntou se eu tinha cigarros, tendo respondido que tinha no bolso da calça. Ele me disse que iria ver se o delegado tinha saído para almoçar, caso em que ele permitiria que eu fumasse. Infelizmente, nesse dia, o delegado não saiu para o almoço e eu não pude fumar.

Preparado os “papéis” para meu encaminhamento, fui levado ao IML para o exame de praxe, onde pude fumar um cigarro do lado de fora da viatura. Dali partimos para o Complexo Médico Penal, onde finalmente me entregariam para o sistema penitenciário. Como o Complexo fica na Região Metropolitana de Curitiba, distante do centro da cidade, o deslocamento demorou aproximadamente meia hora, tempo suficiente para que todas as angústias aflorassem: o que me espera?

Chegamos no Complexo Médico Penal por volta das 15 horas e, depois de passar por uma portaria central que não lembrava um presídio. Hoje se mostra claro para mim que se tratava inicialmente de um hospital que foi “adaptado” para uma parte funcionar como hospital, como originalmente concebido, e o restante como uma prisão de segurança máxima, devido a superlotação do sistema.

Depois da portaria principal, a viatura passou por algumas áreas verdes até que parou diante de uma construção que ela sim, revelava uma arquitetura mais próxima de um presídio, com um portão de ferro com a “bocuda”⁴ e uma guarita ao lado do portão, com vidro blindado para a observação externa.

Depois de muita insistência dos policiais civis, finalmente o portão de ferro se abre e o agente prisional recebe os papéis e, de má vontade, lê e observa que não tem como negar a minha entrada e me recebe dos policiais civis. Esse agente prisional me encaminhou até uma cela e pegou minhas sacolas, uma com medicamentos e outra com cinco maços de cigarro e pergunta o porquê dos itens.

Expliquei que os remédios eram psiquiátricos e que precisava deles, pois fazia uso contínuo há mais de quatro anos. Separou a sacolinha com medicamentos e me perguntou do cigarro, tendo eu respondido que era fumante. O agente, então, me disse que ali era um complexo médico e que era proibido o tabagismo, perguntando, em seguida, se ele “poderia” ficar com os maços de cigarro. Por óbvio, respondi que sim, imaginando que não teria outra alternativa. Me senti impotente diante daquele agente, senti, no seu sarcasmo, que não tinha outra opção senão ser subjugado e responder educadamente que ele podia se apropriar do que não era dele.

⁴ Bocuda é uma abertura na porta de metal da cela, que possibilita a observação e a passagem de alimentos, medicação ou outro objeto pequeno. A porta é completamente fechada com chapas de aço. Nas portas que são feitas de grades, não há a necessidade da bocuda.

O contato inicial foi como o esperado. Minha iniciação na Criminologia Crítica do GCCrim⁵ já me advertia para isso.

Depois de algum tempo, o agente penitenciário abriu a cela e mandou eu sair. Caminhamos por um corredor amplo que lembrava uma escola, até chegarmos em um agente de pele morena e careca, estatura baixa e magro, era o chefe de segurança do presídio.

Embora meu irmão tivesse me alertado que não era para eu falar para ninguém do nosso parentesco porque, em razão dele ter trabalhado na corregedoria, tinha muitos inimigos dentre os colegas, no desespero do momento, achei que devia falar do meu irmão.

Enoque era seu nome. Ouvi com atenção e certa surpresa, demonstrando conhecer meu irmão. Falei do regime inicial do cumprimento da minha pena, semiaberto, ao que comentou não entender a razão de terem me levado para lá, pois se tratava de uma penitenciária de segurança máxima, destinada somente ao regime fechado.

Hoje, que tenho acesso ao meu processo de execução, sei que fui encaminhado pelo delegado para realizar tratamento médico. Fez parte do não esculacho me encaminhar para o melhor presídio que o delegado tinha a sua disposição, segundo me falou na ocasião. Deve ter se impressionado pela minha sacola de medicamentos.

Depois dessa breve conversa, ele mandou que outro agente me levasse até a ala hospitalar. Fui algemado com marca-passo, aquela algema que se usa no tornozelo, que se chama assim porque limita o passo de quem usa.

Enquanto caminhávamos de um prédio para outro menor, do outro lado de uma pracinha e jardim, o novo agente que me conduzia me perguntou qual crime eu havia cometido. Respondi que era crime financeiro contra a Fazenda Pública, quando atuava como servidor do tribunal. Ouvi uma lição de moral do referido agente, me questionando se meu salário não era suficiente. Fui colocado de frente para a parede, no corredor que dá acesso ao consultório médico. Pude ouvir o médico questionando ao agente que tinha me levado a razão para eu estar ali, tendo este respondido que teria sido ordem do Seu Enoque.

Mandou que o agente me levasse até ele, um senhor sisudo, grisalho, que pouco olhou para mim enquanto perguntava a minha situação médica. Mesmo percebendo a contrariedade

⁵ Grupo Candango de Criminologia, vide lista de siglas, p. 07 e agradecimentos.

do médico em me receber no hospital diante do meu quadro que para ele não dispensaria cuidados especiais, falou para a enfermeira que acompanhava a consulta que me alocasse na cela 01 onde, naquele dia, havia morrido a Sheila.

Diante do turbilhão de pensamentos que tomava conta de mim, passou despercebida a mensagem de que uma pessoa havia morrido na cela 1, naquele dia. Outro agente penitenciário assumiu minha escolta e me levou até a cela, que depois percebi ser a primeira de um corredor com 10 celas. Entramos nela e pude sentir o ambiente, percebi que muitas pessoas tinham morrido ali, o que conferia uma atmosfera pesada à cela.

O agente, então, pediu para que eu manuseasse as pulseiras, sendo uma de couro, presente do meu filho, e outra de artesanato com as cores da bandeira da Jamaica, presente da minha filha. Apertei as pulseiras, de modo a mostrar que não havia nada escondido.

Até aquele momento eu não estava habituado às rotinas da prisão, não conhecia as maneiras como internos procuravam estabelecer sua resistência, pensando formas de ingressar nas unidades com objetos proibidos. Não precisava ter esse tipo de cuidado, pois eu era novato, não tinha ainda tido acesso a esse conhecimento.

Antes de sair da cela, perguntou se eu precisava de alguma coisa. Fiz menção ao cigarro, um pouco sem jeito, depois da informação de que ali era um hospital. Ele sorriu e disse que poderia resolver isso para mim. Notei que a questão era dinheiro, mas estava sem carteira, não tendo no momento os meios disponíveis para que minha necessidade pudesse ser resolvida por ele. Naquele momento, fiquei mais indignado com o agente penitenciário que havia me recebido e se apropriado dos maços de cigarro. Pensei comigo: “bem-vindo à terra das violações de direitos”, pois sabia que era só o começo. Diante do meu silêncio e da minha inabilidade de lidar com a situação, ele recuou e dirigiu-se para a porta da cela, saiu e fechou-a com cadeado, lançando a última olhada através da bocuda.

Embora o ambiente fosse desfavorável, senti um alívio por não ter sido colocado no convívio com os demais presos. Estava separado, me sentia a salvo por enquanto, embora tivesse ingressado formalmente no sistema penitenciário.

A cela não tinha mobília alguma, haviam colocado um colchão, um cobertor, uma caneca azul de plástico, escova de dentes com o cabo cerrado, sabonete e uma toalha no chão, no centro da cela. O piso era antigo, com desgaste e algumas peças faltando na cor marrom. As

paredes rabiscadas com dizeres religiosos, desenhos pornográficos, xingamentos, desabafos, marcas deixadas pelos ocupantes anteriores daquele lugar que revelavam o sofrimento, angústia, revolta.

As janelas eram basculantes com grades pelo lado de fora. Elas eram preenchidas com um material plástico fosco ao invés de vidro, sendo que a maioria das janelas estavam quebradas, o que representava proteção mínima contra as intempéries do tempo, principalmente em uma cidade fria como Curitiba, em agosto.

Junto a esse cubículo, havia um banheiro muito antigo, com peças como vaso sanitário e pia bastante desgastados. Como o aquecimento no Complexo Médico Penal é central, havia o espaço para o banho com dois reguladores, os quais estavam avariados e não continham a manopla para acionamento, estando aparente apenas os ferros, o que dificultava a abertura e fechamento durante o banho, além do mecanismo também estar emperrado.

A noite começa a cair e percebo uma aranha que havia entrado pelas janelas e descia pela parede em direção ao chão. Rapidamente, matei o aracnídeo e continuei a caminhar dentro da cela, fazendo movimentos circulares em volta do colchão, quando observei que outras aranhas faziam o mesmo movimento, entravam pela janela e desciam em direção ao chão. Comecei a ficar apavorado com a possibilidade de que a luz fosse apagada e eu perdesse o controle das aranhas que persistiam em entrar. Com o tempo, percebi que a luz não seria apagada e que eu teria que aprender a lidar com situações semelhantes.

Por volta das 19 horas, a bocuda da cela se abriu e vi uma enfermeira completamente paramentada, com gorro, óculos, avental, luvas pedindo que eu fizesse conchinha com a mão para que ela pudesse depositar a medicação controlada que eu fazia uso. Me causou estranheza o paramento da enfermeira, mas depois soube que ali existiam pacientes com doenças contagiosas como tuberculose. Tomei a medicação e fiquei aguardando o efeito, preocupado com as aranhas que insistiam em entrar pelas janelas. Assim foi minha primeira noite na prisão.

Antes de amanhecer, acordei ouvindo o som que vinha de uma televisão que ficava no posto de enfermagem próximo e esse foi um dos modos para que eu tivesse a noção das horas. Ouvi a bocuda abrir, vi um senhor negro me dando bom dia e pedindo minha caneca de plástico azul. Entreguei e pude observar que eram dois internos com um carrinho, onde havia algumas garrafas térmicas de tamanho grande. Fui servido de chá, sendo a caneca entregue por meio da

bocuda juntamente com um pão, envolto em plástico transparente, pelo qual agradei e não aceitei, pois não sentia a mínima fome.

Passada cerca de uma hora, a bocuda se abriu e, novamente, vi a enfermeira paramentada. De imediato, me aproximei e percebi um agente ao lado dela. Mais que rapidamente, fiz conchinha com a mão para aparar os comprimidos que ela trouxe. A presença do agente me fez agir de forma mecânica, como se a mera presença compelissem meus gestos, me fizesse agir como o esperado para uma instituição total.

Segundo Goffman (2015, p. 11), as instituições totais são estabelecimentos marcados pelo fechamento ao mundo externo, onde os internados vivem sob as rígidas regras da instituição, com a finalidade de serem curados, ou seja, para que retornem ao mundo externo depois de moldados de acordo com as expectativas da sociedade. O isolamento na instituição seria necessário para que o internado pudesse absorver esse aprendizado sem interferências externas, para que as regras da instituição tomassem sua vida como um todo.

Embora hoje a prisão não represente o isolamento total num espaço determinado, como na época em que Goffman (2015) elaborou esse conceito, pois existem meios para que o preso tenha acesso ao mundo exterior, como a televisão e os telefones celulares, não obstante exista a proibição de celular, a sujeição inflexível às normas existe e, naquele momento, eu não tinha contato com o mundo exterior. A sensação de ser tirado do convívio social e colocado no interior de uma prisão é um motivo forte para lembrar da instituição total nos termos de Goffman (2015), como um apartamento abrupto do social e a fragilidade diante das regras totalizantes de uma prisão.

Quem aprofundou a análise das transformações ocorridas, no que diz respeito à economia da punição durante a mudança dos regimes de soberania para o regime disciplinar, foi o filósofo francês Michel Foucault (2011), na obra “Vigiar e Punir”, na qual, podemos dizer, o interesse central é a prisão.

O referido autor, por meio da arqueologia das instituições disciplinares, mostra como esses procedimentos que moldam os indivíduos já existiam muito antes da prisão, onde regras rígidas dirigiam o corpo, os gestos e o tempo. Os mecanismos de disciplina anteriores à prisão funcionavam de forma fragmentada e dispersa no exército, conventos e oficina, chamada de casa de inspeção. Casa de inspeção era o local onde existia a necessidade de controle das

peessoas. Com o regime disciplinar, esse mecanismo foi interiorizado em instituições, onde o controle interno é realizado por meio das regras.

Para Foucault (2011), as instituições não são fontes de poder, mas sim são mecanismos que fixam relações e se mostram em dois polos: o negativo, que consiste em sujeitar e reprimir, e o positivo, que consiste em mobilizar as forças que constituem o poder, com um corpo a corpo que procura produzir mais poder e, quanto mais poder, maior a sujeição e administração destes corpos.

Desse confronto de corpos mediado pela sujeição e administração, nasce a disciplina. Assim, demonstra que no decorrer dos séculos XVII e XVIII as disciplinas se tornaram formas gerais da dominação nas sociedades modernas “onde o corpo foi descoberto como objeto e alvo do poder”. (FOUCAULT, 2011, p. 132)

O pensador utiliza a ideia do Homem-máquina de La Mettrie, para concluir por uma teoria geral do adestramento, centrada na docilidade, que permite a manipulação do corpo. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. (FOUCAULT, 2011, p. 132)

Não é novidade o investimento do poder sobre o corpo. O que são novas, para Foucault (2011), são as escalas do controle, que analisam os mínimos detalhes, o objeto do controle, que agora é sobre a economia e eficácia dos movimentos, por meio dos exercícios, e a modalidade, que se dá por uma coerção ininterrupta e se exerce de acordo com um registro minucioso total do tempo, do espaço e do movimento: “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”. (FOUCAULT, 2011, p. 133)

A política de coerções é formada pelo trabalho contínuo sobre o corpo através da manipulação calculada de seus elementos, gestos e comportamentos, tornando-o tanto mais obediente quanto útil. E isso eu consegui perceber no instante em que entrei no presídio, que na prisão é a obediência constante, com resposta rápida e eficiente aos comandos, a disciplina coloca o corpo e o gesto na mais perfeita harmonia, pois “um corpo bem disciplinado é a base do gesto eficiente”. (FOUCAULT, 2011, p. 147).

O poder disciplinar só é visível nos efeitos que provoca naqueles sobre o qual se exerce. É visto na docilidade e submissão do objeto do poder, por isso, na minha resposta imediata à enfermeira, senti que era necessário ser submisso e dócil naquela situação, embora tivesse pouco tempo de “casa”.

Foucault (2011) articula uma transição do poder soberano para o poder disciplinar, assentando que o poder soberano cedeu lugar ao poder disciplinar, não sendo desativado por completo, mas a relação de soberania funcionou de modo isotópico, ou seja, que não há entre os diferentes sistemas de disciplina, soberania x disciplinar, conflito ou incompatibilidade, eles devem poder se articular. Ele afirma que a relação soberana se dirige às terras, aos frutos da terra, ao pedágio da estrada que deveria ser pago ao soberano, mas nem sempre sobre o corpo do súdito, exceto quando era convocado para trabalhar na colheita das terras daquele, por exemplo. (FOUCAULT, 2011, p. 82)

A grande mudança para o poder disciplinar seria o investimento no corpo individual, com o propósito de moldar a subjetividade, num dispositivo que não precisaria mais usar da força bruta, como na época do soberano, um poder que se preocupa mais em vigiar do que punir. No poder disciplinar, não existe apropriação parcial do corpo ou do tempo, mas uma apropriação exaustiva do corpo, dos gestos, do tempo, do comportamento do indivíduo como um todo, o tempo todo.

Não podemos esquecer que Foucault (2011) escreve de um país central e, por conta disso, temos que trazer para a nossa realidade de país periférico sua conclusão e fazer os ajustes necessários. Para tanto, no Brasil, a instituição prisão não teve o caráter apontado pelo pensador francês, cuja disciplina imposta na prisão seria útil para o capitalismo, pois se adestraria o corpo a fim de fornecer mão de obra para um novo modo de produção que florescia, preparando para a disciplina do trabalho.

Ademais, conforme o referido pensador, “em sua concepção primitiva, o trabalho penal não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador”. (FOUCAULT, 2016, p. 219)

Ou seja, muito embora não tenha havido a disciplina para o trabalho, no contexto mais geral, a disciplina moldou a docilidade no sentido da subserviência, como ocorreu também nos

países centrais. Aqui, o presidiário recuperado é a pessoa adestrada para a obediência, de preferência com a mão para trás e cabeça baixa.

Na trajetória de Foucault acerca do nascimento da prisão, ele diz que a economia do castigo passou por fases, iniciando pela sociedade soberana, na qual outras instituições de punição passaram a funcionar, como asilo e manicômio. Com a queda da soberania, a lei e o poder ganham uma nova e regular forma de administração, com a estatização da justiça penal.

Quando o indivíduo perde o processo, ele é considerado culpado e deve reparar o dano que causou ao soberano, à lei e ao poder monárquico. Surge, daí, os mecanismos de multas, esquarteramento, banimento ou morte. Ocorre, então, no final do séc. XVIII e início do séc. XIX, uma reforma do sistema judiciário e penal em diferentes países da Europa e do mundo, o que fez com que a prisão se tornasse central na economia da punição.

A esse período, Foucault denomina de sociedade disciplinar, cuja característica principal é a distribuição dos corpos em espaços onde podem ser individualizados, classificados, hierarquizados, com o propósito de desempenhar funções segundo o objetivo específico que se espera deles.

Outro aspecto marcante na sociedade disciplinar é a observação constante, com o objetivo de individualizar, classificar e modificar o comportamento, realizado por meio de uma arquitetura formulada por Bentham para a prisão, mas que poderia servir também para a escola, a fábrica e o manicômio. É o Panóptico, onde não existe mais o inquirido, mas a vigilância e o controle absoluto, com função de vigiar, controlar e corrigir.

Assim, as fases da economia da punição iniciam-se pela sociedade soberana, na qual vigorava o deixar viver e fazer morrer, passa pela sociedade disciplinar, na qual o foco era o corpo confinado num espaço isolado e chega à sociedade do controle, termo de Deleuze, na qual o poder é exercido à distância, em espaços abertos e de forma contínua.

Dessa forma, a disciplina é interiorizada de modo que os indivíduos se tornem mais móveis e flexíveis, afetando a subjetividade a tal ponto que o indivíduo, mesmo sem estar no trabalho, continua internamente controlado por essa mesma disciplina. Ela não precisa de espaços definidos para que se exerça, ela passa a fazer parte do próprio indivíduo, independentemente de onde ele esteja.

No meu trabalho, pretendo usar o conceito de disciplina e sujeição no seu aspecto negativo, como ocorre dentro da prisão. Não consigo visualizar algo positivo que a mecânica do poder nesse ambiente possa produzir.

Digamos que estive num lugar onde o caráter mais marcante não é a produção de alguma força positiva para os corpos, só conseguia ver a disciplina no seu aspecto negativo e diminuidor das forças individuais. Poderia dizer que existe uma produção positiva para o corpo dirigente da prisão, evidenciada na sujeição extrema às regras sem sentido, que provocam mais sujeição, ou seja, é positiva para a instituição.

Não desconheço a conclusão de Foucault acerca do aspecto produtivo da disciplina, mas não consegui visualizar aspecto positivo com relação aos presos. Nada de positivo é produzido na vida do preso quando a disciplina incide sobre sua vida.

Como dito acima, a economia da punição não foi separada em fazes estanques, pois muitos regimes funcionaram concomitantemente ou se mesclaram. A articulação de um poder soberano e um poder disciplinar, que é um poder que só é visível nos efeitos que provoca naqueles sobre o qual se exerce, é facilmente observável na docilidade e submissão exigida na prisão.

Passado o episódio dos remédios, passei a caminhar na cela, pensando na situação em que me encontrava, já que nunca imaginei entrar num presídio. Sem qualquer outro meio para saber as horas, outro modo que utilizava, além da televisão, era a sombra das árvores que eu conseguia ver da janela da cela, bem como uma campainha que tocava em determinados momentos do dia para entrega de medicação, refeições ou quando havia alguma emergência nas celas.

A manhã passava e minha angústia aumentava. Fui preso em Curitiba, no entanto, a condenação foi decretada em Brasília, de onde fugi para aguardar o julgamento do HC junto ao STF, no qual eu questionava a legitimidade do MP para propor a ação penal.

Estava muito preocupado como minha família reagiria ao fato de eu estar dentro de um presídio porque isso sempre causou grande preocupação pelo ambiente violento, onde qualquer um dos presos está exposto à morte. Outra preocupação aumentava à medida em que se aproximava do meio da manhã, pois eu imaginava que poderia ter banho de sol, onde fatalmente

eu teria que conviver com outros internos. Para minha tranquilidade, não houve banho de sol, estava protegido na cela.

Mesmo sem ter comido nada, tive a impressão de que o almoço foi servido cedo. Novamente, a dupla do café da manhã apareceu no corredor empurrando um carrinho que fazia um barulho característico e denunciava sua presença de longe.

A bocuda abriu e o mesmo senhor me ofereceu uma marmita de isopor branco, enrolada no plástico filme, com meu nome impresso em uma etiqueta. Apanhei a polaca, coloquei sobre o colchão e não tive curiosidade de abrir, pois ainda não tinha fome e só me preocupava em tomar água para não desidratar.

A dupla de internos invadiu o corredor com seu carrinho barulhento e a bocuda abriu. Agora, vejo os olhos do outro interno que fazia dupla com o senhor mais idoso. É um jovem de olhos, pele clara e cabelos lisos aparados. Ele pergunta da polaca e eu rapidamente vou até o colchão, pego a marmita intacta e entrego para ele, que me pergunta o porquê de eu não ter comido. Respondi que estava sem fome e ele deu um sorriso cúmplice, como se entendesse minha situação de recém-chegado e fechou a bocuda.

Durante a tarde, caminhei exaustivamente ao redor do colchão e depois fui tomar banho, quando percebi a dificuldade de abrir os reguladores do cano que saía logo acima da minha cabeça. O da água quente abria com mais facilidade, o da água fria tinha bastante dificuldade de abrir, mesmo aplicando força, o que fazia o banho ser rápido o suficiente para não dar tempo de sair um volume muito grande de água superquente da caldeira. Depois dessa experiência, vesti a mesma roupa, uma vez que não havia levado nenhuma outra coisa além dos remédios.

Muito cedo, trouxeram o jantar e percebi pelo som da televisão que ainda passava a sessão da tarde. Novamente, peguei a polaca, deposei sobre o colchão e repetindo o ritual do almoço, devolvi sem abrir quando a dupla de classificados retornou para recolher as marmitas vazias.

Por volta das 18 horas, a enfermeira abriu a bocuda e lá fui eu fazer conchinha. Estava ansioso para tomar a medicação e poder apagar daquele pesadelo. A noite cai e as aranhas aparecem novamente. Penso que não há nada a fazer, a não ser me acomodar no colchão. O efeito da medicação é excelente, acordo no dia seguinte com a campainha.

O som do carrinho avisa da chegada dos classificados, dessa vez a fome me venceu e eu comi o pão que me foi entregue. A enfermeira vem com a medicação da manhã, hipotensor e diurético. Começo a prestar atenção no som do televisor ligado, onde é exibido o noticiário. Passo a manhã caminhando em torno do colchão no chão, a solidão é boa para fazer uma introspecção profunda.

O almoço chega e dessa vez abro a polaca e como os vegetais, o arroz e feijão. Quando devolvo a polaca parcialmente comida, o classificado me olha com ar de satisfação. A tarde se arrasta, fico esperançoso durante certo período da tarde por notícias, mas, quando observo que o horário se aproxima das 17 horas, as esperanças diminuem.

Mais uma noite se aproxima e a enfermeira aparece com a medicação controlada para dormir. As aranhas não me incomodam mais. Numa noite, levantei-me para ir ao banheiro e quando voltei, vi que duas aranhas estavam dentro do cobertor azul e ficava fácil de visualizar porque as aranhas eram marrons, o que contrastava com o cobertor.

Afastei as duas para fora do colchão e voltei a dormir. Os dias passaram com dificuldade, divididos entre caminhar em círculos, rezar, coisa que normalmente não faço, e esperar alguma notícia de alguém conhecido. No quinto dia que estava naquele hospital, o desespero tomou conta de mim, pensava que ninguém sabia que eu estava ali, não sabia quanto tempo ficaria naquela situação, pensava na minha família e estava extremamente angustiado.

A bocuda abriu e uma jovem senhora chamou meu nome.

Alguém sabia meu nome, é a primeira vez que o escuto desde que entrei naquela cela. Tomado por uma esperança, me dirigi à porta e a pessoa me disse que seu nome era Marisa, assistente social, e disse que minha esposa ligava diariamente de Brasília para saber como eu estava.

Aquilo foi a maior alegria para mim. Minha esposa sabia que eu estava ali, a sensação de abandono acabou naquele momento. Foi uma conversa breve e ela disse que minha esposa perguntava o porquê de eu estar no hospital, já que eu não tinha nenhuma doença grave.

Contei a respeito do meu regime inicial e que, talvez por esse motivo, o Enoque tinha me enviado ao Hospital, lembrando que o meu regime inicial era o semiaberto e aquele presídio era de segurança máxima, destinada ao regime fechado. A assistente social me ouviu e disse que me manteria informado de novidades a respeito do meu caso.

Depois que a Sra. Marisa foi embora, fiquei feliz em saber que minha esposa sabia que eu estava ali. Observei que na cela da frente havia um rapaz jovem que eu conseguia visualizar enquanto caminhava, passava na frente da bocuda e, às vezes, coincidia de vê-lo caminhando na sua cela, momento em que houve um breve cumprimento entre nós, o que me lembrou alguma humanidade e civilidade.

O final da tarde chega junto com os classificados e a enfermeira com a medicação. Interessante que eu via a medicação como uma válvula de escape daquela situação, sabia que após ingerir os remédios, o destino certo seriam horas de sono, longe daquele lugar.

Comecei a prestar atenção na alimentação e lembrava do que meu irmão me contava a respeito dos nomes das refeições. Pata de elefante, carne de monstro e outras que agora eu conhecia pessoalmente. A rotina do hospital era incerta, tinha dia que chegava alguém com crise de abstinência, gritando e se contorcendo, levado pelos agentes e enfermeiros até a cela.

Na entrada da cela propriamente dita, existia um pequeno compartimento, como uma antessala da porta da cela, onde uma porta de madeira isolava parcialmente os gritos e gemidos dos pacientes e era chamada de “surda”. Tive oportunidade de ouvir os gritos abafados durante à noite, antes da minha medicação fazer efeito. Outra utilização para a “surda” era quando os agentes estavam cansados de ouvir os chamados dos presos que incomodavam demais. Era só fechar a “surda” para que os gritos de “seu funcionário” ficassem abafados.

No dia seguinte, ouvi uma movimentação na cela da frente e fui olhar o que estava acontecendo. Percebi que o rapaz jovem da cela da frente estava sendo tirado pelo agente, ele saiu e tomou a direção da entrada do bloco. Horas depois, ele retornou com duas sacolas. O agente, além de revistar o jovem, tirou todas as peças de roupas das sacolas e revistou uma a uma.

Depois que o agente fechou a cela e se foi, o jovem me disse com muita alegria “minha mãe veio me visitar”. Dei os parabéns a ele com certo receio, eu não sabia se existia a possibilidade de alguém ouvir, de ser proibido, enfim. Havia comunicação entre os presos de celas diferentes, não conseguia saber se existiam celas com mais pessoas, mas várias vezes “gritaram” para a cela 1 para saber quem era o novato que tinha chegado, o que me deixava com medo, fazendo com que não respondesse. Outro medo muito intenso era que fosse colocada outra pessoa na mesma cela que eu, o que felizmente não ocorreu.

Aproximadamente no oitavo dia em que estava naquele hospital, ~~era~~ um sábado à tarde, o cadeado da porta foi aberto. Eu estava deitado no colchão sem a calça, somente de cuecas, quando dois agentes entraram na cela.

Somente um deles falou, de forma truculenta. Ele mandou eu vestir a calça, o que fiz prontamente. Depois me perguntou qual crime eu havia cometido. Disse a ele que tinha sido um crime quando eu trabalhava na Vara da Fazenda Pública, envolvendo precatórios. Eles me olharam e o agente que falava, que depois eu vim a saber que se tratava do Callegari, um dos chefes de segurança, disse que veria a possibilidade de me colocar num lugar melhor.

Fiquei pensando: “será que foi meu irmão que mandou para ver como eu estava?” Acho que não. Em momento algum foi tocado no nome do meu irmão e eu ainda estava seguindo a orientação dele: “tenho amigos e inimigos dentro e fora, já fui da corregedoria, não fale para ninguém que você é meu irmão”. Os agentes saíram depois de alguns minutos.

Nada de novo acontecia e a ansiedade me fez chamar um agente no décimo dia em que estava lá. Eram aproximadamente 19h30min. Quando o agente chegou na bocuda, disse a ele que meu irmão era colega dele, dei o nome e pedi que ele entrasse em contato com ele, achava muito estranho não ter nenhuma notícia, nenhum sinal. O agente me ouviu e disse que não poderia fazer nada, que se eu quisesse poderia pedir por meio da assistência social. Foi um balde de água fria e eu percebi que o fato de meu irmão ser colega não traria facilidade alguma naquele momento.

Pelo menos sabia que minha esposa e filhos sabiam que eu estava ali. Mais uns dias passaram e acredito que no décimo quarto dia, à noite, já havia tomado minha medicação, ouço o barulho do cadeado e a porta se abriu.

O mesmo agente que havia me levado no primeiro dia até o hospital entra e diz que eu seria transferido. O terror se abateu sobre mim, pergunto para onde eu vou e o agente responde que vou para um lugar melhor. Quando saí da cela 1, pude me orientar melhor. Caminhamos para a direção da entrada do edifício, quando pude observar onde ficava a enfermagem, a televisão, cujo som eu ouvia e a distribuição dos móveis.

Não havia cadeiras ou bancos e eu fiquei de pé com o rosto voltado para a parede, até o agente vir com um marca-passo, pois, mais uma vez, não tinha algemas disponíveis. Saímos do prédio térreo do hospital, atravessamos uma pracinha central e fomos em direção ao prédio

maior. Entramos no mesmo corredor onde ficava a sala do Enoque, com quem conversei no primeiro dia. Outro agente esperava a minha chegada, um senhor de idade aproximada de 60 anos, com cabelo grisalho, óculos e um pouco gordinho, seu Teles.

O agente tirou o marca-passo e me entregou ao seu Teles, que foi caminhando comigo em direção a uma sala, onde haviam muitos colchões, bem diferentes do que eu tinha usado, que era fino, parecido com tapete para ioga. Os colchões que ali estavam eram colchões parecidos com os que se vendem em lojas especializadas. O seu Teles disse para eu escolher um. Fiquei um pouco constrangido com a possibilidade de escolha, achava que na minha condição eu não poderia escolher nada. Os colchões eram usados, mas muito melhores do que aquele que eu usara no hospital. Escolhi um e voltamos a caminhar pelos corredores, com o seu Teles abrindo alguns cadeados e me guiando.

Perguntou se eu sou uma pessoa fácil de lidar ou não. Não sabia o que responder e disse a ele que era difícil fazer uma autoavaliação, que dependia da situação. Ele, então, me disse que estava na dúvida se me colocava entre os velinhos ou com um pessoal gente boa numa cela que tinha vaga. Ao meu silêncio, seu Teles disse que faria um teste e me colocaria com o pessoal gente boa. Posso caracterizar esse momento como a segunda chegada na prisão, pois eu entraria no convívio com outros internos.

Paramos diante de um portão interno grande, onde eu conseguia ver a galeria toda até o final e as celas em sequência nos dois lados do corredor. Meu desespero aumentava, não tinha para onde fugir, eu entraria em convívio com a massa carcerária.

Logo que abriu o portão, ele me mandou deixar o colchão no meio da galeria e acompanhá-lo. Fomos até a cela 601, a primeira à esquerda, onde o seu Teles me apresentou ao Rodhes e ao Batata como sendo os líderes da galeria e que qualquer coisa que eu precisasse, deveria falar com eles.

Observei que na cela havia mais pessoas, mas não pude quantificar. Lembro que nas outras celas, por meio das bocudas abertas, eu via vários olhares voltados para mim e alguns comentários de surpresa por ser um “japonês” preso. Depois de conviver no sistema penitenciário, aprendi que as primeiras celas sempre são destinadas aos presos de mais prestígio, que servem como inibidores morais e físicos de certas condutas consideradas reprováveis, como o ladrão dentro da prisão, chamado de rato, e outras indisciplinas que os próprios presos resolvem.

Depois dessa apresentação, seguimos em frente até a cela 609. Seu Teles sacou uma chave e passou a desatarraxar a porca que mantinha a tranca no lugar, em vez de cadeado.

Porta aberta, eu vejo duas pessoas, um senhor um pouco mais velho, cabelos brancos, ares de libanês, o Edmar, e um outro mais jovem, ruivo de olhos claros e vivos, o James, que nos receberam com certa decepção. Depois, vim a saber que eles estavam em prisão preventiva pelo mesmo fato e estavam esperando a decisão de um HC. Imaginaram que a abertura da cela naquela hora poderia ser o alvará de soltura para eles.

Todos se sentaram, porque o seu Teles entrou na cela e este sentou-se na primeira cama. Falaram de trechos bíblicos, abriram a Bíblia para conferir a passagem. Parecia que o seu Teles tinha uma boa relação com eles. Após uns quinze minutos de conversa, seu Teles levantou e anunciou que no dia seguinte iria perguntar aos dois como foi meu comportamento, se eu poderia ficar naquela cela.

Percebi que os dois não eram aqueles bandidos perigosos que eu imaginava encontrar na prisão, sabiam conversar, eram educados, o que me deu um certo alívio inicial. Assim que seu Teles saiu e fechou o portão de acesso à galeria, colocando do lado de fora da cela o prato de plástico prateado que fazia as vezes de espelho, para controlar a movimentação do corredor, ambos se revezaram nas perguntas a respeito do meu crime, em que situação estava o processo, se eu era de Brasília e porque fui preso em Curitiba. Enfim, tive que falar a respeito de tudo. Percebi que eles estavam me testando e tentando conhecer melhor o intruso.

Repeti o que dissera para o agente que me levou para a cela do isolamento. Falei que meu crime estava relacionado com a Vara da Fazenda Pública, onde tinha trabalhado por algum tempo, tendo confeccionado decisões e sentenças nas horas vagas, pois minha atividade principal era o atendimento do balcão, para um público de advogados mais selecionados, uma fatia muito específica do mercado. Tributaristas, procuradores públicos, constitucionalistas que detinham um conhecimento específico que eu dominava, o que me possibilitava responder qualquer pergunta a respeito do crime, sabendo que a maioria das pessoas não entenderiam.

Pelos olhares trocados entre os dois, percebi que tinha convencido a ambos e havia sido aceito na cela. Acho que eles também pensaram que era melhor minha chegada do que a de um “bandido perigoso”, que perseguia meu imaginário, muito embora aquela ala fosse uma ala especial, o que eu viria a descobrir com o passar dos dias.

Depois da sabatina, o Edmar se posiciona no espaço destinado ao banheiro, que era dividido por cortinas esticadas em varais, e começa a falar, o que me revela a existência de um telefone celular. Aquilo me deixou apreensivo, mas continuei deitado na minha nova cama, olhando para um monitor de computador que tinha sido adaptado com um receptor de sinais de TV. Talvez pelo tempo que eu tinha ficado no isolamento, o volume da televisão parecia muito alto, chegando a incomodar a ponto de eu tentar tapar o canal auricular com a ponta dos dedos. Depois entendi que talvez fosse para disfarçar o uso do telefone celular. Logo após o Edmar usar o aparelho, foi a vez do James ligar para a família, enquanto o Edmar deitou-se na cama dele e ficou assistindo a televisão.

Ouço o James perguntando dos filhos e passando palavras de esperança a sua esposa. Nesse meio tempo, o Edmar levantou-se e perguntou se eu queria ligar para minha família. Perguntei como seria para fazer a ligação, supondo que iriam me cobrar alguma quantia e eu não tinha dinheiro. Esclareceu que sendo de Tim para Tim não tinha custo algum.

Depois que o James terminou a ligação, foi a minha vez. Liguei para o telefone da minha esposa, falei com ela e com os meninos. Depois de tantos dias, foi uma alegria e uma preocupação, mais para minha esposa, de eu estar usando um telefone celular na cadeia. Ela me disse que estava em contato com a assistente social e já tinha me enviado uma cesta pelos correios, o que não entendi muito bem. Após conversar com minha família, fiquei mais tranquilo, mesmo sabendo que não tinham novidades sobre o andamento do HC no STF. Os autos ainda estavam conclusos com o relator e sem data de julgamento, tampouco havia decisão acerca da liminar pleiteada, que trancaria a ação penal.

Agora, podia visualizar a cela como um todo. Eram três camas de concreto, todas térreas, dispostas nas laterais, com duas alinhadas e uma solta, com a cama de um lado e um espaço parecido do outro lado, sem cama. Depois fiquei sabendo que a disposição era porque o formato inicial era de um hospital, com um espaço para maca.

No espaço destinado à maca, eles haviam feito uma dispensa para os alimentos. Pude perceber biscoitos, Nescau, manteiga, geleia, café e outros itens. Na parte dos fundos da cela, dividido por lençóis pendurados em varais, ficava um pequeno tanque de roupas e, ao seu lado, o “boi”. Não havia vaso sanitário como no hospital, era a bacia sanitária embutida no chão, com espaço para a colocação dos pés. Do outro lado, também separado por lençol, ficava o espaço com o fogão elétrico.

Tanto o James quanto o Edmar me ofereceram alimentos, dizendo para eu ficar à vontade. Agradei, mas não peguei nada para comer, afinal, eu tinha acabado de chegar e não queria parecer abusado, na cadeia é preciso ter cuidado. Antes de dormir, voltaram a me oferecer alguma coisa e disseram que não iriam mais insistir, que era para eu pegar o que eu quisesse, que era tudo compartilhado. Acabei dormindo e, no dia seguinte, acordei antes dos outros. Estava pensando como seria a rotina naquela galeria, com muitos internos, como seria o convívio no meio de presos, como esconderia que minha acusação era de crime sexual. Sempre tive a noção que criminosos sexuais não eram bem recebidos na prisão, existia o medo de ser agredido e sofrer as mais extremas violências em razão disso.

O seu Teles veio abrir a porta e fazer o confere, oportunidade em que perguntou ao James e ao Edmar como tinha sido o meu comportamento, tendo recebido a resposta que eu tinha sido aprovado e poderia ficar na cela, o que me deu um certo alívio. Tinha gostado deles e eles não pareciam os bandidos perigosos que eu esperava encontrar.

Assim que a porta é liberada e o agente sai da galeria, vem os classificados com o café da manhã. São quatro classificados que distribuem o pão e o café, bem como um interno mais velho, de cabeça branca, que apareceu com uma bandeja de madeira dividida em pequenos compartimentos com a medicação, mas não tinha nenhum remédio para mim. Assim que finalizam a distribuição é o sinal de que os internos podem acessar o corredor.

O James colocou a água para esquentar no fogareiro elétrico e começou a providenciar o café. Existia pó de café, filtro descartável e o café logo ficou pronto, entendi o porquê de não se servirem do café coletivo. Minha ansiedade é muito grande, finalmente eu estava no convívio com outros presos e eu não sabia o que me esperava. Alguns internos deram bom dia enquanto passavam na porta da cela. Saí um pouco desconfiado e percebi um corredor amplo, parecido com uma escola, que me lembrava o Colégio Estadual do Paraná, onde eu havia estudado.

Nesse corredor os presos andavam, corriam e conversavam. Fiquei um pouco perdido, sempre procurando com o olhar o James e o Edmar. Como já havia sido aprovado por eles, eram meus pontos de apoio. Caminhei até o final do corredor, cumprimentando alguns com um breve aceno da cabeça, correspondido pelos que cruzaram comigo. Observei que existiam muitas celas, chamados X pelos internos, e eu estava no X609.

Havia uma janela ampla no final da galeria que dava vista a uma quadra poliesportiva, cercada de muros altos quase rente às linhas laterais da quadra. Retornei ao X609 e comentei

que precisava tomar um banho, pois havia percebido que ao lado da cela existia um espaço destinado a uma cela que era usado como ducha coletiva. Observei que alguns internos iam para esse espaço com os apetrechos para o banho. O Edmar me disse que eu iria gostar da ducha, que tinha sido arrumada recentemente.

Como eu não tinha roupas, eles providenciaram uma calça de agasalho azul, com um estampado com as letras CMP⁶ em vermelho, lembrando que eu estava no Complexo Médico Penal, e uma camiseta, além de uma cueca nova do Edmar, que a família havia levado para ele. Peguei minhas coisas e fui para o espaço da ducha, que era coletiva, o banheiro era todo revestido de azulejo e parecia bem cuidado.

A ducha era de boa qualidade e era necessário apertar o misturador para que a água fosse liberada por um sistema de temporizador, bem diferente do mecanismo precário que existia no hospital. A água era abundante e de temperatura muito boa. Encontrei mais alguns internos no banho, que me cumprimentaram com olhares breves e leve aceno da cabeça. Retornei para a cela e um interno veio se apresentar, perguntando se eu tinha roupas para lavar. Me foi explicado que a lavanderia industrial do presídio lavava as roupas dos internos e, no final do dia, a roupa era devolvida. Apanhei as roupas que precisava lavar e fui até o corredor, onde existia um lençol grande estendido no chão com várias roupas depositadas. Vários internos estavam acompanhando e advertindo qual roupa era de quem. Depois, o lençol é fechado como uma trouxa e levado para a saída da galeria por dois internos.

Na cela que eu estava frequentemente entrava alguém para conversar ou fazer um comentário, o que me fez perceber que o James e o Edmar eram bem quistos. Após o banho e mais confiante, fui novamente ao corredor e pude notar que certas pessoas destoavam do ambiente, senhores mais idosos, no entanto, bem altivos, bem como reconheci que aquele mais jovem, magro e alto que corria era o Marcelo Odebrecht. Só então me dei conta de que estava na mesma ala do pessoal da Lava Jato.

Além do Marcelo, também estavam lá os mais ilustres investigados do momento. Percebi que em alguns momentos, tanto o James quanto o Edmar sumiam, provavelmente entrando em outras celas, momento que eu retornava para a cela e ficava assistindo televisão. Tudo é diferente nessa ala. Quando o almoço chega, todos devem entrar nas celas para deixar o corredor somente para os classificados que distribuem as refeições. A polaca é a mesma, no

⁶ Complexo Médico Penal

entanto, logo depois dela, é servida outra marmita de salada de alface, tomate e repolho. Naquele dia era a pata de elefante, um *steak* de frango cozido com purê de batatas, arroz e feijão. Observei que os meus colegas pegaram o *steak* de frango e fizeram um sanduíche com maionese, ketchup e mostarda. Fiz o mesmo.

No meio da tarde, recebemos a visita de um dos deputados federais que estavam presos. Percebi que ele queria falar comigo, perguntar o motivo de eu estar preso e as circunstâncias do meu processo e da minha prisão. Foi uma conversa amistosa, falamos também do gosto pela leitura e como é morar em Brasília, lembrando que esse parlamentar era do Paraná. Naquele momento, eu não imaginava a preocupação que cercava o pessoal da Lava Jato.

Eles estavam anteriormente presos na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba e lá tinham sido vítimas de uma escuta ilegal nas celas, que foi um dos motivos para eles fossem transferidos para o Sistema Penitenciário do Paraná. Com isso, o James me revelou depois que eles queriam saber quem era essa pessoa de Brasília que havia chegado na galeria, pois imaginavam que eu fosse um infiltrado para observá-los.

Depois dessa conversa, estava sentado na minha cama quando escuto alguém gritar meu nome. Era o chamador vindo com um carrinho de mercado um pouco desgastado com alguns objetos dentro. Ele disse que o meu Sedex havia chegado. Descarreguei sobre a minha cama e pude ver que eram as coisas que minha esposa tinha mandado. Roupas e linguiça calabresa, linguiça portuguesa, costelinha defumada, maionese, ketchup, mostarda, molho de tomate, Nescau, leite em pó, manteiga, biscoito salgado e doce, enfim, havia uma lista de itens permitidos na lista que a família poderia mandar para os internos que não tivessem família em Curitiba.

Lembro que o James e o Edmar brincaram comigo, dizendo que eu nem bem tinha chegado, já tinha o Sedex me esperando. Aquilo foi um grande alento, pude sentir o cuidado na arrumação das coisas, reconhecia o carinho e preocupação da minha família e isso era muito bom, parecia que ali seria diferente daquela solidão, angústia e falta de notícias que eu tinha vivido no isolamento.

Como não havia recebido meus remédios pela manhã, fui orientado pelos meus companheiros de cela para que eu fosse até o controle e pedisse para falar com a enfermaria. O James foi comigo até o controle da ala, que ficava no andar inferior, saímos da galeria e

andamos sob uma rampa que levava ao andar inferior. Era possível ver alguns internos caminhando ou correndo, descendo e subindo a rampa como se fosse uma extensão do corredor.

Ao chegar no posto, o James pediu ao agente para que eu pudesse ir até o posto de controle central. O agente abriu o portão para eu sair e perguntou se eu sabia chegar lá. Como tinha feito o caminho na noite anterior com o seu Teles, confirmei que sabia. Olhei para o James, como forma de agradecimento, e fui em direção ao controle.

Depois de passar por um corredor, onde de um lado existiam janelas e do outro não, cheguei a um entroncamento. À esquerda, pude ver outra galeria com diversos presos em condições muito piores das que a que eu tinha verificado na ala 5, muitos presos na grade de acesso, muitos presos caminhando e, ali, eu percebi que essa galeria era pesada. À direita, eu reconheci que tinha passado na noite anterior e segui adiante, chegando numa outra rampa que dava acesso ao controle principal.

Lá chegando, observei uma mesa, como de professor, onde tinham alguns internos vestindo um guarda-pó azul, com o dizer chamador estampado em vermelho, além de alguns agentes. Um deles veio na minha direção para saber o que eu queria. Explico que eu cheguei na noite anterior na ala 5 e não recebi a medicação pela manhã e o mais importante, que uso remédios psiquiátricos de uso contínuo e estou com receio de não os recebê-los à noite.

O agente foi até a primeira porta à direita, que deduzi ser a enfermagem propriamente dita. Um jovem de guarda-pó branco veio até mim, onde repeti a estória que tinha contado ao agente anteriormente, ele voltou à enfermaria e retornou com uma caixa de plástico pequena, com meus medicamentos, inclusive disse que não entendia o porquê eu não tinha recebido medicação pela manhã.

Apanhou uma cartela do antidepressivo e uma do indutor de sono e disse que era para eu guardar comigo para não correr o risco de ficar sem. Rapidamente, peguei as duas cartelas e coloquei no bolso, agradecendo o enfermeiro. Retornei à galeria agora mais tranquilo com relação aos remédios. Com o tempo descobri que é melhor ter remédio a mais e como você cuidar dele é importante.

A roupa voltou da lavanderia ainda quente da secadora. A trouxa foi depositada no centro do corredor e cada interno pegou a roupa que havia mandado pela manhã. O final da tarde se aproximava, os agentes entraram na galeria por volta das 17h30min para fechar a porta

com a porca e não com a chave, fazem o confere e depois disso entraram os classificados para distribuírem o jantar. Tanto o James, como o Edmar não abrem as marmitas, guardando-as numa mureta que divide o espaço do fogão e o espaço da dispensa.

Após anoitecer, por volta das 19h30min, começamos a preparar o jantar. Separamos o arroz das marmitas, pegamos uma linguiça calabresa para refogar com cebola e alho e depois acrescentamos o arroz para improvisar um jantar melhorado. Decididamente, o convívio com outras pessoas estava me fazendo falta, me senti seguro ali, minha preocupação com o convívio havia diminuído, o primeiro dia foi vencido.

Nenhuma notícia do celular, mas não fiz perguntas. Depois me contaram que o aparelho servia a três celas, ficando um dia em cada uma. Não procurei saber quais eram as outras celas, embora tivesse percebido que dias depois, o Jamil, guarda municipal de Curitiba que estava preso numa cela próxima ao final do corredor, entregou uma polaca fechada com o celular dentro, como se estivesse passando algum alimento para que fosse compartilhado. Dentro da polaca estava o celular.

Após o jantar, ficamos conversando e assistindo televisão até os meus remédios fazerem efeito. No dia seguinte, a mesma rotina de destrancar as celas e fazer o confere, seguido do café da manhã. Começo a conhecer alguns internos que rotineiramente entram na “nossa” cela, como o Jamil, Paulo Bastos, Batata, além de alguns da Lava Jato que também frequentavam nosso ambiente. Depois da minha estória ser contada para o deputado André Vargas, parece que eles ficaram mais à vontade, pararam de desconfiar que eu fosse um infiltrado.

Nesse mesmo dia, no meio da tarde, recebemos a visita do Marcelo, que sabendo do meu gosto pela leitura, fato que expus ao deputado no dia anterior, veio me conhecer e me convidar para ver alguns livros que estavam disponíveis na cela dele. Agradei e, aproximadamente dois dias depois, fui até lá e peguei emprestado um livro chamado “Mossad, os homens que nunca esquecem” que é muito interessante, por sinal. Contava todo o planejamento do serviço secreto israelense para capturar os criminosos nazistas em outros países. Depois disso, descobri que existia uma biblioteca no presídio e que os presos que eram classificados para auxiliar a administração poderiam emprestar algum livro que me interessasse.

Um desses internos era o Paulo Bastos, um advogado cearense preso por homicídios quando era policial naquele estado. Ele diariamente “saía” para trabalhar de segunda à sexta

justamente na biblioteca, o que me auxiliou a ler alguma coisa, mesmo diante da limitação natural de uma biblioteca no cárcere.

Como já disse, a cela era muito frequentada. O James e o Edmar tinham muito prazer em receber as pessoas, que normalmente entravam para tomar um café e conversar. Percebi também que ajudavam alguns internos que não tinham muita condição financeira e não recebiam visitas. Isso se dava em maior medida com os “velhinhos”, aqueles com quem o seu Teles pensou em me colocar no dia em que cheguei. A maioria por crimes de natureza sexual.

Havia várias celas exclusivas para criminosos sexuais, que na sua grande maioria eram compostas por pessoas de uma certa idade. Passei a presenciar tanto o James quanto o Edmar presentear essas pessoas com biscoito, Nescau, leite em pó e uma mercadoria que valia muito dentro da cadeia, o chocolate em barra. Era permitido que a família levasse, para quem recebia visitas, ou enviasse pelo Sedex.

Passei a solicitar que minha esposa enviasse duas barras de chocolate meio amargo para ajudar na distribuição para os velhinhos. Outro produto que tinha um certo valor era o fumo, aqueles acondicionados em pacotes plásticos transparentes, bem baratos e prontos para enrolar o cigarro. Segundo o James e o Edmar, a galeria que ficava abaixo de nós era para internos com problemas mentais, onde o fumo exercia um papel calmante, ajudando no controle da galeria.

Conforme me foi dito quando da minha entrada, ali era um hospital e, portanto, o tabagismo era proibido. Mas, logo percebi que algumas proibições não eram levadas muito a sério, pois em algumas celas o cigarro era permitido e os que ocupavam celas onde não podiam fumar, se reuniam num espaço que era reservado para banho, semelhante ao que nós usávamos só que desativado. O pessoal do cigarro “proibido” não demonstrava preocupação com os agentes penitenciários que, por sua vez, fingiam não sentir o cheiro característico de tabaco.

Comecei a observar e perguntar como fazia para ter cigarro naquele lugar. Um dos frequentadores era o Jonas, que ocupava a posição de classificado e era responsável por fazer a ponte entre a portaria central e a ala, chamando os internos para advogado ou entregando o Sedex. Jonas tinha proximidade com os agentes penitenciários e poderia resolver o problema do cigarro, segundo o James e o Edmar. Com essa informação, aguardei o retorno do Jonas das atividades de classificado para falar que fumava Carlton e estava há mais de 3 semanas sem fumar. Ele disse que no dia seguinte conversaria com alguém e me informaria o valor.

Retornei animado para a cela e contei a minha conversa com o Jamil. Naquela noite, o celular ficaria na nossa cela e seria bom falar com meus filhos e esposa. Esperamos fechar as celas, por volta das 17 horas, fizemos nosso jantar e ficamos assistindo televisão e conversando, até a hora de fazer as ligações, que se davam por volta das 20h30min.

Muitas expectativas, pois queria saber quando eu colocaria tornozeleira, já que esse era meu foco principal, sair daquele lugar. Guardava essa esperança porque no Paraná o regime semiaberto é cumprido com tornozeleira eletrônica e a minha intenção era pedir para o Juiz da Execução em Curitiba, fato que já havia conversado com um advogado que minha esposa contratou de Brasília para me ver em Curitiba.

A minha esperança residia nisso. Com a prisão, cessam imediatamente todos os contatos, todo acesso aos livros, jurisprudências e conhecidos para conversar e tirar dúvidas. Depois de saber que não havia novidades e matar um pouco das saudades, desliguei com uma sensação de vazio e impotência, por não poder fazer nada a não ser esperar. Esperar é uma das tarefas mais duras na prisão.

O tempo no cárcere se arrasta. No dia seguinte, logo que retornou do trabalho, o Jonas me chamou para conversar. Me disse que estava tudo certo e que eu deveria depositar a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais), que seria o preço de um pacote com dez maços, e como era a primeira vez que eu pedia, teria que comprar um pacote. É bom lembrar que o maço do Carlton, na época, era vendido a R\$ 7,00 (sete reais).

Feito o acordo, ele me passou um número de conta corrente para que fosse realizado o depósito. Segundo ele me informou, a conta pertencia a um funcionário, e aproveitando a oportunidade da intimidade e confiança, perguntei se ele conseguiria algumas latinhas de cerveja e maconha, tendo respondido que sim. Conseguiria sem problemas, me informando o preço da latinha de Skol, R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) cada, e a maconha ele usou de medida uma tampinha de refrigerante de 2 litros, saindo por R\$ 100,00 (cem reais).

Coincidentemente, naquela noite o telefone também ficaria na nossa cela. Falei com minha esposa, pedi que ela depositasse o dinheiro do cigarro e ainda disse a ela que poderia transferir direto da minha conta. Ainda bem que ela não fez isso, ela foi à lotérica e fez um depósito não identificado, mas só me contou isso muito tempo depois.

O Jonas me procurou e disse que estava confirmado, que o depósito tinha sido identificado e que a minha mercadoria iria chegar no próximo plantão do referido funcionário. Nesse meio tempo, consegui me familiarizar com alguns dos internos que frequentavam a nossa cela. Um deles era o Paulo Bastos, que também trabalhava com classificado na Biblioteca da instituição, e quem me trazia alguns livros interessantes entre o restrito catálogo da Biblioteca.

Um dia, na hora da distribuição do almoço, quando todos permaneciam dentro das celas e somente os classificados ficaram no corredor, aconteceu um fato que merece registro. Sem nenhuma discussão, ouvi o barulho de movimentos rápidos e alguns tapas e socos, o que rapidamente sofreu a intervenção dos agentes que acompanhavam a distribuição. Dois classificados entraram em vias de fato e foram contidos e levados pelos agentes. Os comentários eram de que eles já tinham se estranhado e um deles estava, inclusive, treinando o golpe de se esquivar com rapidez e desferir soco no rosto do oponente com colegas de cela.

A rotina seguia sua lentidão diária, menos quando se aproximava o dia de visita, que ocorria às sextas-feiras. Era um dia feliz para quem tinha visitas, como o James e o Edmar. A visita era realizada num pátio externo, próximo da portaria central, onde existiam árvores, bancos e mesas de concreto.

Só era permitida a saída de internos da Ala que recebessem visita, o restante ficava na própria galeria, sem acesso a esse pátio. A visita iniciava por volta das 10 horas e ia até as 17 horas, horário em que podiam fazer a refeição junto com os internos.

Como era permitida a entrada de alimentos prontos, as famílias do James e do Edmar costumavam levar alguns pratos para que nós pudéssemos comer nos dias seguintes à visita. As famílias levavam grande quantidade de cupim assado fatiado, torta salgada, pizza, bife à parmegiana, preferência do Edmar, tudo em embalagens transparentes, que nós acondicionávamos no piso frio da cela, que ajudado pela temperatura baixa de Curitiba, conserva os alimentos para que pudéssemos comer durante uns dois ou três dias. Separávamos somente o arroz e feijão da polaca e o complemento era garantido nesses dias com os alimentos prontos trazidos pela família dos companheiros.

Os piores momentos da prisão são aqueles logo após a visita e saber que seriam mais 6 dias sem ver os familiares. Sábado e domingo são dias que se arrastam. Quando a semana inicia, as esperanças se renovam, e a minha é a tornozeleira eletrônica.

O chamador gritou meu nome no início da galeria e fui ver o que era. Ele disse que eu teria uma consulta no serviço médico. Acompanhei-o até o portão central, onde um agente me algemou e me levou no corredor que eu havia passado no dia da chegada, momento em que falei com o Enoque, o chefe da segurança. Passamos a sala do Enoque e, algumas salas adiante, era o serviço médico.

Aguardei com outros internos numa espécie de antessala do consultório, com cadeiras. Subitamente, o Enoque entra na sala em direção ao consultório, na saída me cumprimenta e diz que minha escolta já havia sido deferida pela juíza da VEP de Brasília. No momento, não registrei muito bem o que ele me disse. Fui encaminhado até o consultório e percebi que o médico não era aquele que me atendeu quando da minha chegada. Foi cortês, me fez perguntas e prestou atenção às minhas respostas, senti que ele queria saber o porquê das medicações psiquiátricas.

Para retornar à ala, não foi necessário o chamador me acompanhar, o agente retirou as algemas e perguntou se eu sabia voltar. Respondi afirmativamente e fui autorizado a voltar sozinho. No final da tarde, o Jonas me procurou e disse que havia deixado a encomenda debaixo do meu colchão. Fui ansioso procurar a encomenda e encontrei os 10 maços de Carlton, segurança máxima violada sem nenhuma dificuldade.

Fiquei apreensivo com a quantidade, afinal, era “proibido” o ingresso de cigarros. Falei com o Francinaldo, um policial militar da cidade de Ponta Grossa que se envolveu com o crack e havia perdido tudo, inclusive a liberdade. Como ele era fumante, dei a ele um maço e pedi que ele guardasse seis com ele. Já que a cela dele era de ex-policiais, a possibilidade de uma revista ou desconfiança seria menor. Passados alguns dias, o chamador gritou meu nome novamente.

Fui até ele que me disse: “arrume suas coisas que você vai embora, esteja pronto às 15 horas!” Aquela notícia foi a mais esperada no último mês, pois finalmente sairia daquele lugar e colocaria a tornozeleira. Conte a notícia para meus companheiros de cela, que ficaram felizes, espalharam a notícia e eu passei a receber os cumprimentos pela saída. Percebi como alguns ficavam realmente felizes com a saída de alguém de lá, sentia isso nos abraços e nos olhares, embora o tempo fosse me mostrar que a maioria torce contra os outros.

Desde às 13 horas eu já estava pronto para a tornozeleira, doei tudo que tinha para os que precisavam, doei os cigarros para o Zenildo e sonhava em voltar para a casa da minha mãe.

Por volta das 15h15min, o agente veio me buscar e fomos até a portaria central. Chegando na portaria, vi que Callegari, aquele agente que havia entrado na cela quando eu estava no isolamento. Ao me ver, ele ordenou que outro agente colocasse marca passo e algema e se referiu a mim como duque⁷.

Entendi que ele havia visto minha ficha e conferido o crime de atentado violento ao pudor, diferente do que eu disse a ele quando entrou no isolamento. Não dei muita bola para isso, estava mais interessado em sair o quanto antes daquele lugar, queria ir logo ao sistema de monitoramento instalar minha tornozeleira. Ao sair do prédio, observei que havia uma ambulância com a porta aberta, um agente penitenciário e um policial militar. Embarquei na ambulância e me acomodei na cadeira de acompanhante posicionada ao lado da maca. Saímos do Complexo Médico Penal e um turbilhão de emoções se formava na minha cabeça, imaginando o momento de votar para casa.

No trajeto, eu esperava que fosse do CMP até a região central de Curitiba, onde ficava a empresa das tornozeleiras. No meio do percurso, percebi que alguma coisa estava errada, o caminho que estávamos tomando era o do aeroporto. Fiquei em pânico, eu estava sendo transferido para Brasília, iria para a Papuda, local que eu achava ser administrado pela polícia civil do DF, onde o meu inimigo, o pai da minha suposta vítima, trabalhava.

A ambulância chegou no aeroporto, entrando por um acesso de serviço e estacionando próximo a uma porta de vidro espelhado. Me levaram em direção a porta de vidro e apareceu uma jovem, estatura baixa, magra, com um distintivo pendurado no pescoço. O PM perguntou se ela estava sozinha, tendo ela respondido que o parceiro dela havia ido ao banheiro. Perguntou se ela precisava de apoio, tendo ela negado, que estava tudo bem. Fui algemado em uma barra de ferro que existia na parede e percebi que ali era o local próprio para que presos ficassem aguardando, ficava no subsolo.

Contei para a agente da DCPI – Divisão de capturas e polícia interestadual, da Polícia Civil do DF – Distrito Federal, os detalhes do meu processo. Que eu havia solicitado psicossocial forense na vítima, o que foi negligenciado pelo juiz monocrático, que condenou sem a realização do referido exame, e que eu havia solicitado não só na vítima, como nos meus filhos também.

⁷ Nome dado aos que infringem os artigos dos crimes sexuais, que iniciam no artigo 200, do Código Penal.

Falei da decisão da apelação e da questão da legitimidade do Ministério Público - MP, uma vez que não tinha ocorrido violência real e os pais da vítima eram policiais civis no DF, formados em Direito, tendo inclusive tentado o concurso para delegado de polícia, o que demonstrava ausência de hipossuficiência que justificasse a legitimidade ativa do MP. Ela ouviu e disse que era formada em Direito, mas que não tinha entendido metade do que eu havia dito e que o seu parceiro era mais estudioso e me entenderia. Quando o parceiro dela voltou, um homem negro, alto, forte, de meia idade, falei com ele a respeito do processo e do HC que eu tinha no Supremo, questionando a legitimidade do MP. Realmente, ele entendeu mais e se interessou por detalhes, os quais foram respondidos por mim.

Passado algum tempo, tiraram a algema da barra de ferro e me algemaram para frente. Pedi para ir ao banheiro, o agente pegou um cachecol da policial e enrolou nas minhas mãos, de modo a ocultar as algemas. Obviamente, todos que estavam no *hall* do aeroporto perceberam, no mínimo, algo estranho. Eu sendo conduzido pelo policial, que segurava minhas algemas por cima do cachecol, uma cena, no mínimo, curiosa.

Ao entrarmos no banheiro, havia outros passageiros que se espantaram ao me ver tirar o cachecol e expor as algemas. Solicitei a retirada das algemas para poder usar o mictório, o que foi negado, obrigando-me a um contorcionismo. Nos dirigimos ao avião por uma entrada alternativa, através do pátio onde as aeronaves estacionam, no subsolo. Passamos por um detector de metais que apitou para os três e caminhamos pelo pátio até a aeronave. Era um voo comercial da Gol, entramos pela porta traseira do avião, antes dos demais passageiros, e nos acomodamos na última fileira próxima ao banheiro. Eu me sentei na janela, o policial na poltrona do meio e a policial no corredor.

Conversei durante o voo com o policial, falei do meu temor em voltar para Brasília, em razão do pai da vítima ser policial civil, o que me fazia pensar que, de algum modo, ele pudesse tentar me prejudicar. O policial me deu alguns conselhos a respeito do comportamento que eu deveria ter, ouvir mais e falar muito menos.

Chegamos à Brasília e nos dirigimos ao Departamento de Polícia Especializado, onde fica a carceragem provisória, até a transferência para a Papuda. Era sexta-feira à noite e me levaram primeiro para a Delegacia de Capturas (DCPI), onde fiz um telefonema para a minha família.

Minha esposa ficou chocada quando eu disse que estava em Brasília, pedi que ela avisasse ao João Marcos, advogado que cuidava da minha situação e do HC no Supremo. Depois disso, fui encaminhado à carceragem. Era um local cheio de grades, eu não conseguia visualizar outros presos. Nos dirigimos a um balcão onde havia mais policiais e, durante o percurso, o policial disse para eu me tranquilizar, que ele falaria para o chefe do plantão da minha condição de servidor da justiça para que eu ficasse separado.

Me depositaram no interior de um corredor onde de um lado era a parede e o do outro uma grade. O policial que assumiu dali para a frente pediu para eu tirar o tênis, que era preto, bem como a camiseta, que também era preta e fiquei somente com a calça jeans. Fui identificado criminalmente e, em seguida, me trouxeram um colchão e me alojaram em um corredor que parecia uma passagem. Fecharam as portas dos dois lados e improvisaram uma cela, pois a cela reservada para prisão especial estava ocupada por uma delegada de polícia. No espaço não havia sanitário e tentei dormir um pouco com a ajuda das minhas medicações, que me acompanharam o tempo todo.

Logo pela manhã, após a mudança do plantão, um agente apareceu e disse que me colocaria em uma cela onde todos tinham o mesmo “problema” que eu e me conduziu para a cela 4. Chegando na cela, havia duas pessoas, o Recantinho, em alusão à região administrativa do Recanto das Emas, bairro com altos índices de violência, e o Roberto. Logo que cheguei, o Recantinho perguntou sobre o meu crime, tendo contado a estória desde o começo e a briga com o pai da vítima policial, que fez com que ele fosse à delegacia fazer uma denúncia falsa.

Para o Recantinho, eu não escondi o fato de ter comprado uma porção de maconha em sociedade com o pai da criança. Conteí tudo que acontecera.

Foi a primeira vez que eu comprava em sociedade com alguém. Conheci esse vizinho na sala de ginástica, era morador novo do prédio. Nos cumprimentamos e começamos a falar amenidades, até que ele entrou no assunto da maconha, dizendo que existia muita hipocrisia social a respeito do assunto. Concordei com ele e ele se retirou no ambiente. Quando acabei minha corrida e estava me alongando, o vizinho, que agora eu sabia se chamar Ricardo, voltou à sala de ginástica com um presente. Ele me deu um incenso e disse que ficaria mais desbaratinado o ambiente quando eu fumasse, porque ele sempre usava e dava certo.

A partir daquele momento, eu percebi que ele sabia do meu uso recreativo. Fiquei um pouco preocupado, disse que o juiz com quem eu trabalhava era extremamente conservador

nesse aspecto e que seria um risco se ele soubesse que eu fazia uso da maconha. O Ricardo me tranquilizou e disse que para ele seria pior, pelo fato dele ser policial civil. Aquilo me deu uma confiança, afinal, o uso dele também era reservado. Com isso, começamos uma amizade intensa, saíamos para caminhar diariamente, bem como eu e minha família passamos a frequentar a casa dele com fins recreativos, as crianças brincavam e nós jogávamos canastra na sala.

Foi nesse contexto que ele me pediu para comprar uma porção com o meu fornecedor, a fim de dividirmos, pois o dele tinha acabado. Assim que a mercadoria foi entregue, eu fui mostrar ao Ricardo, que ficou muito irritado, dizendo que a quantidade era pequena e a qualidade ruim. Insistiu para que eu devolvesse e pedisse o dinheiro de volta, o que nem passou pela minha cabeça, pois eu confiava no fornecedor, era o único que eu tinha, e levava em casa, de forma discreta, uma vez por mês.

Dessa insatisfação, os fatos se desdobraram de forma não prevista. Aquela pessoa que parecia ser meu amigo, me espancou com a chave de roda do seu carro na garagem do prédio quando eu voltava da faculdade. Fiquei surpreso com aquela atitude, ele estava visivelmente descontrolado, como se estivesse sob o efeito de alguma outra substância que não a maconha, pois se mostrava muito agitado e falando coisas desconexas. Após me agredir com a chave de roda, com a pistola na cintura, disse que eu não levasse aquilo adiante, caso contrário ele acabaria com a minha vida.

Fui à 4ª DP – Delegacia de polícia – para registrar ocorrência de lesão corporal e como estava nervoso com a situação, falei para a policial que atendia o balcão que o agressor era policial civil. Esse foi o meu erro, pois a policial se dirigiu a outro policial dizendo que era o Rochinha e sugeriu que ele fosse contatado para esclarecimentos.

Assim que Ricardo soube que eu havia registrado o boletim de ocorrência na DP, registrou também ocorrência de lesão corporal. Disso, eu só tive ciência quando fui intimado para prestar declarações, e sobre a mesa do agente que me entrevistava, observei outro exame de corpo de delito e perguntei do que se tratava. O policial me respondeu que o Ricardo também tinha sido agredido. Pedi para olhar o exame e verifiquei que foram constatadas lesões corporais. A partir daquele momento, percebi que a situação era séria, mas o pior eu ainda não sabia: ele havia registrado uma ocorrência da DPCA - Delegacia Especial de Proteção ao Menor, alegando que eu tinha aberto o zíper e mostrado o órgão genital para a sua filha.

Interessante que ele alega que a criança foi abusada e ele não fez nada além de me espancar, não procurou a polícia imediatamente após saber do ocorrido. O Ricardo somente procurou a DPCA no dia seguinte, após o almoço, sob o argumento de que não procurou outra delegacia imediatamente porque preferiu esperar o atendimento especializado da DPCA. Relataram que, por serem policiais, entrevistaram a criança separadamente, usando técnicas policiais e concluíram pelo abuso.

A criança tinha 6 anos e foi ouvida pelas policiais na DPCA, onde confirmou que o tio Adriano havia aberto o zíper e mostrado o “bilau” para ela. Depois de quase um ano de tramitação do inquérito, sem ao menos eu ser indiciado, o Ricardo procurou o MP, que ao tomar conhecimento de que um servidor do TJ – Tribunal de Justiça havia cometido um crime hediondo, se empenhou no caso.

O inquérito tramita da delegacia para o judiciário por 60 dias, para as diligências, e em uma dessas vindas rotineiras, lembrando que o inquérito ficou quase um ano parado, em grande medida por falta de colaboração do pai da vítima. Isso porque eu solicitei a oitiva da empregada anterior a atual, Francinete, que havia trabalhado por um período maior na residência da suposta vítima. O Ricardo alegou que não lembrava do nome completo e do endereço, o que foi consignado em relatório pelo escrivão. Após esse relatório, ele “lembrou” que tinha contratado a Francinete por meio de uma agência de empregos e ofereceu os dados para que ela fosse encontrada. Mesmo sem ser ao menos indiciado no inquérito, o MP oferece denúncia.

Já tinha elaborado o HC, sustentando a ilegitimidade do MP para propor a ação, tendo em vista que, na época, o MP só era legítimo no caso de violência real ou hipossuficiência dos genitores. Ausentes essas condições, juntas ou isoladamente, era caso de queixa-crime, com prazo decadencial de 6 meses a partir da ciência do fato pelos representantes legais.

A queixa-crime havia sido distribuída muito além do prazo decadencial. O HC foi distribuído para o desembargador mais linha dura na época, que negou a ordem, com o argumento de que o princípio da proteção total deveria prevalecer diante da decadência, não podendo o Estado deixar de apurar esse crime pelo decurso do tempo, inaugurando o novo entendimento que culminou na Lei 12.015/2009⁸, a partir da qual o MP é legítimo em qualquer crime sexual.

⁸ A Lei nº. 12.015/2009 alterou substancialmente o Título VII da Parte Especial do Código Penal. Antes da modificação, em tais delitos, a ação penal era, em regra, de iniciativa privada, com apenas quatro exceções: a) se

Com a decisão, a denúncia foi recebida, quando me manifestei no momento oportuno, requerendo o depoimento sem dano, forma de escuta que identifica facilmente se a criança está sendo orientada. Solicitei a realização do depoimento tanto da criança, como dos meus filhos, a fim de demonstrar que a minha família era bem estruturada, com filhos com bom rendimento escolar.

O juiz despachou dizendo que no momento oportuno apreciaria o pedido do depoimento especial e acabou sentenciando sem deferir ou indeferir o pedido. No curso do processo, pedi para que as professoras da vítima fossem ouvidas, pois o Ricardo me confidenciara que a filha tinha uma sexualidade muito aflorada para sua idade, o que tinha causado um problema na escola. As professoras compareceram à audiência e confirmaram que, certo dia, a criança falou para a professora de educação física que sabia que para ter neném era necessário fazer sexo. Questionada pela professora sobre quem havia ensinado, a criança respondeu que tinha sido o pai. O assunto foi levado à coordenadora pedagógica, que chamou o pai para conversar. Sendo questionado o porquê dessa fala da criança, ele disse que talvez fosse pelo fato de a criança ter assistido o filme “Virgem aos 40”, durante as férias no Rio de Janeiro. Foi solicitado ao pai que levasse o filme para ser avaliado, porém ele mudou a criança de escola no meio do ano.

Requeri a oitiva da moça que auxiliava anteriormente na casa do Ricardo, que trabalhou por mais tempo com a família e conhecia melhor a dinâmica familiar. Foi a maior dificuldade para que ele fornecesse o nome completo da moça, a fim de localizá-la. Quando ela finalmente foi encontrada e testemunhou, entendi o porquê de tanta resistência. No depoimento, ela relatou o comportamento sexualizado da criança na internet e a falta de respeito com os pais.

a conduta fosse praticada com abuso do poder familiar ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador (ação penal pública incondicionada); b) se resultava, da violência empregada, lesão corporal grave ou morte (também ação penal pública incondicionada); c) se a ofendida ou seus pais não podiam custear as despesas de um processo penal sem privar-se dos recursos indispensáveis à manutenção própria ou da família (ação penal pública condicionada à representação) e d) se resultasse lesão corporal leve, aplicava-se o Enunciado 608 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual, “*no crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada.*”

Assim, com exceção destas quatro hipóteses, o exercício da ação penal dependeria sempre do oferecimento de queixa, observando-se o prazo decadencial de seis meses, peremptório e de direito material, cuja inobservância acarretava a extinção da punibilidade, nos termos do art. 107 do Código Penal. A regra, portanto, era a ação penal de iniciativa privada. Agora, com a nova redação dada ao art. 225 do Código Penal, nos crimes definidos nos Capítulos I e II do Título VI (respectivamente, crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulnerável: arts. 213 a 218-B) a ação penal é sempre pública condicionada à representação, salvo se a vítima é menor de dezoito anos ou pessoa vulnerável, quando, então, a ação penal será pública incondicionada. MOREIRA, Rômulo de Andrade; ROSA, Alexandre de Moraes. Estupro, STF e Habeas Corpus n. 123.971: de quem é a legitimidade da ação penal instaurada depois da lei n. 12015/09?

Condenado em primeiro grau, apelei para o tribunal, sustentando cerceamento de defesa e insuficiência de provas, uma vez que a principal prova, no meu entendimento, não havia sido sequer indeferida, para que eu pudesse recorrer. O desembargado relator era o mesmo do HC, que sustentou na sessão de julgamento a não ocorrência de cerceamento de defesa, pois não reiterado o pedido do depoimento nas alegações finais.

O presidente da 1ª Turma Criminal, vogal na apelação, chegou a se manifestar pela anulação da sentença, sob o argumento de que a criança não fora ouvida na fase judicial e que a condenação se baseava somente no depoimento da genitora da vítima. Mudou de posicionamento quando o relator insistiu na questão de não ter sido repetido o pedido de depoimento em alegações finais. Diante disso, o vogal chegou a dizer que a entrevista realizada na delegacia seria, então, uma “espécie de laudo” e manteve a condenação.

Fui ao STJ – Superior Tribunal de Justiça, onde foi deferido o recurso do MP, no sentido de aumentar a pena por abuso de confiança, e indeferido o meu monocraticamente. Caberia recurso para levar ao colegiado, mas o advogado que cuidava do caso na época, aviou o recurso no prazo errado, o que causou o não conhecimento e o trânsito em julgado da condenação, que foi de 6 anos e 6 meses de reclusão.

Então, começa minha saga no Supremo, onde entrei sustentando a ilegitimidade do MP, tendo em vista a data do crime anterior a lei mais gravosa. O HC tramitou oito meses, até a concessão do HC pelo relator. No entanto, a Ministra Carmem Lúcia afetou o Pleno, tendo em conta os efeitos da ordem concedida monocraticamente.

Para ser julgado pelo Pleno demorou muito, deu tempo de eu fugir, ser preso em Curitiba e ser recambiado ao DF. O HC foi julgado quando eu já estava preso há um ano, no qual o voto do Ministro Barroso reverteu a liminar e concluiu pela legitimidade do MP, sendo acompanhado pela maioria, relativizando no meu caso o princípio da legitimidade. Meu HC foi objeto de vários artigos científicos na época, que sustentavam a ilegitimidade do MP. Quando saí da cadeia, tive acesso a eles. A força do trânsito em julgado me transformou num monstro.

O Recantinho me ouviu e perguntou qual a diferença entre estupro e atentado violento ao pudor, tendo eu respondido que no estupro havia a penetração e no atentado violento ao pudor, não. De imediato, ele gritou para a cela ao lado, pedindo o Código Penal. Com a chegada do livro, ele pediu para eu abrir no artigo 216, o que eu fiz, e dei para ele o código com a página aberta. Ele leu atentamente e me perguntou o que significava diverso da conjunção carnal.

Expliquei a ele que, diferentemente de estupro, não há penetração, dando como exemplo o meu caso, em que fui acusado de abrir o zíper e mostrar o bilau para a filha do meu vizinho, pela descrição da denúncia. Ele me olhou profundamente nos olhos e, quando os presos da cela ao lado perguntaram qual era a do “Duzentão”, nome dado a quem viola os artigos sexuais que se iniciam no artigo 200 do CP, quem havia chegado.

De imediato, o Recantinho respondeu que eu era de boa, que eu tinha caído numa “casinha” armada por um cana. Não imaginava que a minha condição física estava em jogo enquanto eu respondia às perguntas do Recantinho. Depois, ele me mostrou uma barra de ferro de aproximadamente 40 cm que já estava com ele para me dar uma surra quando eu dormisse, inclusive, demonstrando como enrolaria a barra de ferro em uma toalha para que não fizesse barulho.

Senti que minha vida estava exposta à morte, onde eu estava, e que tudo era possível acontecer. Isso me lembrou do Giorgio Agamben. Muito embora Foucault tenha trazido a ideia de exposição à morte, quando fala da biopolítica, ele não chega às consequências mais evidentes e duras, bem como não falou do ápice dessa biopolítica, vivenciada pelos prisioneiros dos campos de concentração.

Antes de entrar nos conceitos de Agamben, é preciso analisar a relação do Estado de Direito com o Estado de Exceção e em que medida ambos se distinguem. A conclusão a que chega Giorgio Agamben que o Estado de exceção tende a se apresentar cada vez mais como o “paradigma de governo dominante na política contemporânea”, seja nas democracias ou nos regimes totalitários, “como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”. (AGAMBEN, 2010, p. 13)

Pode-se dizer que o que mais caracteriza o Estado de Exceção é a sua relação com a lei e com o direito. Como atesta Agamben, o problema do Estado de Exceção não é tanto a confusão dos poderes ou o primado do executivo, mas a separação da lei e da “força de lei”: O Estado de Exceção “define um ‘estado de lei’ em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem ‘força’) e em que, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua ‘força’”. (AGAMBEN, 2004, p. 61).

No Estado de Exceção o que está em jogo é uma força de lei sem lei, uma força de ausência de lei (por isso, uma força de lei). Giorgio Agamben (2010, p. 34), leitor de Carl Schmitt, vai definir a relação de exceção do soberano com seus súditos (soberania) como uma

relação de bando, no sentido de que “aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem”. Ou seja, a relação de bando é a exposição dos súditos aos arbítrios do soberano.

Carl Schmitt (2008, p. 7) inicia sua obra “Teologia Política” com uma polêmica declaração: “soberano é quem decide sobre o estado de exceção”. Para o autor, identifica-se o soberano pela sua capacidade de criar o estado de exceção, de suspender a lei no caso concreto, por meio de uma decisão eminentemente política. A soberania seria, portanto, um conceito limítrofe, residido em uma esfera extrema. O soberano não aparece no caso normal, mas sim no caso excepcional. (SCHMITT, 2008)

Da mesma forma que se cria a excepcionalidade de fatos cotidianos, também aparecem os outros na figura do inimigo público. Para Schmitt (2008), as ações e os motivos políticos seriam sempre estabelecidos na distinção amigo/inimigo, uma diferenciação que não usa de categorias morais, estéticas ou econômicas. O inimigo é o outro, o estranho, o existencialmente diferente e tal classificação imprecisa basta para qualificá-lo. O inimigo, que a princípio não deveria ser eliminado, mas neutralizado, é o fator que confere identidade política ao presidiário.

Como remonta o autor italiano, os gregos possuíam dois conceitos distintos que hoje agrupamos no termo vida. Havia a distinção entre *bíos*, “forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo”, e *zoé*, o “simples fato de viver” (AGAMBEN, 2010, p. 9)

Na polis grega, a vida que importava era a *bíos*, a vida que diferenciava homens de animais, a vida política. A teoria da biopolítica, forjada por Michel Foucault, vai então defender que a política moderna passa a ser cada vez mais interessada no “simples fato de viver” e o controle passa a ser não mais sobre o território, mas sim sobre a população. (AGAMBEN, 2010, p. 9)

A construção desta figura-limite como tabu, santidade, tabu da impuridade, *homo sacer*, pessoa tabu, é trabalhada na obra de Durkheim (1996), onde ele aborda a noção das pessoas fastas e nefastas, nessa ambiguidade da noção do sacro e do profano.

O *homo sacer* era uma figura do direito romano que remetia ao sujeito cuja morte não poderia se dar por meio de sacrifício, devido a sua impuridade, tampouco poderia ser considerado homicídio se um *homo sacer* fosse morto, pelo desvalor atribuído à sua vida, e a

esse fato não se aplicava a lei dos homens, tampouco servia para o sacrifício divino, pois a marca do ser impuro acompanha o *homo sacer* não podendo, portanto, ser oferecido aos deuses. O *homo sacer*, no entanto, não é exatamente identificado pela relação de sacralidade (no sentido original do termo), mas sim pelo “caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto”. (AGAMBEN, 2010, p. 84) Ele é a exceção tanto do direito divino quanto do direito profano e, por isso não encontra proteção em nenhum dos dois, está plenamente exposto, sua vida se torna “vida nua”, o matável insacrificável.

A vida nua é um conceito chave da obra de Agamben (2010, p. 84). Ela pode ser definida em poucas palavras como sendo “a vida natural [*zoé*] enquanto objeto da relação política da soberania, quer dizer, a vida abandonada”. Para Agamben (2010, p. 106), é justamente nela que reside a política: “contrariamente ao que nós modernos estamos habituados a representar-nos como espaço da política em termos de direitos do cidadão, de livre-arbítrio e de contrato social, do ponto de vista da soberania, autenticamente política é somente a vida nua”. Aqui o autor confronta o pensamento hobbesiano, mostrando que o fundamento da soberania não é a cessão livre do direito natural de liberdade para a própria proteção, mas sim a manutenção do poder do soberano de fazer qualquer coisa com qualquer um, tratar a todos como vida nua.

A relação entre o soberano de um lado e o *homo sacer* e sua vida nua do outro é fundamental. Ambos se apresentam como figuras correlatas, simétricas, “no sentido de que soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri* e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos”. (AGAMBEN, 2010, p.86) E é, por isso que o autor, confrontando Schmitt, define o soberano não como simplesmente aquele que decide sobre o Estado de Exceção, mas “aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal”. (AGAMBEN, 2010, p. 138)

Para Carl Schmitt (2008, p. 27), “a diferenciação especificamente política (...) é a diferenciação entre amigo e inimigo”. O inimigo para ele é o outro, o desconhecido, o estranho e o conflito resultante da existência de amigos e inimigos é tãintenso e insolúvel que não pode ser resolvido por uma mediação de um terceiro; só pode se resolver em um confronto, na guerra, que, como dito, é prerrogativa do poder soberano. “Ao conceito de inimigo corresponde a eventualidade de um combate, eventualidade esta existente no âmbito do real”. (SCHMITT, 2008, p. 93).

Walter Benjamin (2012) começa sua obra “Sobre a Crítica da Violência” indicando que a relação básica de toda ordenação de direito é a entre fins e meios. Assim, resume todo o debate filosófico-jurídico do nosso tempo ao contrapor as duas principais tradições da filosofia do direito: “o direito natural almeja ‘justificar’ os meios pela justiça dos fins, o direito positivo, ‘garantir’ a justiça dos fins pela ‘justificação’ de meios”.

“Uma violência pura, como um meio puro, é aquela que consiste só em sua manifestação: uma violência que não governa nem executa; simplesmente se manifesta como na cólera”. A figura da cólera, da raiva irracional é chave para compreendermos a ideia de violência divina.

Ora, o problema é que, face à consolidação do pensamento da guerra permanente, o Estado de Exceção tende, cada vez mais, a se apresentar como o modelo de governo dominante na política contemporânea, deslocando a terminologia da excepcionalidade para a exclusão social permanente, desfigurando a estrutura e o sentido da própria Constituição e da Democracia.

No tocante ao tempo de duração do Estado de Exceção, Schmitt (2008) entendia que seria breve, pelo tempo necessário, somente para que o direito fosse mantido por meio de uma decisão soberana de fora do direito, um momento pontual como, por exemplo, o estado de sítio. Já Walter Benjamin (2012) antecipava o que se defende neste trabalho, no sentido de um estado de exceção permanente como paradigma de governo, nos seguintes termos: “(...) a tradição dos oprimidos ensina que o estado de exceção é, na verdade, a regra”. (BENJAMIN, 2012, p. 245)

Entramos, assim, na biopolítica, cujo objetivo, segundo Foucault, seria garantir a segurança da população e gerenciar os riscos produzidos pela vida social, o que inaugura novos mecanismos de intervenção do poder e extração de saber, com a intenção de governar a população e os fenômenos produzidos pela vida na coletividade. Existe uma clara mudança da disciplina do corpo individual, corpos dóceis e úteis, para o controle do corpo social, onde o que passa a interessar é o controle da população, nascendo assim a biopolítica. Em vez do soberano deixar viver e fazer morrer, como ocorria até o século XVII com as penas cruéis, no século XVIII, a soberania passou a deixar morrer e fazer viver, por motivos muito mais econômicos do que humanitários.

Agamben (2015, p. 42) desdobra as consequências biopolíticas do tempo moderno como a exposição da vida dos indesejáveis nos campos da modernidade, no qual a prisão pode ser

considerada um desses campos. O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a se tornar regra.

Ainda mais, de acordo com o referido autor:

(...) se a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na consequente criação de um espaço para a vida nua como tal, teremos que admitir, então, que nos encontramos virtualmente em presença de um campo todas as vezes em que for criada uma estrutura semelhante, independentemente da entidade dos crimes que são cometidas ali e qualquer que seja a sua denominação e topografia específica. (AGAMBEN, 2015, p. 45)

E o conceito de exceção está exposto na obra “Estado de Exceção” nos seguintes termos:

(...) o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito ao patamar, ou a uma zona de indiferença em que dentro ou fora não se excluem, mas se indeterminam. (AGAMBEN, 2011, p. 62)

Para articular o conceito de estado de exceção é necessário mais uma categoria que Agamben (2004) elabora e sustenta ser a base da relação soberana de exclusão, que é o conceito de bando:

Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem. Dele não é literalmente possível dizer que esteja fora ou dentro do ordenamento. (AGAMBEN, 2004, p. 25)

Assim, a exceção é a gênese do Campo, que cria uma estrutura de bando que liga os dois polos da exceção, a vida nua e o poder, o *homo sacer* e o soberano. É a esta estrutura do bando que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos. (AGAMBEN, 2004, p. 76)

Me sentia nessa condição de abandono, onde o exercício do poder soberano do Estado me colocava frente a frente com a morte. Perguntei o porquê de o Recantinho estar naquela cela, já que o agente me disse que todos ali tinham o mesmo problema. Ele me respondeu que estava ali por motivo de indisciplina, que havia agredido alguns policiais e, por isso foi colocado naquela cela como castigo. O outro preso que estava lá, Carlos, tinha sido acusado de abusar de duas irmãs de 5 e 7 anos e observei que ele tinha muito medo do Recantinho, sempre se esforçava para agradá-lo.

Quando o crime desse preso era noticiado nos canais policiais, tendo em vista a notoriedade que o caso assumiu, os presos se revoltavam contra ele e proferiam xingamentos.

Era visível a submissão dele ao Recantinho, que se aproveitava da situação para explorá-lo nos lanches, refrigerantes e cigarros, como se fosse um pagamento pela permanência na cela sem problemas.

Era sábado. Também existia o classificado, que ficava solto no corredor e fazia a função de pendurar algumas roupas que eram lavadas na cela num local que batia o sol, bem como fazer compras na cantina, uma realidade que conheci aqui em Brasília. A cantina vendia refrigerantes, em geral, pão com ovo e salgadinhos. Como eu não tinha dinheiro, o Recantinho disse para eu falar com o classificado e pedir que ele ligasse para minha esposa, o que eu fiz, passando o telefone e pedindo para ela falar com o João Marcos para levar dinheiro. A quantia permitida, na época, era R\$ 200,00 por semana.

O interessante é que o classificado na DPE – Departamento de Polícia Especializada estava preso por pensão alimentícia. Como esse tipo de preso não pertence a criminalidade de rua, é visto como não perigoso e apto para o trabalho de classificado que, muito embora tenha certa regalia de ficar solto nos corredores, exige muito jogo de cintura para lidar com todo tipo de preso.

Ainda durante a manhã, fomos tirados da cela para o banho de sol, separados dos outros presos. Eu continuava somente de calça jeans e o Recantinho disse que pediria ao policial do pátio uma camisa para mim, o que foi feito. O agente me trouxe uma camisa branca, com um detalhe vermelho na gola, parecia de uma instituição de assistência aos presos, mas não me recordo o que dizia nela. Ficamos no pátio andando e vendo uma televisão de tela grande, onde passava o Sportv, até que vieram nos recolher.

No final da tarde, um agente veio até a cela e gritou meu nome. Ele estava com uma caixinha de plástico com meus remédios, estendeu o braço, me alcançou a caixa e disse para eu pegar os remédios que eu precisaria para a noite, pois tinha prescrição de medicação pela manhã e à noite. Quando o Recantinho viu minha caixinha de remédios, ficou animado e pediu para que eu ficasse com uma quantidade maior dos remédios para dormir. Esse diálogo foi possível porque o agente se distraiu com presos da outra cela. Fiz o que o Recantinho pediu, ficando com algumas cápsulas a mais dos medicamentos psiquiátricos. Assim que o policial saiu, o Recantinho disse que poderíamos fazer dinheiro com os comprimidos, fiquei apreensivo e fui acalmado pelo mesmo, que disse que não daria problema algum.

No dia seguinte, o classificado me procurou e disse que o número que eu havia dado a ele não atendia. Achei estranho porque minha esposa sempre atende o celular, mas, como tinha falado com ela assim que cheguei em Brasília, não me preocupei, pois achava que o João Marcos iria até a carceragem.

A questão financeira foi resolvida com os comprimidos. O Recantinho passou a comprar alguns itens da cantina e dividir comigo como refrigerante, que era de 2 litros, pão com ovo e biscoitos. Cigarro também não faltou, o Recantinho vendia os comprimidos por R\$ 20,00 reais cada, o que possibilitou um conforto financeiro. O domingo passou sem notícias do advogado e a segunda-feira parecia ser um dia com mais esperança de que algo novo acontecesse.

A cela 4 era de grande rotatividade porque passaram alguns presos que ficavam pouco tempo na cela, sendo logo demovido de ficar ali pelo Recantinho com certa violência e ameaça, principalmente contra os criminosos sexuais, com os quais ele não tinha a menor tolerância. Mandava bater na lata, na porta e pedir para o policial para sair de cela, sem dizer nada das ameaças, o que sempre ocorria.

Lembro de um cidadão que chegou na cela porque tinha tentado se enforcar em outra. Assim que os policiais saíram, o Recantinho o pressionou muito, dizendo que se ele queria mesmo morrer, daquela noite ele não passava. Senti verdade na fala do Recantinho e acho que o preso também porque, em seguida, ele bateu na porta chamando os policiais e disse que queria sair daquela cela. O policial perguntou se havia ocorrido alguma coisa na cela e o preso respondeu negativamente.

O Recantinho foi tirado da cela logo na manhã de segunda-feira e quando voltou disse que o delegado queria interrogá-lo do assalto pelo qual estava sendo investigado. Percebi que alguns presos ficavam na DPE por conveniência da investigação, pois a carceragem ficava no subsolo, embaixo das delegacias especializadas, sendo muito mais prático a permanência do preso naquele local, do que ter que ir até a Papuda para ouvi-lo quando necessário, que fica distante da região central de Brasília.

A segunda-feira acabou e eu não tive notícias do meu advogado, mas muitos receberam visitas naquele dia. Pude perceber que o tratamento dos policiais para com os presos era bem diferente de Curitiba, com muito mais truculência e desrespeito. Chegou a terça-feira e percebi uma movimentação, era o dia da transferência dos presos da carceragem da DPE para a Papuda. No domingo tinha chegado outro preso, o André, muito doido de rupinol, que nem bem chegou,

já foi dormir e quando acordou, conversou comigo e com o Recantinho, que aprovou sua permanência na cela.

O preso acusado do abuso contra as irmãs foi hostilizado pelo André, que ficou sabendo pelo Recantinho que quando chegou sob efeito do rupinol, Carlos fez um comentário infeliz, dizendo que o André tinha chegado e ido dormir sem falar com ninguém da cela e sem pedir licença. Isso foi suficiente para o Carlos ter mais um inimigo na cela e não sei se era pelo momento que estava passando, mas ele falava muitas coisas impertinentes para aquele local, fazia comentários desnecessários.

No dia seguinte, após o café da manhã, dois policiais chegaram na porta da cela e anunciaram o nome do André para a transferência. Perguntei se meu nome não estava na lista. Nesse momento, o Recantinho me chamou para ir ao fundo da cela, um pouco longe do agente, e falou para eu ficar lá na DPE, possivelmente com medo de perder a renda dos remédios. Quando os policiais voltaram, confirmaram minha transferência com o André. Ficaram o Recantinho e o Roberto. Seguindo os procedimentos à risca, saímos eu e o André da cela, em fila indiana com os outros, todos de cabeça baixa, sem olhar para os lados, olhando e nos guiando somente pelo ponto vermelho que a arma de choque fazia no chão durante o deslocamento.

Fomos colocados no espaço que eu havia ficado na primeira noite, o cubículo de grades que dava acesso ao local aonde os presos chegavam e eram identificados criminalmente. Chamou-me a atenção foi o fato de estar sendo reproduzido na televisão do pátio um filme pornográfico. Acredito que faça parte do pacote reservado aos presos, já que a privação sexual é um dos maiores problemas do cárcere.

Após alguns momentos, fomos encaminhados a um portão de chapa de aço que se encontrava aberto e chegamos no chamado caveirão do DPOE - Diretoria Penitenciária de Operações Especiais, que estava com as portas traseiras abertas. Entramos e nos acomodamos no banco de ferro lateral. O veículo era dividido em duas celas, com uma divisão no meio. Cabiam cerca de 10 internos de cada lado, mas a lotação foi maior que isso, aproximadamente 15 de cada lado. Saímos do DPOE, que fica próximo à área central, e partimos em direção à Papuda.

Era um misto de emoções, afinal, eu finalmente chegaria na Papuda, um presídio de segurança máxima, com toda a fama de tratamento desumano. Alguns que estavam no cubículo

sabiam até a nossa localização, tão só pelas lombadas ou curvas que o veículo fazia, demonstrando não ser a primeira vez que faziam esse caminho nessas condições.

O interior do cubículo é extremamente mal ventilado, fazendo com que sentíssemos o forte cheiro de óleo diesel, principalmente quando o veículo parava. A chegada estava se aproximando e a angústia só aumentava. Chegamos por volta das 10h30min. Quando as viaturas pararam, eram cerca de quatro, acompanhadas de outras viaturas de escolta e de um helicóptero da polícia civil, as portas se abriram.

Uma nova etapa do cumprimento da pena se iniciou. Entrei no famoso presídio da Papuda, conhecido pelo seu rigor. Muitas coisas aconteceriam naquele lugar.

2 A SEGUNDA CHEGADA NA PRISÃO

Assim que o caveirão estacionou e abriram as portas, percebi a presença de muitos agentes penitenciários, denominação da época para a carreira, hoje polícia penal. Mandaram que o cubículo ao lado descesse, enquanto o nosso lado permaneceu no interior do cubículo. Uma agente perguntou quem era o servidor do TJ, tendo eu me apresentado. A agente passou meu nome pelo HT⁹ para a central e obtive a resposta que eu havia sido demitido.

Interessante porque eu não tinha essa informação quando ocorreu o trânsito em julgado no STJ e quando entramos com o HC no Supremo, tomei a iniciativa de me ausentar de Brasília até que o Habeas Corpus tivesse uma decisão, que todos esperavam que fosse pela concessão. Desde então, eu fui para Curitiba e para outros lugares, na certeza de que antes do julgamento do HC, não fazia sentido eu me entregar, deixando de comparecer ao trabalho até a decisão. Não tinha notícias até aquele momento de que existia um processo administrativo por faltas e muito menos que o referido processo administrativo já teria decisão final. Como no momento a minha preocupação não era essa, não dei muita importância para aquela informação.

Mandaram que saíssemos da viatura com a cabeça baixa, em fila indiana. Andamos aproximadamente 20 metros e entramos em um pátio grande, cercado de grades, onde todos os transferidos estavam sentados no chão, em fila indiana. O modo como os agentes lidavam com os presos me deixou perplexo. Todos os agentes de óculos escuros, com chapéu camuflado ou boné, gritando ameaças, espirrando spray de pimenta em quem conversava, sendo extremamente rudes em todos os comandos.

Ordenaram que tirássemos as roupas que não fossem brancas. Como minha camiseta tinha uma gola vermelha, tive que tirar, ficando novamente só de calça jeans. Fazia muito sol, era a época da seca em Brasília, em pleno setembro, e ficamos sentados no pátio, ouvindo as instruções de comportamento, para logo depois sermos orientados a nos aproximar da grade, onde existia o pessoal do serviço médico, que fizeram algumas perguntas a respeito da saúde e aplicou a vacina. Nesse momento, observei que ao meu lado estava aquele cidadão que foi ameaçado pelo Recantinho. Percebi que a situação dele não era muito boa pelo seu semblante, pois continuava com um ar de estar fora da realidade, tanto que a enfermeira fez uma pergunta e ele não respondeu. Imediatamente, o agente que estava ao lado da enfermeira gritou de forma rude para que ele respondesse e, como não obtive resposta, chamou outro agente que estava do

⁹ Nome dado ao rádio portátil.

lado de dentro do pátio e mandou que o levasse para o castigo por indisciplina. Fiquei com pena dele e percebi que não havia sensibilidade ou tolerância alguma do lado contrário.

O ritual de desumanização teve continuidade com os cortes de cabelos. Havia dois classificados com máquinas de corte de cabelo e eles caprichavam na hora de raspar a cabeça, de modo que a máquina ferisse o couro cabeludo e provocasse algum sangramento. Eu, o André e outro preso fomos tirados do pátio maior e fomos colocados em uma jaula de ferro menor, com meia parede e o restante grade até o teto, ao lado de um corredor onde os grupos que já haviam cortado o cabelo passavam em direção às celas, eu imaginava.

Num dado momento, quando ia passar um grupo de presos mais antigos por uma galeria lateral, que tinha acesso visual à cela em que nos encontrávamos, um agente se aproximou e mandou que nos agachássemos, pois a metade da cela era de concreto, até a altura da cintura, e o restante de grades, a fim de evitar o contato visual com esses presos, o que fizemos imediatamente.

Depois de tirarem o André e o outro rapaz dessa jaula, vieram me chamar. Saindo do cubículo, eu fui guiado pelo corredor ao lado do pátio grande até uma pilha de roupas que estava no chão, roupa que os recém-chegados tinham tirado quando da chegada e nesse momento o pátio já estava vazio, todos já tinham sido encaminhados. O agente apontou o dedo para uma blusa de crochê branca, encardida, e mandou eu pegá-la e colocar para eu não andar sem camisa. Prontamente, peguei a dita blusa e a coloquei, me pondo a andar na frente desse agente, que me guiava no caminho. Ele não portava arma de maneira ostensiva, nem tenho certeza se estava armado. Enquanto eu andava, tentava registrar o máximo do ambiente, tentando, em vão, me localizar. Atravessamos um pátio interno com árvores e flores e chegamos diante de um prédio, o Bloco 5, onde eu ficaria preso.

Com o tempo, eu descobri que o referido bloco se destinava a ex-policiais, vulneráveis em razão do crime, da idade e da condição financeira, pois quem tem dinheiro na prisão, em regra, é extorquido pelos demais presos. Eu me enquadraria, pois como fui servidor da justiça criminal, tinha a mesma prerrogativa dos policiais. Entramos por uma espécie de recepção, onde estavam outros dois ou três agentes, que me perguntaram algumas coisas e um deles mandou que eu o acompanhasse, nos moldes do procedimento¹⁰, eu na frente e o agente sempre atrás.

¹⁰ É o nome dado ao comportamento que o preso deve ter diante dos agentes em qualquer situação, nas escoltas, nas revistas e no dia a dia no trato com os agentes: cabeça baixa, mão para trás e obedecendo todos os comandos recebidos sem recalcitrar.

Quando saímos da recepção, entramos num pequeno pátio descoberto que, ao fundo, tinha uma meia parede de alvenaria e o restante grade, onde pude ver outro pátio interno, um pouco maior que o anterior e menor do que o pátio aonde chegamos com a escolta. Percebi alguns internos andando e outros conversando e, claro, a minha chegada era o assunto do momento.

O agente me entregou um papel que tinha minha qualificação e o crime pelo qual eu estava preso. Abriu um portão e disse que eu poderia ir para a cela 2. Chegando na cela, havia um senhor de aproximadamente 45 anos, negro e forte, sem camisa, sentado numa cadeira de plástico e usando uma pequena mesa de plástico, onde havia alguns cadernos e apostilas, assistindo uma espécie de curso na televisão da cela. Parei na porta da cela e disse a ele que o agente tinha mandado eu ir até ali, sendo que ele me olhou de cima a baixo com um olhar crítico, com tom de autoridade e me disse para dar o papel a ele, aquele que o agente havia me dado.

Ele olhou o papel e perguntou de forma ríspida se eu era doido para querer ficar em cela de polícia sendo um duzentão. Do mesmo modo que fiz com o Recantinho na DPE, fiz com o Chagas, contando toda a estória desde o início, apontando os erros processuais que culminaram com o trânsito em julgado e do HC no Supremo que estava prestes a ser julgado, eu pensava.

Em dado momento, enquanto eu falava, fiz menção de me apoiar no móvel da televisão que estava ao meu lado e fui prontamente advertido com a pergunta se o móvel era meu para eu me encostar. Rapidamente me recompus, tirando a mão do móvel.

Depois de me ouvir e me olhar muito, ele disse para eu tomar um banho, pois estava fedendo e aproveitar para lavar minha calça no banho. Quando eu me virei, percebi que tinham muitos presos escutando minha conversa com o Chagas esperando o desfecho, que foi favorável, com a determinação de eu tomar um banho.

Conheci o Japão, que também estava na cela 2 e perguntou se eu queria comprar um short branco. Falei que não tinha dinheiro e ele me perguntou se eu teria visitas porque eu poderia pagar depois de receber o dinheiro da visita, tendo respondido que sim e aceitado a mercadoria por 35reais. Ele também me vendeu uma cueca nova e me deu um sabonete para eu poder tomar banho.

A cela era grande, a maior que eu tinha ficado até então. Até aquele momento, eu não sabia quem estava na cela 2 e quem não estava. Alguns no pátio me cumprimentaram, dentre eles o Fabiano, um rapaz jovem, alto, branco e magro. Foi o único que me acolheu, além do

Chagas, do seu jeito, e me deu uma toalha de banho. Eram dois banheiros lado a lado no fundo da cela e o Fabiano indicou que o nosso banheiro era o posicionado à direita. Depois, entendi que como tinham 8 internos na cela, 4 usavam um banheiro e os outros 4 o outro. O banheiro tinha louças sanitárias, uma pia pequena, vaso sanitário e espaço para o banho, com chuveiro elétrico.

Tomei banho e segui a “orientação” do Chagas, lavando minha calça jeans e minha cueca. Orientação entre aspas porque eu não tinha outra opção, senão obedecer às ordens do chefe do local de onde eu estava chegando. Mais uma faceta da cadeia se apresentava para mim, a figura do chefe da cela.

Por mais que eu já tivesse alguma “experiência” de prisão, com minha passagem no CMP de Curitiba, eu estava na Papuda, o que me causava uma insegurança muito grande. Como o pai da vítima é policial civil e eu tinha o conhecimento de que a Polícia Civil era quem cuidava da Papuda, isso me deixava apreensivo. Depois, descobri que minha informação estava desatualizada, na verdade eu tinha essa percepção porque quando trabalhei na 7ª Vara Criminal de Brasília, era assim que funcionava, a Polícia Civil controlava os presídios quando ainda não existia a carreira de agente penitenciário, responsáveis, então, pela vigilância e manejo dos presos.

Quando saí do banho, tomei o cuidado de tirar o excesso de água com um rodo que estava dentro do banheiro. Como não tinha box nem aquela cortina de plástico ou qualquer outra barreira física, a água ficava espalhada no chão do banheiro. Me olhei no espelho depois de algum tempo, tinha um pequeno pendurado por meio de um prego, sobre a pia. Depois descobri que dentro de cadeia não tem espelho, mas o que é permitido ou proibido, descobri também, depende sempre do lugar onde você está.

Abri a porta e o Chagas chegou perto com o propósito de sentir meu cheiro, se eu ainda estava fedendo. Isso foi logo na saída do banheiro, depois da aprovação não com resistência, pois ele pediu para ver o sabonete querendo constatar se eu tinha gastado bem a barra. Fui até o pátio, que ficava diante das celas para pendurar minha roupa molhada. Pendurei em um varal, mas perguntei ao Chagas se eu podia, é claro.

Avancei até a grade que divide o pátio do “mundo” externo e havia uma grande porta de ferro de duas folhas, aberta na fachada do prédio e que dava vista de parte da praça central que divide o bloco 5 do prédio da administração central. Estava perdido nos pensamentos de

como seria a minha sobrevivência naquele lugar, quando um interno se aproximou de mim e disse para eu acalmar meu coração, me oferecendo um cigarro.

Agradei e falei em seguida que eu não tinha dinheiro. Já tinha percebido com a negociação com o Japão que naquele local o dinheiro era um fator importante, coisa que não ocorria no Paraná, onde não entrava dinheiro na cadeia. Ele sorriu e me tranquilizou, dizendo que estava doando o cigarro. Era um rapaz jovem da minha altura, tenho 1,82, e com o físico de fisiculturista, branco, Milton o seu nome, apelidado de Bebezão pelo seu rosto juvenil. Ele não estava na “minha” cela que era minha entre aspas porque na prisão quem se manifesta dizendo “minha cela” é aquele que não quer sair da cadeia.

Isso é um jogo de poder muito delicado e em todas as celas que eu havia passado aqui no DF, percebi que sempre existe o chefe da cela, existe uma hierarquia velada, geralmente sustentada pela ameaça da violência física. Embora não tenha sido agredido na DPE, o Recantinho me mostrou a barra de ferro com a qual ele me espancaria, caso não acreditasse na minha estória. Do mesmo modo, sem que o Chagas me ameaçasse diretamente, notei que deveria obedecer, caso contrário estaria em risco.

Logo depois do banho, o Chagas me contou que certa vez chegou na cela um advogado que não gostava de tomar banho. Foi admoestado a tomar banho e se negou, tendo sido agredido fisicamente pelo Chagas, que me contou com orgulho que os óculos do advogado, por terem armação de metal, ficaram fincados no seu rosto após a agressão, fazendo o ferimento sangrar.

Já tinha presenciado isso na DPE, quando o Recantinho ameaçou aquele senhor e mandou ele bater na lata, pedir para sair. Se o chefe da cela tomar alguma atitude violenta, nenhum outro membro da cela pode ir contra. Se chamar o agente e relatar o ocorrido, quem é transferido imediatamente é quem fez a denúncia, em especial se os demais integrantes da cela não confirmarem a agressão. Essa era a regra.

Depois dessa conversa, em que o Chagas reafirmou seu poder quase soberano frente aos demais, saí da cela e fui até o pátio. Outros presos me cumprimentavam com um aceno da cabeça, enquanto outros nem notavam minha presença ou fingiam não notar e eu não podia esquecer do crime pelo qual fui condenado. Era um pátio retangular de aproximadamente 50 metros de extensão por 10 metros de largura, com 9 celas para acomodar de 8 a 10 internos, com a parte de cima coberta com grades. Fiquei mais alguns instantes no pátio, no mesmo lugar, olhando para fora. É uma situação muito desconfortável porque você não sente vontade de

entrar na cela com tantos companheiros e eu não sabia como era a convivência naquele pátio, naquela cela.

O Japão se aproximou e eu pedi para ele anotar mais um cigarro para eu pagar no dia da visita, quando ele me falou que eu poderia abrir uma conta na cantina e pagar no dia da visita e disse que me acompanharia. A cantina ficava na parte dos fundos do pátio, à esquerda, enquanto as celas ficam à direita. Chegamos em uma janela com grades, com dois internos do lado de dentro sentados de forma bem displicente. No interior da cantina, observei três freezers horizontais e duas geladeiras, muitos engradados plásticos de água mineral, refrigerantes e prateleiras com muitos biscoitos, miojo, molho de tomate pronto, além de salgadinhos, pizzas brotinho, pamonhas congeladas para aquecer no micro-ondas e café coado pela cantina.

Eu nunca tinha visto uma cantina da Papuda, porém já havia ouvido falar dessas cantinas no GCCrim – Grupo Calango de Criminologia, durante estudos e debates, e agora estava diante de uma. Não consegui deixar de pensar nos questionamentos acerca de quem controla e ganha dinheiro com essas cantinas dentro do sistema penitenciário, mas ainda era cedo para perguntar.

O Japão chamou o cantineiro e me apresentou dizendo que eu receberia visitas e da possibilidade de abrir uma conta. O cantineiro se aproximou, abriu um caderno pequeno numa página em branco e perguntou meu nome. Assim que respondi que era Adriano, ele me disse que Adriano no pátio já existia, que eu escolhesse outro nome.

Nesse momento, o Chagas se aproximou e disse ao cantineiro que meu apelido era Ching-Ling, fazendo referência aos meus traços orientais, o que me chateou um pouco. Dito isso, o cantineiro abriu um sorriso e anotou Ching-Ling na página em branco. Pedi um cigarro filtro branco, que fosse parecido com o Carlton, ele sorriu novamente de forma irônica e me disse que ali eu não fumaria Carlton. Nisso, o ajudante que até então estava calado, de forma amistosa me alcançou um maço de cigarro News, do qual eu nunca tinha ouvido falar, esclarecendo que era filtro branco.

Depois descobri que se tratava do Binho, um dos integrantes da cela 2. Pedi também uma Coca-Cola e me sentei em um dos bancos de concreto que ficava entre a porta da cela 2 e da cela 3. Percebi que na cela 3 não tinham internos. Fui convidado para entrar por um interno que estava tomando um todinho. Entrei e observei que a cela realmente estava sem triliches e tinha um número grande de fardos de todinhos e sucos de caixinha.

O interno brincou comigo dizendo que eu podia pegar porque eram todos do Chagas, que entrou na cela e continuou a brincadeira me autorizando a pegar. Caíram na risada e me contaram que aquilo era fornecido pelo presídio para o café da manhã e lanche e que aquela cela estava desocupada porque os banheiros eram utilizados pelas visitas nas sextas-feiras.

Dias mais tarde, entendi a importância dos banheiros. É que aconteciam encontros íntimos nas celas durante a visita e os visitantes precisavam acessar algum, pois não podiam entrar na cela do interno visitado, para não atrapalhar o encontro.

No final da tarde, chegaram alguns internos que tinham ido às audiências nos Fóruns, sendo um deles da cela 2, o Willian. Assim que ele soube do novato, tendo o Chagas me apresentado a ele do lado de fora da cela, no corredor coberto que existia na frente das celas, ele apertou minha mão ao tempo que perguntou qual era meu artigo e assim que respondi 214, ele soltou a minha mão, virou as costas e entrou na cela, imediatamente seguido pelo Chagas. Ouvi uma breve discussão, que foi encerrada quando o Chagas falou para o Willian que eu estava na cela porque ele tinha autorizado, que eu ficaria lá e que ninguém iria mexer comigo em alto e bom tom. Um clima tenso se formou, mas foi logo dissipado quando dois agentes se aproximaram da grade frontal, por volta das 17h:45min e gritaram que havia encerrado¹¹, tendo todos os internos se dirigido as suas respectivas celas, o que fiz imediatamente.

Depois que todos entraram na cela e fecharam a tranca pelo lado de fora, os agentes abriram o portãozinho lateral, por onde eu tinha entrado. Enquanto um deles foi batendo os cadeados das celas, trancando-as, o outro agente se aproximava da porta para fazer a contagem, o famoso confere¹².

Quando eu estava no Departamento de Polícia Especializada, o confere acontecia com todos os presos se posicionando na parte dos fundos da cela, ajoelhados e com as mãos na cabeça. Ali foi diferente, o agente contava a quantidade de internos de acordo com as mãos levantadas somente e todos permaneciam em seus lugares. O agente conferiu especialmente o meu nome, para ter certeza de que eu estava na cela certa. Assim eles fizeram da cela 1 até a cela 10, voltando dando boa noite para os internos, o que chamou minha atenção.

¹¹ Os agentes normalmente gritavam da grade que separava o pátio interno do pátio externo a palavra “encerrou”, para indicar que o banho de sol havia terminado naquele momento.

¹² É a contagem realizada pela manhã, antes das celas serem abertas e à noite, logo após as celas serem fechadas, para conferir se todos estão presentes.

Na rotina estabelecida, quando a cela era fechada, o jantar era providenciado. Aquela comida recebida por meio da “xepa”, nome dado à marmita destinada aos presos, era separada e melhorada como fazíamos em Curitiba, com a diferença de que não existia bacon e linguiça, somente molho de tomate e tempero, desfiando alguma carne ou frango que tivesse sido servido pela prisão.

Todos se sentaram em suas cadeiras de plástico e eu fiquei no meu colchão no chão, encostado na parede. Só existiam vagas nos últimos andares dos triliches, então, achei mais seguro ficar no chão do que cair daquela altura e ter um ferimento grave. A cadeia não é lugar para se ficar doente nem se machucar, isso eu já havia percebido.

Após o melhorado ficar pronto, o Fabiano me cedeu uma colher e um prato, ambos de plástico azul. Todos jantaram assistindo os noticiários policiais até o horário do jornal local da Globo e, logo depois, a televisão era sintonizada na Record, quando todos acompanhavam com muito interesse a novela Dez Mandamentos.

Passei a conhecer todos da cela 2: Wagner, Binho, Fabiano, Willian, Chagas, Baleia e eu. Eu imaginava que o Willian fosse policial ou ex-policial, pela sua reação ao meu artigo, mas para minha surpresa, ele era nível superior, formado em Contabilidade. Existiam duas populações naquele pátio, ex-policial civil ou ex-policial militar depois de perder o cargo, que são transferidos para o bloco 5, enquanto não perdem ficam no Batalhão da Polícia Militar que existe dentro do Complexo da Papuda. E também dos internos com nível superior até o trânsito em julgado da sentença condenatória, quando então são transferidos para o “meião”. O Willian, o Wagner e o Fabiano eram portadores de nível superior, já o Baleia e o Binho eram ex-policiais militares e o Chagas era ex-escrivão da Polícia Civil do Piauí.

Passada a primeira noite com o auxílio dos remédios para dormir, o dia seguinte parecia desafiador, por conta do convívio com os demais internos que aconteceria sem mediação e dependia do meu proceder¹³. Os agentes da noite vieram fazer o confere da manhã e abrir as celas para o banho de sol. O café da manhã fornecido pela prisão é pão e Toddynho. Depois que a cantina abre, tem café e os outros produtos para comprar, como minipizza e salgados assados, por exemplo.

¹³ É o nome dado ao comportamento diário de um interno, a partir desse comportamento diário (proceder), que o interno ganha respeito ou não.

Comecei a observar a movimentação do pátio e como as coisas aconteciam, na tentativa de perceber certos padrões na distribuição de forças naquele pátio. Nesses primeiros momentos, percebi que tanto o Japão, quanto o Chagas estavam sempre por perto, como se estivessem observando o meu proceder, me sentia monitorado por vários olhares.

O almoço, como de costume na prisão, chega por volta das 10h45min, em caixas térmicas grandes, e é distribuído pelos classificados para tal. Minha missão era pegar todas as marmitas destinadas à cela 2, acondicionar num balde e levar para a cela.

Como já tinha observado no Paraná, a distribuição das celas também era objeto de disputas de poder, sendo a cela 1, mais próxima da entrada da galeria, ocupada pelos internos com mais moral junto à Administração e aos presos.

Figura 1 – planta baixa do bloco 5



Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Era a primeira cela do corredor, ocupada na sua grande maioria por policiais civis que exerciam a função de impor uma certa disciplina, em troca de manter certos privilégios. Era uma ala diferenciada dentro da Papuda, fruto da mudança desses presos especiais do CPP (Centro de Progressão Penitenciário), que ficava em um bairro central chamado SIA (Setor de Indústria e Abastecimento). Segundo informações desses internos, eles sofriam ameaças por parte do restante dos presos, por terem sido policiais, bem como as visitas dos presos especiais ficavam à mercê de constrangimentos na fila. Os privilégios que eles tinham no CPP foram transferidos para a Papuda. Na mudança, vieram panelas, talheres, incluindo várias facas, pratos, ventiladores, televisores e alimentação diferenciada, como carnes, verduras e frios.

A cantina oferecia, além dos salgados, molho de tomate, miojo, tempero em pó, refrigerantes e água mineral, que vinham da NUSUP (Núcleo de Suprimentos) e um almoço melhorado. Esse almoço era feito a partir das marmitas oferecidas pelo presídio, com o acréscimo de alguma carne, uma porção de farofa, salada e tempero e o melhorado custava R\$ 5,00. Tinham dois internos da cela 1 que eram classificados na cozinha dos agentes penitenciários, o que facilitava que trouxessem carne e salada para o melhorado do dia seguinte, quando retornavam do trabalho por volta das 17 horas. Vinham com as sacolas nas mãos e tinham livre acesso ao pátio. O cantineiro morava¹⁴ na cela 1 também.

Certa vez, vi o diretor do presídio, juntamente com o delegado do Departamento Penitenciário do Distrito Federal, entrarem na cela 1 para uma conversa reservada. Isso mostrava a influência que tinha a cela 1 na administração penitenciária.

Mas é importante registrar que essa influência se exercia de maneira não violenta sobre os presos, apenas com a demonstração de que a cela 01 tinha mais acesso aos poderosos, caso fosse necessário. Sentíamos que o lugar onde estávamos era melhor do que o restante do sistema penitenciário e a ordem geral era não fazer nada que pudesse prejudicar as regalias. Bastava a mera ameaça de mudança de pátio para que o interno se ajustasse.

Passados alguns dias, eu já me sentia mais à vontade tanto na cela, quanto no pátio com os outros internos e já estava aprendendo a rotina. Certo dia, um advogado foi preso por suposto envolvimento com as medidas provisórias que estendiam os benefícios fiscais aos produtores de veículos, que foi objeto de noticiário nacional.

¹⁴ Morar é o termo que se usa quando está vivendo naquela cela, ou com os internos da mesma cela.

Ele era domiciliado em João Pessoa, não tendo nenhum parente aqui no DF e recebeu a visita do advogado, o qual não pôde deixar a quantia de R\$ 125,00, valor permitido para que visitantes levassem para o interno. O argumento usado foi de que era permitido receber a quantia de visitantes, não de advogado. Quando ele me contou o ocorrido, eu chamei o agente e disse que aquele direito era previsto na LEP – Lei de Execução Penal.

O agente me olhou com deboche e respondeu: “aqui não existe LEP preso, o que manda aqui é a nossa regra, a regra da cadeia”. Para mim, foi um choque, pois não tinha ouvido ainda expressamente que a LEP não tem aplicação no dia a dia da cadeia. Com o tempo, constatei que era considerado natural a LEP não ser aplicada, especialmente no que diz respeito aos direitos dos presos. Isso me remeteu ao Estado de Exceção, no qual a lei perde a sua vigência e a figura do *homo sacer*, sobre quem o poder se exerce sem mediação alguma, na sua forma pura.

Me senti abandonado, tendo perdido a suposta proteção que eu confiava ter na vigência da LEP. Pensei que se o agente falava aquilo com a maior naturalidade, a questão era muito séria, eu ainda era novato. Me senti enquadrado no Estado de Exceção de que fala Agamben (2004) e consiste na suspensão do ordenamento jurídico, com a anulação dos direitos civis e o estatuto jurídico de indivíduo.

Experenciei diversas vezes esse sentimento, não pelo que qualquer agente pudesse falar, mas nas ações coordenadas pelo pessoal da prisão, que sempre deixavam claro a condição de menos humanos ou menos cidadãos que os demais pelo fato de estarmos presos. Sempre existiu essa divisão moral clara por parte dos funcionários da prisão entre os que estão soltos e merecem respeito e os que estão presos e, conseqüentemente, não merecem respeito algum. A condição de vulnerabilidade dos presos propicia que os agentes abusem da autoridade, levando em conta que a maioria dos presos é hipossuficiente seja financeiramente, seja de conhecimentos básicos acerca de seus direitos.

Chegou quinta-feira e o ritmo da cadeia mudou. Logo depois da abertura das celas, todos os presos começaram a preparar a grande limpeza. Isso porque as visitas ocorriam na sexta-feira, então, no dia anterior, todo o pátio ficava envolvido na faxina geral, de modo a preparar o local para receber seus visitantes. Todos os objetos pequenos são retirados da cela. Como éramos em oito internos na cela 2, formávamos duas equipes de quatro internos, a primeira responsável por jogar água e sabão em pó e esfregar o chão e a outra equipe passava o rodo e secava a cela. Percebi que o sentimento geral é de alegria pela visita que vai receber, muito embora com o tempo eu tenha percebido que muitos internos não recebem visitas.

A visita estava autorizada a levar a sacola com os itens permitidos pela administração penitenciária. Essa lista varia muito de uma cadeia para outra. Aqui no DF era permitido à época 500g de biscoito salgado, 500g de biscoito doce, sem recheio, sabão em pó, 2 sabonetes, 6 frutas, exceto frutas cítricas, 2 cuecas brancas, 1 camiseta branca, 1 par de meias brancas e R\$ 100,00 em espécie.

É óbvio que a importância da visita não se resumia aos itens que porventura pudessem chegar, mas tem um significado muito maior, na medida em que é o único meio de contato com a família. O clima de euforia pela visita faz com que a quinta-feira seja mais curta.

Em razão do meu “crime”, fui orientado pelo Chagas quanto ao comportamento que eu deveria ter diante das visitas. Não era permitido me dirigir a qualquer visitante, a não ser que fosse autorizado para tal. Era para evitar olhar fixamente para as visitantes, sendo preferível abaixar o olhar. Notei que o criminoso sexual era observado de forma mais intensiva pelos outros no momento da visita. Prestei atenção nas orientações do Chagas, embora soubesse dessas regras pelo interesse e estudos sobre o sistema penitenciário.

A quinta-feira se encerrou como sempre com o grito de acabou, entrada nas celas, confere, a janta melhorada na cela, novelas e filmes. Eu ainda não sabia como, mas existiam, além do *pen drive* com o curso que o Chagas estava seguindo quando da minha chegada, muitos filmes, inclusive lançamentos, que eram assistidos até de madrugada.

Posteriormente descobri que os *pen drives* vinham através da ala C, onde eram alocados os presos com autorização de trabalho externo. Presos esses que saíam diariamente para trabalhar e conseguiam entrar com alguns objetos não permitidos. É claro que conseguir os referidos objetos não permitidos não era para qualquer um, somente os que tem voz¹⁵ podem fazer esse tipo de pedido e serem atendidos. Eu fazia uso de medicação para dormir, não participava da sessão de filmes, adormecia bem cedo.

Na sexta-feira, o clima era completamente diferente. O marasmo foi substituído pela alegria do dia da visita. Todos os locais do pátio já estão marcados, especialmente os locais na sombra. Existia um espaço coberto ao lado da cantina, usado nos dias normais como academia que no dia da visita é forrado de colchões e os ventiladores são distribuídos, de modo a propiciar o máximo de conforto para as visitas. A visita começava 9 horas e terminava 15 horas, sendo que alguns visitantes chegavam bem no início e iam embora somente às 15:00 horas, sendo um

¹⁵ Ter voz é um termo utilizado o preso que tem sua opinião ouvida e levada em consideração, respeitada.

tempo razoável num ambiente inóspito, devendo ser oferecido um pouco de conforto pelo menos.

Todos os internos barbeados e com a roupa limpa esperavam as visitas com certa ansiedade. Eu sabia que minha esposa iria me visitar, mas fiquei preocupado com o que os outros internos me diziam que, pela minha chegada recente ao pátio, era possível que os agentes da portaria encontrassem algum óbice e não a deixassem entrar, o que depois descobri que era comum de acontecer.

Assim que os visitantes começaram a entrar no pátio, fiquei chocado pelo fato de as visitas precisarem se vestir de branco, como os presos, até com chinelo de dedo branco. Como já assinalado, no Paraná as visitas não precisavam se “fantasiar” de preso para visitar seu ente querido. A roupa do visitante era a roupa comum do cotidiano, não o uniforme da cadeia.

Isso me fez pensar no princípio da intranscendência ou pessoalidade da pena. A privação de liberdade é um sofrimento. Pode-se considerar que o primeiro efeito dessa medida é o distanciamento do convívio familiar e social, o que conseqüentemente gera a quebra do vínculo afetivo entre o condenado e seus familiares. Dessa forma, se observarmos apenas o resultado imediato da restrição de liberdade, já é possível perceber que essa não é compatível com a intranscendência da pena, na medida em que a privação do convívio social afeta não apenas o recluso, como também aqueles que mantinham uma relação próxima com ele.

Não é difícil perceber o enfraquecimento de relações matrimoniais e o prejuízo às relações de paternidade, maternidade e filiação ao se aprisionar um indivíduo, mas para além disso, a família do apenado sofre conseqüências indiretas resultantes da privação da liberdade, como prejuízo financeiro, psicológico, físico e social. Não bastasse isso, o olhar que é dispensado ao condenado, que passa a ser visto apenas como um "criminoso" pela sociedade e o núcleo familiar também suporta preconceitos e rotulações por estar na condição de "família de preso". Isso começa pelo modo como os familiares são obrigados a se vestirem, caso queiram visitar o ente querido que se encontra privado de liberdade, mas não para por aí. Os familiares são tratados como presos, num grau menor no que diz respeito à violência, mas no mesmo nível no que diz respeito a uma suposta ameaça constante à vigilância do presídio, são tratados como eternos suspeitos de que podem levar algum item proibido para dentro da prisão.

Por volta das 9h30min, uma agente se aproximou da grade que separava o pátio e gritou meu nome. Obedeci prontamente e me apresentei. A Maristella queria me visitar e a agente

perguntou se eu autorizava. Assim que cheguei no bloco 5, foi disponibilizada uma ficha para que eu preenchesse o nome dos visitantes que eu autorizava a entrada, mas imagino que não tenha tido tempo hábil ou o ritmo lento da administração não tenha permitido o cadastramento da minha esposa.

Assim que saí da grade, o Chagas procurou saber qual o motivo da agente ter falado comigo. Contei aos prantos que minha esposa estava tentando entrar, no que o Chagas me censurou, dizendo que isso não era motivo para chorar, isso era motivo de alegria.

Mais chocado fiquei quando vi minha esposa vestindo o uniforme da prisão, toda de branco e com chinelos de dedo. Nos abraçamos e finalmente pudemos conversar pessoalmente depois de um ano de fuga. O Chagas permitiu que eu tirasse minha visita próximo da porta da cela 2, na sombra e com cadeira de plástico para acomodar minha esposa. Perguntei como foi fora para entrar e ela me disse que tinha sido horrível, com a revista vexatória e o tratamento que os agentes dispensam às visitas.

Ouvi de forma recorrente estórias dos visitantes relatando a grosseria com que são tratados quando do ingresso na prisão. Além disso, os visitantes estão sujeitos a preparar a sacola, se vestir de branco e no momento da revista, ser proibido de entrar por qualquer motivo, gerando grande revolta aos presos que receberia a visita, pois todos sabem que suas visitas estão sujeitas ao mesmo constrangimento.

Era comum, por exemplo, que o/a visitante estivesse vestido com a mesma roupa da semana anterior quando entrara sem problemas, ser avaliada/o por outro agente como inadequada e proibir a entrada. Ou seja, a visita também está submetida a uma regra da cadeia que é criada quando é conveniente para os agentes, sem mediação. Outra situação comum era a família ter entrado com um tipo de biscoito na semana anterior e na semana seguinte, com outra equipe de agentes, ser proibido aquele tipo de biscoito, ou seja, a família nunca sabe quais itens da sacola serão permitidos entrar e, na pior das hipóteses, se a própria visita será autorizada a entrar. Sempre é uma angústia.

Não existe a quem recorrer, pois a decisão de um agente é sempre mantida pelos outros. Além disso, como a entrada para visitação acabava 11 horas, um incidente na execução penal demoraria vários meses e a visita, naquele dia, está perdida de qualquer maneira. Isso desestimula o acionamento das vias oficiais (VEP – Vara de Execuções Penais) pelo medo de

futuras retaliações à visita, que ficaria marcada, e ao preso, que é rotulado como o preso que a família reclama demais.

Depois de saber os detalhes da entrada da minha esposa, conversamos muito, de modo que o tempo passou muito rapidamente. Lembro que perguntei a ela o que tinha achado do ambiente, do pátio, que estava um brinco de limpo e ela me respondeu que tinha achado horrível. Como já havia me inteirado por meio de relatos de que o meião era muito pior, contei a ela como eram as coisas nos blocos comuns, tentando fazer com que ela enxergasse alguma coisa boa.

Ela me disse que tinha achado tão ruim, que estava pensando em não levar os meninos para me visitar, que havia ido sozinha para dar uma analisada no local antes de levar meus filhos. Minha esposa percebeu a presença de muitas esposas e filhos pequenos, que corriam e se divertiam no pátio, alheios ao peso que aquele lugar representava. Disse que precisava ver os meus filhos, que deveria ser dado a eles o direito de escolher se iriam ou não, que um teste poderia ser feito. Assim foi feito e, na semana seguinte, recebi a visita dos meus filhos.

A visitação é o acontecimento mais importante da semana, sendo um momento de extremo respeito às pessoas que fazem as visitas. Nada que cause constrangimento às visitas pode acontecer nesse dia, sob pena de ser cobrado assim que encerrar o horário da visita. É uma coisa muito séria dentro da prisão e os que não recebem visitas, devem se comportar de modo a não causar o menor constrangimento, principalmente às visitantes femininas. Aquelas regras que o Chagas me passou antes do início das visitas é aplicável a todos os internos, com e sem visitas, independente do crime. Aprendi isso com o tempo.

Tanto o espaço dos visitantes no pátio era demarcado quanto o tempo que os casais tinham para o encontro íntimo nas celas. Tanto os casais heterossexuais quanto os homossexuais tinham o seu direito de visita íntima respeitado sem nenhuma discriminação. Como já disse, na cela 09 moravam dois internos homossexuais que tinham namorados que os visitavam e realizavam a visita íntima. Eles eram tratados de forma respeitosa, nunca vi nenhuma tentativa de discriminação, tanto na visita quanto no pátio. Os presos tinham um carinho especial por um deles, uma relação mais próxima, talvez porque o outro era reservado.

Às 15 horas, os visitantes são avisados de que a visita terminou e aquela alegria que se verificava desde os preparativos dá lugar à melancolia e à tristeza. Tristeza de quem não recebeu

visitas e de quem teve que se despedir depois de um dia de visita e sabe que somente daqui a sete dias poderá vê-la novamente.

No sábado e domingo, a rotina da cadeia era tomada de marasmo, todos que ali estavam sabiam que, nesses dias, nada poderia ocorrer no seu processo e a ansiedade por um andamento sequer era constante. Muitos estão presos na preventiva e, assim como o James e o Edmar em Curitiba, aguardam um alvará de soltura a qualquer momento, menos sábado e domingo. Não que durante a semana a rotina não seja de marasmo, mas existe mais movimentação na cadeia com a saída dos classificados para o trabalho na cozinha, ou na administração e a possibilidade de novidade no processo faz com que o tempo passe mais rápido.

A concepção do tempo foi construída na história e a experiência do tempo é produzida pela cultura. Não é uma experiência única e linear como foi traçada pela tradição cristã, tampouco a repetição contínua, como a cultura da Grécia antiga. Isso quer dizer que a percepção do tempo é diferente em cada indivíduo e depende das circunstâncias. Na situação do cárcere, a cronologia do relógio é desafiada pelas condições de privações e violências, fazendo com que o tempo não passe. Um dos principais motivos é a ociosidade na cadeia que de modo algum é provocada pelos internos. A esmagadora maioria dos presos gostariam muito de trabalhar, remir a pena e ainda obter algum benefício financeiro. Ocorre que o Estado não oferece oportunidade para o trabalho. Dentro da prisão, as vagas são muito restritas.

No pátio da ala A, estavam recolhidos por volta de 70 presos. No entanto, tinham nove classificados para a reciclagem das marmitas de alumínio, que consistia em lavar as marmitas vazias, acondicionar o máximo possível num montinho e depois pisar, de modo que fique bem compactado. Também existiam dois classificados para varrer o pátio e quatro classificados para distribuir as marmitas do almoço e jantar, o cantineiro e o auxiliar de cantina. No trabalho junto à administração do presídio, tinham três classificados e na cozinha dos agentes, dois internos. A única possibilidade de trabalho externo só era possível na ala C quando o preso recebia o benefício, por meio da VEP. Mesmo no caso da concessão do benefício de trabalho externo, as dificuldades impostas pelo Estado não são menores.

Soube por outros internos, o que depois foi confirmado pela minha experiência, da entrevista em que o empregador é chamado à VEP e literalmente é quase demovido do desejo de oferecer emprego ao presidiário. Isso porque ao futuro empregador é quase dito que qualquer descumprimento das regras impostas ao interno, a responsabilidade será do empregador.

Ouvi muitos relatos de internos que, após a entrevista do empregador na VEP, tiveram a proposta de emprego retirada e como disse, mesmo no meu caso, servidor público do TJDF, a minha chefia imediata, bacharel em Direito e também servidor do tribunal, se sentiu desconfortável com a situação de ser meu responsável. No meu primeiro dia no trabalho, minha esposa me levou até a porta do Fórum e foi até a farmácia comprar um xarope, pois eu estava com tosse. Quando voltou para me deixar a medicação, comuniquei ao chefe que iria até a portaria. Tempos depois, fiquei sabendo que ele ligara para a diretora de secretaria da VEP relatando o ocorrido, sendo advertido de que minha família não poderia ter contato comigo. Isso será mais bem explorado quando eu contar como foi minha experiência na ala C.

Se um servidor do Judiciário experiente e conhecedor dos trâmites judiciais, ficou receoso de assumir responsabilidades sobre a minha pessoa, que dirá uma pessoa que não tenha essa familiaridade com o judiciário. Isso demonstra que a grande maioria que eu conheci só conseguia emprego porque o empregador era algum conhecido próximo que tinha a possibilidade de ajudar a família. Assim, sendo a população carcerária marcada pela vulnerabilidade financeira, somente aqueles que tinham acesso privilegiado às pessoas com capacidade de oferecer um trabalho conseguiam o trabalho externo.

Outra possibilidade de trabalho externo é via Fundação Nacional de Amparo ao Preso - FUNAP, uma instituição que existe para auxiliar o preso na reinserção social por meio do trabalho, firmando convênios com órgãos públicos. Como é fácil prever, a referida instituição tem recursos precários e não consegue atender toda a população carcerária que gostaria de um emprego externo. Tanto o trabalho interno quanto o trabalho externo são o desejo da maioria dos presos, o que falta é uma política de reinserção do presidiário no mercado de trabalho que abra uma quantidade maior de vagas e a sensibilidade dos operadores da justiça criminal para que não estigmatize o pretendente a um posto de trabalho.

Entre as formas de passar o tempo, a televisão preponderava na ala A. Ligada no início da manhã e desligada somente de madrugada, era uma regalia do bloco 5. Na maioria dos outros blocos nem televisão existia e, nos poucos que tinha, não era permitido ficarem ligadas após às 22 horas, o que era rigorosamente fiscalizado pelos agentes. Outra possibilidade era a leitura. A biblioteca se restringia a títulos evangélicos e consistia numa pequena estante de livros, que funcionava ao lado da cantina, no espaço reservado para os cultos.

Os cultos eram realizados pela manhã e no final da tarde. O espaço tinha a função de manter algumas roupas brancas para receber eventual novato desprevenido, o que era comum acontecer.

Por último, mas não menos importante, era o futebol diário no pátio, no final da tarde. O chão do pátio era pintado como uma quadra de futsal, outra regalia do bloco 5, providenciada pelos próprios presos desde o material adquirido por familiares à mão de obra dos próprios internos.

A partida de futebol parecia um combate com extrema violência sempre resultando em lesionados, como se fosse para tirar a bronca¹⁶ do convívio diário. Talvez fosse uma válvula de escape que regulasse os conflitos, mesmo aqueles não ditos e só revelados no momento da partida.

O dinheiro é muito importante dentro da prisão, pois compra facilidades, desde a lavagem de roupas até o conforto de ter uma conta na cantina. No entanto, a quantia que a família podia levar na sexta-feira era de apenas R\$ 120,00, o que é pouco para as despesas com a cantina, principalmente para quem tem o vício do tabagismo.

Isso fez com que eu descobrisse mecanismos para poder ter mais dinheiro para os gastos. Inicialmente, o Chagas me disse que, se eu quisesse, a esposa dele poderia trazer a quantia permitida para mim, visto que ele não pedia para ela trazer nada. Assim foi feito, minha esposa depositava na conta da esposa do Chagas, que me entregava no dia da visita. Com o tempo, o cantineiro me deu a conta da sua esposa, para que eu pudesse depositar uma quantia maior, que ele me repassava em dinheiro. A maior dificuldade dele era fazer a esposa sair com o dinheiro que ele ganhava como cantineiro. Como ele tinha muitos meios para ganhar dinheiro com os melhorados, sorvetes, bolos e demais quitutes que servia, sua esposa sempre saía da visita com dinheiro escondido, o que poderia lhe causar problemas, caso a esposa fosse revistada na saída da visita. Esse meio era mais seguro para ele e mais cômodo para mim. Assim, os problemas financeiros foram resolvidos.

Não ter problemas financeiros era importante, pois a visita, por mais assídua que seja, pode ser impedida de entrar no dia da visita, por qualquer motivo sem aparente importância, como uma roupa um pouco diferente que algum agente entenda imprópria. Sempre ocorria de algum/a visitante avisar que determinada pessoa foi impedida de entrar.

¹⁶ Termo utilizado para acertar as contas.

Outra dificuldade que enfrentei foi o período de greve dos agentes, quando os/as visitantes ficaram quase vinte dias sem visitar seus familiares. Como a vida na prisão não é previsível, é sempre bom ter uma reserva financeira.

Na situação do cárcere, percebia o exercício da biopolítica e de seus dispositivos em diversas circunstâncias. O modo como os internos viviam era puro exercício do biopoder. Não pretendo inventariar todos os autores que utilizaram o termo biopolítica, o que não seria possível nesse estudo. Minha intenção é tentar dotar o/a leitor/a de condições de entendimento das categorias importantes que pretendo problematizar.

Foucault é importante pelo destaque que o seu pensamento ocupa no tema biopolítica, bem como pela contribuição desse na reflexão de Agamben, alimentando as bases de seu projeto *Homo Sacer*, especialmente nos conceitos de campo, vida nua e o próprio conceito de *homo sacer*.

Muito embora Foucault tenha sido o autor com mais popularidade, ao introduzir na filosofia política um novo paradigma de estudos por meio do biopoder, sua origem, segundo Esposito (2017), remonta ao ano de 1920, quando foi utilizado pelo sueco Rudolph Kjellen, que também foi o primeiro a utilizar o termo geopolítica. Kjellen concebia o Estado não como os contratualistas, mas como um organismo formado por homens, semelhante ao corpo humano, bem como entendia a sociedade como dependente das leis da vida, com o protagonismo do Estado como mediador/árbitro.

No mesmo ano de 1920, Jacob Von Uexküll fez uma comparação entre as patologias políticas e as doenças biológicas. Para finalizar essa fase, Morely Roberts estabeleceu uma ligação entre a política e a biologia, estendendo o aparato defensivo do Estado ao sistema imunológico do corpo humano. (ESPÓSITO, 2017, p. 23)

A biopolítica volta à cena na França em 1960, após as profundas mudanças sociais produzidas pela Segunda Guerra Mundial, com Aaron Starobinski na obra “Biopolítica”, na qual procurou fazer uma relação entre a história da civilização e a vida celular, entendendo que valores metapolíticos como a caridade, a justiça e a verdade deveriam ser forças espirituais a nortear a política. (ESPÓSITO, 2017, p. 25)

O termo biopolítica, sendo definido por Edgar Morin, na obra “Introdução a uma política do homem”, como uma ciência comportamental do Estado e da coletividade humana, levando

em conta as leis, o ambiente natural e os fatos ontológicos, como fatores que governam a vida. (ESPÓSITO, 2017, p. 28)

Um terceiro movimento dos estudos biopolíticos ocorreu no universo anglo-saxão nos anos 70, em razão da realização de inúmeros congressos internacionais e publicações em periódicos, sendo que o grande evento ocorreu em 1975, na École des Hautes Études na Sciences Humaines de Paris, seguido de outros na Europa e nos Estados Unidos. Esse movimento adotava uma abordagem política baseada em técnicas e conceitos biológicos para descrever e até prever o comportamento político. (ESPÓSITO, 2017, p. 30)¹⁷

O objetivo da biopolítica, segundo Foucault (2008), seria garantir a segurança da população e gerenciar os riscos produzidos pela vida social, o que inaugura novos mecanismos de intervenção do poder e extração de saber, com a intenção de governar a população e os fenômenos produzidos pela vida na coletividade como a disciplina, por exemplo.

As modalidades de exercício, a lógica e as práticas do poder biopolítico têm uma íntima ligação entre as ciências médicas e o poder econômico, visando ao governo das populações e provocando processos de subjetivação. Desse modo, a biopolítica altera as técnicas de poder enquanto decompõe e compõe as novas formas de vida de modo que vida e política estejam em permanente tensão, fazendo com que os movimentos da vida e os processos que constituem a história sofram influências mútuas, e conforme assinalou Foucault, a vida aparece na confrontação das técnicas de saber e poder, tornando-se, ao mesmo tempo, objeto de constante manipulação. (ESPÓSITO, 2017, p. 51)

Assim, a vida não é mais um dado da natureza, nem mesmo um produto da história, mas sim, de acordo com Espósito (2017, p. 55) um “produto de uma série de causas, de forças, de tensões que daí resultam modificadas também elas, num jogo imparável de ações e reações, de avanços e resistências”. Espósito entende, assim, a existência de um lado produtivo da biopolítica, acompanhando Foucault que, além de reconhecer um lado produtivo na biopolítica, colocou como centro da preocupação dessa nova forma de poder a vida humana, a vida biológica do ser humano.

A condição para a existência do poder de morte centrado no biopoder é o racismo, considerado por Foucault como o mecanismo fundamental das figuras estatais modernas,

¹⁷ Conclusões a partir da obra “O incidente da suspensão de segurança como um dispositivo biopolítico: os povos originários afetados pela construção da UHE de Belo Monte” (p.31/33), referenciada.

possibilitando uma divisão entre os que merecem viver e aqueles que devem morrer, criando uma distinção, uma hierarquia e qualificação de raças.

(...) tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação ao outro. (FOUCAULT, 2010, p. 214)

Dessa perspectiva, nasceu a definição do outro como inimigo da sociedade que deve ser eliminado para que o organismo social possa se desenvolver. A função do racismo é biológica e a eliminação das espécies consideradas degeneradas e inferiores proporcionará à vida da população mais saúde e pureza.

Agamben (2010) embora parta inicialmente de Foucault, discorda em alguns aspectos, como o fato de compreender a vida nua como tão antiga quanto o poder soberano, em vez de decair com o moderno conceito de biopolítica centrado na vida natural do ser humano submetido às técnicas biopolíticas, como pensou Foucault, mas sim na mera vida nua.

Disso, Agamben (2010) conclui que o marco da biopolítica moderna é o estado de exceção levado a efeito nos *campos*, que define como a matriz oculta da política na modernidade, seu *nómos*. O estado de exceção quando passa a se tornar a regra, cria uma zona territorial de permanente indistinção entre fato e norma, onde a colocação do indivíduo na condição de vida nua se mostra de maneira clara, como no caso dos presidiários, que têm suas vidas em permanente risco. Se o Estado de Exceção temporário tinha prazo definido para a suspensão da lei e se estendia à toda extensão do Estado, no estado de exceção permanente corresponde a uma “localização deslocante”. (AGAMBEN, 2010, p. 171)

Ou seja, ele pode surgir em todo lugar, sempre que for necessário. Agamben (2010) ressalta que a maior característica do Estado de Exceção permanente é a exposição da vida ao poder soberano sem qualquer mediação, sem qualquer forma de pertencimento ao corpo político, sem garantias e com a exposição da vida ao constante medo da morte.

Coloca-se, assim, por terra a figura do cidadão como identidade jurídica-política que despido de seus direitos, embora em plena vigência, tem sua aplicação dificultada, conforme expus nos relatos a respeito do preso e da família que se dispõe a fazer uma denúncia, ou simplesmente negada.

Assim, voltando aos meus relatos pessoais, os dias foram passando e acabei me adaptando ao pátio e sua rotina. Como era um centro de detenção provisório, havia uma certa

rotatividade, sempre chegando presos novos e saindo outros com o tão sonhado alvará de soltura, seja por ter sido concedido a liberdade provisória ou a absolvição. Era um pátio que abrigava tanto provisórios quanto presos definitivos, sendo os definitivos membros das forças de segurança, na sua maioria.

Era interessante o comportamento dos presos quando da chegada de um preso novo, em especial durante à noite, o que acontecia com certa frequência. Lembro de várias vezes que, quando chegava um novato à noite e as celas já estavam fechadas, os demais nas celas proferiam ameaças do tipo: amanhã vamos te pegar; amanhã a gente acerta as coisas; se cuida novato, se divertindo muito. Perguntei ao Japão o porquê de fazer isso e ele me respondeu que fizeram com ele a mesma coisa e é divertido assustar os novatos.

Normalmente, o bonde¹⁸ chegava nas terças ou no dia da visita do bloco 5, que eram às sextas-feiras. Eu cheguei na terça, tendo recebido a primeira visita dois dias depois. Muitas vezes, quando realizadas operações da Polícia Federal, os presos chegavam a qualquer hora, sendo raro nos finais de semana.

Numa dessas operações, denominada operação Zelotes, foram presas algumas figuras importantes no contexto político. Tratava-se de uma investigação que apurava irregularidades no CARF - Conselho de Administração de Recursos Fiscais quanto às multas aplicadas aos sonegadores, bem como à suposta interferência na elaboração de medidas provisórias que prorrogavam incentivos fiscais às empresas do setor automotivo. Entre os presos, que chegaram no período da tarde, estavam Paulo, um senhor com idade avançada, depois soube que tinha 79 anos, Alex, Eduardo e o Zé. Quando eles chegaram, foram cercados pelos internos, que já tinham ouvido na televisão a reportagem a respeito da operação e sabiam que se tratavam de pessoas ricas.

Eles foram distribuídos em celas distintas, ficando o Zé na mesma cela que eu, a cela 2. Como senti o clima que eles estavam passando, me aproximei do Zé, a fim de me apresentar e tentar ajudá-lo naquele momento, que sei como é difícil. Falei a ele que estava na mesma cela, que tinha trabalhado no TJDF, na assessoria de um desembargador. Não sei se isso fez com que ele mudasse aquela impressão inicial de que na cadeia só tem monstros, sendo receptivo comigo. Não tinha muita noção do que um conselheiro do CARF fazia, mas como nos

¹⁸ Bonde é o nome dado as transferências regulares do Departamento de Polícia Especializado – DPE, órgão da polícia civil que centraliza os presos, para a presídio da Papuda.

aproximamos bastante, logo entendi que ele fazia quase que o mesmo papel que um desembargador, ressalvado o fato de ser um tribunal administrativo.

Dei a ele as orientações básicas para a sobrevivência naquele local, como já tinha certo tempo de prisão, e fiz às vezes do Japão. Ensinei o caminho da cantina, para abrir uma conta no caderninho, já que ele tinha a possibilidade de conseguir dinheiro por meio das visitas ou advogados. Isso lhe facilitou a vida, já que tínhamos o hábito de fumar bastante e na época do calor, água mineral gelada e refrigerante ajudavam bastante, em que pese a questão de saúde.

Disse a ele para se manter reservado quanto às questões financeiras, a fim de evitar que outros internos pensassem em levar alguma vantagem financeira, como cobrar alguma coisa muito mais cara ou até mesmo com relação à família, que também fica exposta. Com isso, fizemos uma amizade próxima, conversávamos praticamente o dia todo, ele tinha uma imensa bagagem jurídica, aliada a uma maneira de formar o convencimento muito peculiar em alguns casos.

Ele me contou de um caso de recurso contra a cobrança de imposto de importação de uma fabricante de vasos sanitários do RS - Rio Grande do Sul. A empresa questionava a cobrança, pois se tratava de importação de papel para desenvolver um produto. É que ela fabricava vasos para a exportação e a exigência de que o vaso suportasse o descarte de papel fazia com que eles, para desenvolver o produto final, usassem tipos de papéis higiênicos oriundos dos EUA, país destinatário dos referidos vasos sanitários.

Assim, como o papel que importava não era para o consumo final a que ela se destinava, não poderia haver a incidência de imposto de importação, pois ele era tributado quando da exportação do vaso pronto. Para formar seu convencimento, foi até o RS visitar a fábrica e entender o processo de fabricação do vaso sanitário, passando um dia inteiro no interior da linha de produção da empresa.

Como tinha muita experiência na assessoria de desembargador, também tinha muitos processos interessantes para contar e, assim, o dia passava mais rápido. Pena que durou pouco tempo, pois alguns dias depois chegou a ordem para que os presos da operação Zelotes arrumassem as coisas, uma vez que seriam transferidos para a ala B.

Embora tenha sido pouco tempo de convívio, fiquei chateado com a perda da convivência com o Zé e pensei em uma forma de ser transferido também para a ala B. Lembrei que no meu mandado de prisão constava a observação de que eu deveria ser alocado na ala dos

vulneráveis, assim, pensei em no dia seguinte falar com o Adamastor, morador da cela 01 que trabalhava na administração do presídio.

Assim que ele voltou para o almoço, falei com ele e mostrei meu mandado de prisão e assim que ele leu, afirmou que a ala que eu deveria estar era a ala B. Disse que assim que chegasse para o expediente vespertino, comunicaria alguém da diretoria para que eu fosse transferido. Não precisei pedir nada, nem dizer que essa era minha verdadeira intenção. Após o almoço, o agente gritou meu nome na grade e quando me aproximei, ele disse para arrumar minhas coisas que eu seria transferido para a ala B. Perguntei se seria naquele momento, quando ele disse que voltaria em meia hora.

Era um agente muito cordial, nem parecia que estava no lugar certo, por mais triste que seja chegar a essa conclusão. A maioria deles apresenta um comportamento violento e ríspido, como se não nos tratassem com seres humanos. Certamente, se fosse outra equipe, a mudança seria feita naquele mesmo momento, sem tempo algum para que eu pudesse arrumar as coisas, não que eu tivesse muitas.

No período em que permaneci na ala A, minha esposa tinha levado três cadeiras de plástico brancas, um ventilador e uma estante de plástico modular pequena. Além disso, minhas poucas mudas de roupas brancas, basicamente shorts e camisetas brancas, três de cada, sendo uma camiseta de manga comprida. Havia perguntado se precisaria levar meu colchão, o agente Albino esclarecera que não precisava levar.

Tive tempo de me despedir dos mais próximos, bem como acertar minha conta na cantina e minha conta de lavagem de roupas. As minhas roupas eram lavadas pelo Sergão, apelido dado pelo porte físico avantajado tanto na estatura quanto na massa muscular. Embora o tamanho e a cara fechada impusessem um pouco de medo, ele sempre foi uma excelente pessoa, extremamente gentil e educado. Fui questionado pelo Chagas, o chefe da cela, sobre o porquê da minha transferência, tendo dito que não sabia o motivo. Como a regra na prisão é obedecer às ordens dos agentes, sabia que não seria mais perguntado a respeito. O agente Albino gritou meu nome, alguns colegas me ajudaram a carregar minhas coisas até próximo ao portão de grades que dava acesso ao corredor que levava à ala B.

Uma nova fase na prisão se iniciaria, no entanto, a angústia não era tão grande, pois eu já tinha ouvido falar da ala B como sendo uma ala onde predominavam idosos e já conhecia a rotina do bloco. Ainda conhecia algumas pessoas que estariam por lá, incluindo o Zé.

3 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Ao passar pelo corredor que dava acesso ao bloco B, percebi a diferença da população carcerária que ali estava alocada. Eram senhores mais velhos, com aparência mais humilde. O pátio era menor em largura e mais comprido, com muros altos ao redor, serpentinas, mas não era fechado com grade na parte do teto. Depois eu descobri que ali, como os internos eram mais idosos, não necessitava dessa proteção adicional, tendo em conta que os idosos não tem capacidade física para escalar os muros, tampouco se desvencilhar das serpentinas.

Fui recebido pelo Zé com muita alegria, fiquei feliz ao revê-lo porque tinha conseguido me reencontrar com meu novo amigo. Ele me apresentou para alguns internos e me senti melhor assim, ter sido apresentado como amigo de um interno como o Zé ajuda muito.

Ele me levou à cantina, que era menor do que a da ala A e com menos itens, mas tinha o mesmo formato e janela com grade para o atendimento, pois parece que gostam muito de grades na prisão! Do mesmo modo, me apresentou para o responsável pela lavagem das roupas e para alguns presos mais ilustres que habitavam a ala.

Fui apresentado ao ex-diretor de um banco controlado pelo governo que cumpria pena pelo mesmo fato com Rogério. Do mesmo modo, fui apresentado ao Carlos Habib, dono do posto da torre aqui em Brasília, onde a operação lava jato tinha iniciado suas investigações, bem como ao ex-assessor parlamentar do caso dos Anões do Orçamento. Dava para perceber que diante de tanta miséria, ali estavam pessoas de boa condição econômica e social.

Como o Zé me apresentou, tive livre acesso e trânsito junto a eles, o que facilitou bastante eu ser aceito no grupo seletivo. Fui alocado na cela 6, onde estavam três presos, Antônio, Chiquinho e Sílvio Eustáquio. Observei que a cela era das menos equipadas. Não tinha televisão, nem chuveiro elétrico, tampouco cadeiras ou mesa de plástico. Havia somente dois triliches com espaço para seis presos.

A cela era muito menor do que a cela da ala A. Os ocupantes da cela eram mais idosos e cumpriam pena por crimes sexuais. Fui simpático, afinal, moraria com eles e é importante uma boa relação. Falei do meu medo em dormir na parte alta do triliches, pelo fato de tomar remédios que me faziam entrar em sono profundo e me mexia muito durante a noite, sendo perigoso que eu caísse. Imediatamente, foi cedida uma jega¹⁹ no primeiro nível do triliches sem problemas.

¹⁹ Nome dado a cama pelos internos.

A ala B era diferente na disposição. Em vez das celas darem vista ao pátio, como na ala A do mesmo bloco, era disposta em 5 celas frente a frente, com um corredor. O pátio ficava na lateral da construção das celas em si.

Não existia a mesma distribuição de celas em razão da “importância” dos internos, sendo as celas mais próximas do portão destinadas aos mais vips. A cela vip da ala era a cela 4, onde moravam os presos importantes da ala. Rogério e o ex-diretor de um banco controlado pelo governo, condenados na ação penal 470, do STF. Na cela 2 estavam Carlos Alberto, ex-assessor da Câmara, por conta do escândalo dos anões do orçamento e Carlos Habib, dono do Posto da Torre aqui em Brasília.

Além do Zé, estavam presos preventivamente outras figuras importantes na questão dos incentivos fiscais dados às montadoras de veículos, que estava sendo investigada na época. Dentre eles, havia o Paulo, um senhor de 79 anos, que havia sido presidente das principais montadoras automotivas do país, bem como da ANFAVEA, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Homem muito rico e poderoso que nunca se imaginou numa situação daquelas.

Havia também o Alex, chamado pelos presos de pescocinho, apelido dado pelos demais presos pelo fato dele caminhar com a cabeça inclinada para o lado. Era um lobista famoso daqui de Brasília que havia trabalhado nessa questão dos incentivos fiscais às montadoras.

O poder nessa ala circulava de forma diferente entre os internos, não era explícito como na ala A, fundado basicamente na agressão física e na posição que ostentavam de ex-policiais. Na ala B, a posição social do interno contava muito mais do que a força física. Percebi que a relação com os agentes também era mais próxima, com mais contatos durante o dia e de forma mais amistosa, dentro do possível. E o fato de ter mais idosos na ala fazia com que mais atenções fossem despertadas, já que a maioria deles eram portadores de doenças decorrente da idade avançada.

O bloco 5 tinha sido reformado pelo Leonardo, ex-político influente aqui em Brasília, o que fazia do bloco um lugar considerado especial, em comparação com a péssima infraestrutura do sistema penitenciário do DF, que não assegura os direitos de um encarceramento de dignidade. E tanto na ala A, como na B, tinham vasos sanitários e pias, situação que era diferente da dos outros blocos do Centro de Detenção Provisória na época e acredito que até hoje.

Uma coisa que aprendemos na prisão, pois sentimos isso no dia a dia, é que as coisas sempre podem piorar. Muitas vezes, a torcida é pelo dia seguinte ser igual ao anterior em alguns aspectos.

Como dito, ao chegar na cela 6, percebi que não havia chuveiro elétrico. Perguntei ao Manoel, que fazia o papel de mais conhecedor da cadeia, além de lavar as roupas dos poderosos da ala, se todas as celas tinham chuveiro elétrico. Respondeu que não, apenas algumas tinham esse conforto. Somente para os que podiam pedir aos familiares que o trouxesse do mundo exterior, com autorização do chefe de pátio.

Como o chefe de pátio tinha se mostrado simpático comigo, em razão de eu participar do GCCrim e ele ter tido interesse em ingressar no grupo, consegui autorização dele para que minha esposa pudesse levar cadeiras de plástico brancas e outros objetos que necessitei quando estava na ala A. Então, resolvi pedir para o agente que abriu as celas de manhã, por volta das 7 horas, para avisar que eu precisava falar com o chefe de pátio.

Na prisão o tempo não é mais nosso, entre pedir para falar com o chefe de pátio e ele vir falar com você, pode levar dias. Acredito que pelo acesso que ele teve a minha família, tenha tido uma boa impressão, tanto que fui atendido logo naquela manhã. O expediente do chefe de pátio não é plantão, ele chega às 9 horas da manhã e vai embora às 17 horas, com folga nos finais de semana e feriados.

Não passava das 10h30min quando ouvi gritarem meu nome na grade e fui prontamente atender. Atender prontamente os comandos dos agentes agora era mais necessário do que antes. Conversei com ele a respeito dos chuveiros elétricos. Contei que o Manoel tinha me dito que existiam quatro celas sem chuveiros por falta de condições dos internos, sendo a cela que eu ocupava uma delas. Fiz a proposta de comprar os chuveiros que faltavam, pois não era condizente banho frio numa ala destinada a idosos. Ele demonstrou um pouco de surpresa, disse que esse sentimento não era comum naquele lugar, mas autorizou que minha esposa levasse.

Esse tipo de material não pode ser levado no dia de visitas, para não despertar animosidade na fila, especialmente chuveiro elétrico, que não existia em lugar algum do CDP. O jeito para entrar era o familiar levar num dia que não fosse de visitas, de preferência na segunda-feira, e na portaria do CDP – Centro de Detenção Provisória solicitar a presença do chefe de pátio. Tudo com conhecimento do diretor e é importante ressaltar que isso depende de disponibilidade de tempo e de dinheiro.

O CDP fica localizado no Complexo Penitenciário da Papuda, que ocupa grande área e as distâncias são longas. Da portaria principal, conhecida como bateou mouche, até a portaria do CDP, tem uma distância de aproximadamente 5 km, sem transporte coletivo diário. Esse só era disponibilizado no dia da visita dos outros blocos, que acontece nas quartas-feiras e nas quintas-feiras.

Figura 2 – Percurso da entrada do complexo penitenciário até o CDP



Fonte: Google Maps, 2021.

Assim, para proporcionar apoio ao familiar preso, é necessário um transporte próprio, facilidade que a maioria dos familiares não tem. Algumas famílias ficaram muito piores com a prisão de quem mantinha a casa. Essas são algumas das dificuldades para a família prestar assistência ao seu ente preso, que espera a visita e não recebe e fica sem notícia alguma da família por muito tempo, o que aprofunda a ruptura dos vínculos, em muitos casos.

A situação é tão triste que, certa vez, a esposa de um interno bem humilde contou que vendeu a panela de pressão que tinha para poder pagar a passagem de ônibus e comprar alguns biscoitos para o marido preso. Quando soube disso, pedi à minha esposa que tentasse ajudar de alguma forma aquela pessoa, nem que fosse dando uma carona para um local que ficasse mais fácil para ela economizar uma passagem do transporte coletivo.

Como as coisas na prisão não acontecem no mesmo ritmo que aqui de fora, o Manoel ofereceu o banheiro da cela onde morava, a cela 5, até que os chuveiros chegassem, sempre com o objetivo de ganhar algum dinheiro, é claro. Isso porque, até eu conversar com minha advogada Izabela Jamar ou com minha esposa na visita de sexta-feira, passariam alguns dias até que os chuveiros pudessem chegar.

A questão dos chuveiros me fez pensar que a desigualdade social era reproduzida dentro da prisão de forma mais evidente. Ou melhor, na prisão, onde a maioria é hipossuficiente, as desigualdades são ainda maiores. E embora não tenha vivenciado o meio da cadeia, tive muitos relatos nesses três anos, relatos verdadeiros, de quem viveu nos outros blocos.

Conforme o site do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional)²⁰, a população carcerária do DF era de 15.111 presos, incluindo o regime fechado e o semiaberto. No Brasil, o total de presos, incluindo regime fechado, semiaberto e provisórios, em presídios estaduais e federais, era de 670.714. Para fins comparativos, o site do Geopresídios, elaborado pelo CNJ a partir do Relatório Mensal do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP), demonstra que a quantidade de vagas total do sistema penitenciário é de 447.998, divididas em 2.805 estabelecimentos. (acessado em 17/06/2022)

Assim, conforme Oliveira (2022):

A partir destes números, é possível verificar que o déficit de vagas é uma realidade preocupante. De acordo com o Geopresídios, o DF se encontra em quarto lugar no ranking de déficit de vagas com um percentual de 80.04%. Sendo assim, não é difícil imaginar que em um ambiente com tamanha taxa de superlotação, inexistem condições mínimas de infraestrutura capazes de resguardar os direitos humanos para que os apenados cumpram suas penas de maneira condigna. (OLIVEIRA, 2022, p. 16)

Esse apontamento foi feito pela minha filha no seu trabalho de conclusão do curso de Direito defendido em 2022, sob o título “A visita vista por dentro: violência simbólica e violação de direitos enfrentadas pelos visitantes do sistema carcerário do Distrito Federal”. No seu trabalho, ela descreve as violências vividas pelas visitas dos presos. A realidade de como vivem os presos, especialmente na PDF²¹ 1, PDF 2 e no CDP de Brasília, com exceção do bloco 5, é brutal.

²⁰ Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>>.

²¹ PDF se refere ao nome Penitenciária do Distrito Federal.

Figura 3 – Cella do Bloco 1



Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Figura 4 – Aspecto geral de cela individual do Bloco 1, Ala E



Fotografia 4 – Aspecto geral de cela individual do Bloco 1, Ala E.

Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Figura 5 – Aspecto geral de cela do Bloco 2, Ala C.



Fotografia 10 – Bloco 2, Ala C. Aspecto geral de cela. Pintura desgastada.

Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Figura 6 – Banheiro no Bloco 3, Ala C



Fotografia 12 – Bloco 3, Ala C. Banheiro com paredes permeáveis. Bacia turca danificada.

Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Figura 7 – Cella do Bloco 2



Fotografia 7 – Cella do Bloco 2. Fios condutores desprotegidos feitos pelos internos com metal proveniente das “quentinhas”.

Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Figura 8 – Chuveiro da cela 8 do Bloco 1



FOTOGRAFIA 3 – CDP, BLOCO 1, ALA A, CELA 8 – BANHEIRO DA CELA. ESTRUTURA DECRÉPITA E DETERIORADA. BOCAL DE CHUVEIRO IMPROVISADO. MESMA SITUAÇÃO OBSERVADA EM VISTÓRIAS DE 2015.

Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

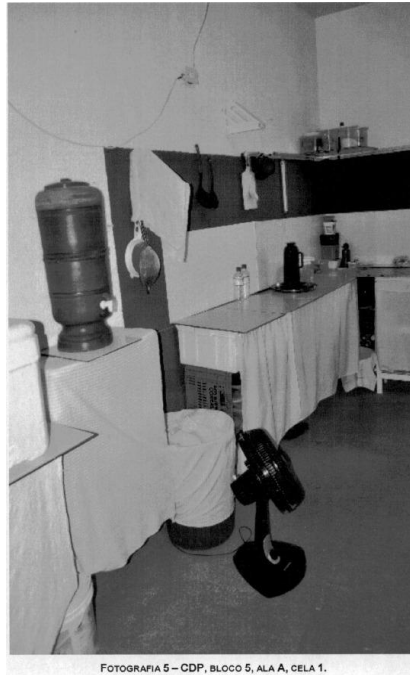
Apenas para fins comparativos, é possível verificar quão destoante era a realidade das celas no bloco 5 do CDP em comparação a outros blocos do complexo penitenciário de Brasília a partir das imagens a seguir.

Figura 9 – Aspecto geral de cela do Bloco 5, Ala A.



Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Figura 10 – Cella 1 no Bloco 5



FOTOGRAFIA 5 – CDP, BLOCO 5, ALA A, CELA 1.

Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Figura 11 – Cella 1, Ala A do Bloco 5



FOTOGRAFIA 6 – CDP, BLOCO 5, ALA A, CELA 1. VISTA DOS BANHEIROS.

Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018

Figura 12 – Banheiro da cela do Bloco 5, Ala B



Fotografia 31 – Instalações sanitárias de banheiro de cela do Bloco 5, Ala B.

Fonte: Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0028351-98.2016.8.07.0018.

Essa reforma foi feita às expensas do próprio político Leonardo para iniciar o cumprimento de sua pena e é objeto de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo MP, em trâmite agora no TJDF, de onde foram retiradas essas fotos. Nessa Ação Civil Pública, está sendo apurada a reforma que foi realizada no bloco 5 sem o conhecimento do Poder Público. Já foi proferida sentença condenatória, reconhecendo o ato de improbidade administrativa e agora está em grau de recurso no TJDF.

No período em que eu fui transferido para a ala B, o Leonardo já não estava lá, pois fora beneficiado pela decisão do STF no tocante ao cumprimento da pena somente após o trânsito em julgado. Ficaram alguns objetos adquiridos por ele como televisores, uma antena mais potente para a televisão, a geladeira, o micro-ondas e um rádio que ficavam na cantina.

No final do corredor que dava acesso às celas, em uma cela maior que ocupava a extensão das celas e do corredor, havia uma pequena biblioteca. Diferente da ala A, não existiam tantos livros religiosos, sendo a maioria títulos diversos, de história, biografias de famosos, romances e ficção científica. Aproximadamente 150 títulos ocupavam duas estantes de plástico, aquelas tubulares que estão à venda em supermercados. Essa biblioteca foi

organizada pelos internos com maiores condições financeiras que ocuparam a ala no passado. Os livros entravam da mesma forma que os outros objetos que não podiam entrar com as visitas, como as cadeiras e chuveiros. Era elaborada uma lista pelos internos e passada para o chefe de pátio e o familiar era avisado no dia da visita dos livros que deveriam ser comprados. Na segunda-feira, os familiares entregavam para o chefe de pátio na portaria do CDP.

Diante da melhor estrutura do prédio, com peças sanitárias e aspecto mais salubre do que os outros blocos do CDP, a ala B passou a ser a ala dos vulneráveis. Idosos e pessoas com potencial financeiro, sujeitas a risco se ficassem no meio.

As celas eram menos lotadas, mas observei que nas celas onde moravam os mais abastados, havia uma lotação menor. Enquanto celas com os presos mais humildes estavam com a lotação completa ou quase completa, nas celas dos mais ricos a lotação era sempre baixa. Visivelmente isso era feito para proporcionar mais conforto aos presos abastados, pois um preso que não fosse do mesmo padrão social, certamente constrangeria aqueles por seus hábitos, linguajar e conteúdo das conversas. Mais uma vez a desigualdade social se reproduzia num local onde declaradamente se afirma que o tratamento é igual para todos, como reiteradamente se lê nas decisões da Vara de Execução Penal do DF, mas que na realidade não é cumprido.

Passados dois dias da minha transferência para a ala B, os advogados regularmente inscritos na OAB presos na operação Zelotes foram chamados na grade e avisados de que seriam transferidos para o Batalhão da Polícia Militar existente na Papuda.

O convívio com o Zé seria interrompido e mais uma vez nos despedimos rapidamente, pois eles não tiveram muito tempo para arrumar as coisas. Fiquei chateado, mas sabia que no batalhão era muito melhor que o bloco 05. Tinha informações de que no batalhão a visita era diária e nos finais de semana os familiares podiam permanecer das 8 h da manhã até as 18 h. Além disso, a alimentação é oferecida *in natura*, preparada pelos próprios presos e complementada com carnes, frutas e verduras pelos familiares. Foram apenas dois dias de convívio com o Zé na ala B, mas o suficiente para que ele me enturmasse com os poderosos, o que garantiu meu acesso ao grupo seletivo de presos, com longas horas de conversas.

A ala B não havia melhorado, as marmitas eram consumidas como servidas pela prisão, menos ingredientes disponíveis para isso, bem como o cantineiro não tinha o mesmo tino para os negócios que o cantineiro da ala A. Além das marmitas melhoradas, ele fazia bolos, sorvete de maracujá com suco maguary, que conseguia no NUSUP certamente usando a influência de

ex-policial e ele contava com os internos que trabalhavam na cozinha dos agentes e os internos da ala C.

Na cela 01 da ala A, existia forno elétrico, liquidificador e outros utensílios que facilitavam a preparação. Tudo isso garantia uma renda extra para o cantineiro da ala A, enquanto o seu Elton, cantineiro da ala B, certamente não contava, embora a cantina sempre desse esses lucros e fosse uma classificação muito cobiçada.

Fui alocado na cela 6 e permaneci um período, tendo tempo de conhecer melhor os companheiros e me adaptar a rotina da ala. Os dias eram mais arrastados, pois a população mais idosa tem comportamento diferente.

Não havia o futebol matador de todas as tardes, aliás, nem bola existia. O passatempo maior era a televisão e o dominó, em que as peças eram tampas das garrafas de água mineral. O tabuleiro montado de papelão era desenhado com caneta esferográfica.

Existia a função de cantineiro e de auxiliar de cantina, função ocupada pelo ex-assessor da Câmara dos Deputados, depois substituído pelo Carlos Habib. Conversando com este, fiquei sabendo que o cantineiro não fazia questão de ajudante, sendo uma peça figurativa somente para ganhar a remição. A cantina era muito menor e as demandas não existiam como o melhorado, bolos etc, o que fazia a presença do auxiliar dispensável.

Graças ao acesso que tinha aos presos mais abastados, fui transferido da cela 6 para a cela 2, onde morava o Carlos Habib. Foi um sinal de status e teve a contribuição do Habib, com quem tinha tido uma proximidade, pela sua cortesia e educação. Éramos somente três na cela 2, eu, o Habib e o Daniel, restando disponíveis mais três camas nos triliches.

O Daniel era um senhor simples, já falecido e, como muitos com quem convivi, não participava muito das minhas conversas com o Habib e já com o restante do pessoal, era muito alegre e comunicativo, gostava de brincar com os outros internos. Era evidente que ele não tinha muitos assuntos conosco e se sentia melhor com os presos com quem mais se identificava e isso não quer dizer que de alguma forma nós o discriminássemos. O Habib era muito educado e tratava todos da mesma forma. Do mesmo modo, eu sempre procurava conversar assuntos do interesse dele, como futebol e a novela, de modo a tentar deixá-lo mais confortável.

Por incrível que possa parecer, as brincadeiras no pátio entre os internos mais simples eram muitas vezes infantis, como passar a mão nas nádegas. Havia debates sem sentido como

um que durou dois dias para dirimir a dúvida se o Rio de Janeiro fazia divisa com a Bahia ou não.

Algumas vezes chegavam presos com distúrbios psicológicos evidentes. Uma vez fui chamado por um novato na biblioteca e como tenho experiência com processos, pelo fato de ter trabalhado na assessoria de desembargador, era chamado para prestar algum esclarecimento jurídico.

Achei que fosse o caso, mas quando me disse que era o Barack Obama disfarçado, que ninguém ali sabia e ele estava contando somente para mim, ouvi-o atentamente e falei para ele se acalmar, que logo tudo seria resolvido. No dia seguinte, ele foi avaliado pelo serviço médico do presídio e transferido para o Centro de Observação, ala psiquiátrica que funciona junto ao presídio feminino, na cidade satélite do Gama, no DF.

Era comum o atendimento do serviço médico na ala B e quase diariamente alguns idosos eram encaminhados até lá. No serviço médico do presídio eu conheci a primeira médica desumana. Não é por outro motivo que uma das médicas que atendia os presos era chamada de doutora morte.

Ela tinha muitos anos de CDP, o que permitiu que sua fama passasse de preso para preso. Meu primeiro contato com o pessoal de saúde da prisão foi na minha chegada no CDP, uma situação de extrema humilhação. A primeira vez que fui chamado para atendimento nas instalações do serviço médico foi uma experiência muito ruim.

O bloco 5 tinha menos internos em comparação com os outros blocos, o que permitia que todos que necessitassem de atendimento médico fossem atendidos no mesmo dia. Uma lista com as queixas era elaborada pelo auxiliar de chefe de pátio, outra classificação possível, e entregue ao chefe de pátio, que junto com o pessoal médico, selecionava os que teriam atendimento.

Na noite de segunda-feira, os internos eram avisados da consulta, que ocorria na terça-feira. Fui avisado e, no dia seguinte, me aprontei cedo com a expectativa da consulta. Por volta das 10 horas, os nomes são chamados na grade e se forma uma fila. Saem poucos por vez, pois é necessário fazer a revista.

Todo deslocamento dentro do CDP era diferente da situação que eu conheci no Complexo Médico Penal, onde estive preso antes de ser transferido para Brasília. Enquanto no

Paraná eu fui autorizado pelo agente da galeria e circulei livremente nos corredores até chegar na enfermaria, aqui tudo é cercado pelo procedimento²².

Como meu nome inicia com a letra a, fui chamado no primeiro grupo e encaminhado até uma parede lateral, onde foi ordenado que de costas para os agentes, inclusive com a presença de agentes femininas, tirasse toda roupa. Foi dado ênfase que inclusive a cueca deveria ser retirada. Todos despídos, os agentes verificam as roupas, suas dobras e bolsos, para inspecionar se não tinha nada escondido. Foi mandado que abrisse a boca e colocasse a língua para fora. Depois disso, foi autorizado que nós vestíssemos a roupa e, de cabeça baixa sem olhar para os lados, caminhássemos em fila indiana até a viatura que nos aguardava na frente do bloco.

Embora o prédio onde esteja localizado o GEAIT - Gerência de Assistência Social da Penitenciária, como é chamado o local que dispõe de assistentes sociais, médicos, dentistas e fisioterapeuta não seja distante, o deslocamento geralmente é feito por meio de veículos. Entramos no cubículo da viatura e nos deslocamos por poucos minutos. A porta se abriu e fomos levados até uma cela de tamanho pequeno, aproximadamente oito metros quadrados, com azulejos até o teto, onde estavam diversos internos. Não havia separação alguma, tendo alguns presos que apresentavam tosse e ferimentos na pele, em decorrência das condições de higiene, e outros com muita febre. Fiquei muito preocupado com a questão da tuberculose, pois sabia que a incidência era elevada nos presídios.

A agressividade dos agentes daquele setor me chamou a atenção, era constante a vinda deles até a grade da cela, gritando muito e ameaçando constantemente jogar spray de pimenta no cubículo, caso não fosse feito silêncio. Nesse contato, nós do bloco 5 fomos questionados pelos outros presos sobre o porquê estávamos naquele bloco, se éramos policiais ou políticos. Senti uma tensão no ar, que foi dissipada com mais uma vinda do agente com seus gritos, ordenando que todos calassem a boca. Esse tratamento era presenciado por todos os servidores daquele local, pois passavam constantemente diante dessa cela, que era localizada ao lado do acesso principal do setor. A violência parecia banalizada naquele local que, até então, mesmo no meu atendimento médico realizado no presídio do Paraná, guardava alguma relação com cuidados.

²² Nome dado a todo comportamento que deve ser adotado pelo preso, no sentido de total subserviência e que é advertido pelos agentes o tempo todo com a simples menção da palavra “procedimento” em tom mais ríspido, aos métodos referente à segurança dentro do estabelecimento, a revista minuciosa ao sair e ao voltar e estar sempre algemado e acompanhado de escolta.

Quando fui chamado, fui orientado a colocar meus pulsos por uma abertura que existia na porta das grades para que fossem colocadas as algemas. Fui levado por um corredor até uma sala com a porta aberta, que logo intui ser o consultório. Vi uma senhora obesa com jaleco branco sentada atrás de uma mesa com uma cadeira escolar encostada na parede de frente para a mesa. Apenas com um olhar, ela me indicou que o meu lugar era aquela cadeira, onde me sentei. Assim que me sentei, inclinei meu corpo para frente com o intuito de falar com mais proximidade. Não fiz menção de me levantar da cadeira em momento algum.

Fui advertido pela médica, num tom alto e ríspido, para que permanecesse com as costas encostadas na cadeira. Fui tomado de surpresa naquele momento, esperava isso do agente, não da médica. Estava sendo apresentado à famosa doutora morte. Não me perguntou nada, olhou meu prontuário e comentou, com tom de deboche, que médico seria o meu que prescrevia aquela quantidade de medicação. Agora surpreso com a questão ética, respondi que era o médico que me acompanhava há anos no tribunal. Depois dessa consulta, que durou cerca de 15 minutos, fui retirado do consultório pelo agente, que permaneceu na porta o tempo todo, e encaminhado novamente à cela com os outros internos.

Fomos levados novamente ao bloco 5, onde fiquei pensando naquela experiência. Sempre achei que poderia me socorrer no pessoal médico em qualquer situação. Na prisão é diferente. Ouvei relatos de que a doutora morte já tinha sido atacada por internos e talvez, por isso ela tenha esse comportamento. A desumanidade da cadeia atinge todos.

Os atendimentos médicos fora do horário de funcionamento do GEAIT, como à noite, feriados ou finais de semana, eram prestados pelo SAMU, em caso de extrema necessidade. Os atendimentos eram realizados também por internos médicos da ala A que, como dito, abriga os presos que possuem nível superior até o trânsito em julgado.

Durante o período em que estive preso no bloco 5, existiam dois internos médicos. Eles não tinham estrutura alguma para o atendimento, a não ser um estetoscópio e um manômetro. Assim mesmo, era muito melhor ser atendido por eles do que pelo serviço médico da prisão, era um atendimento mais humanizado, o que se espera de todo médico.

Muitas vezes, durante a noite ou nos finais de semana, esses médicos eram chamados para prestar atendimento na ala B. Não recebiam nada para prestar esses atendimentos, faziam para ajudar os companheiros e por amor à profissão, o que eu sempre achei louvável. Eles atendiam com prazer, nunca deram ares de que estavam sendo incomodados, mesmo quando

eram chamados durante a noite. Esse era o atendimento médico disponível na prisão, o que evidenciava mais uma faceta perversa da falácia da assistência ao preso. Com as medicações, a situação não era diferente, os oferecidos pelo Estado são de geração anterior, como os psiquiátricos.

Isso obriga os familiares com condições financeiras a comprar a medicação mais adequada para que o seu parente preso possa continuar o tratamento. É necessário não somente dinheiro, mas tempo para que o familiar busque uma prescrição médica e submeta à apreciação do GEAIT. Os médicos do GEAIT precisam homologar a receita de médico particular para que a entrada da medicação seja autorizada. O órgão autoriza que os familiares adquiram e deixem os medicamentos sob a guarda do serviço médico, para distribuição posterior ao interno.

Isso não é garantia de que a medicação comprada pelo familiar seja entregue em tempo hábil. O GEAIT entrega a medicação fracionada num envelope de cartas com o nome do interno, com a quantidade certa para sete dias.

Houve vários atrasos na entrega dos meus remédios controlados, todos adquiridos pela minha esposa. A desorganização e o descaso com os interesses dos presos faziam com que a medicação se perdesse e o envelope viesse com falta de remédios. Fazia uso de antidepressivo, indutor de sono e estabilizador de humor, sendo todos de uso contínuo. A incerteza quanto aos meus remédios sempre foi um dos meus maiores fantasmas, preciso deles para sobreviver.

Numa dessas vezes, a coincidência de um feriadão fez com que eu ficasse sem medicação por quase cinco dias. Pedi ao agente de plantão para conversar com o Pitoco, apelido dado a um dos médicos da ala A, pelo fato do médico ser de estatura baixa e magro. O agente autorizou e nos encontramos na sala de controle do bloco, onde os agentes costumavam permanecer. É uma recepção com um pequeno balcão e duas mesas com computadores.

Sendo ouvido pelos agentes, contei ao Pitoco minha situação e ele disse que me levaria alguma coisa na hora da marmita do jantar. Um dos médicos sempre passava da ala A para a ala B no final da tarde, quando as marmitas do jantar chegavam, com o objetivo de acompanhar os internos doentes. No final da tarde, ele me entregou uma cartela de Diazepan de 5 mg e me aconselhou a tomar dois comprimidos na hora de dormir. Aquilo fez com que eu suportasse até que recebesse as medicações que minha esposa havia adquirido e entregue ao serviço médico.

Nessa oportunidade, fiz uma petição ao Juízo da VEP relatando o ocorrido, invocando o direito de petição. Pedi ao chefe de pátio que desse o devido encaminhamento. Algumas

semanas depois, fui levado ao serviço médico para ser avaliado pela doutora morte mais uma vez. Minha reclamação criou uma animosidade do serviço médico comigo.

Existiam senhores idosos e doentes na ala. Lembro-me bem do Zacarias, um senhor bem franzino e debilitado, com mais de 70 anos, que chegou na ala numa situação precária. Ele não comia nada e somente vomitava, causando a preocupação de alguns outros internos. Eu fui um desses. A família dele era muito humilde e não tinha conhecimento do que poderia ser feito. A esposa e a filha dele saíam desoladas ao verem a situação em que ele se encontrava. Disse a elas que aquela situação não poderia continuar, sob risco de falecimento. Orientei que elas fossem à Defensoria Pública, a fim de que fossem tomadas as providências para o atendimento hospitalar do Zacarias, o que elas fizeram.

Durante um atendimento do GEAIT à ala B, comentei que havia orientado a família no sentido de procurar ajuda. Depois de solto, tive acesso à íntegra do meu processo de execução e fiquei surpreso pelo fato dessa minha intervenção no atendimento médico ter gerado um relatório de inteligência, segundo o qual eu atrapalhava o atendimento médico com perguntas inoportunas e orientava familiares a denunciarem o serviço médico. Mas, o mais importante aconteceu, o Zacarias foi transferido para um hospital, retornando quase um mês depois, com uma recuperação de causar inveja. Comia bem e caminhava bastante no pátio, não parecia a mesma pessoa, o que me encheu de alegria.

Com o convívio, acabei me aproximando do Paulo, ex-diretor do banco estatal, pois a família da minha esposa é quase toda de funcionários do mesmo banco. Inclusive, viemos morar em Brasília em razão da transferência da minha esposa de São Paulo para cá, numa oportunidade de promoção que ela recebeu. Ela receberia, como estímulo para se mudar para Brasília, o salário dobrado pelo período de dois anos. Como não tinha emprego em Curitiba, onde morava, vim com a expectativa de passar num concurso público.

Contei esse fato ao Paulo logo no primeiro dia, nos aproximamos e conversávamos muito. Com o tempo, minha esposa passou a dar carona para a esposa do Paulo, que desembarcava no aeroporto na manhã do dia da visita, vinda de Porto Alegre. Costumava caminhar no final da tarde com ele no pátio, onde conversávamos sobre vários assuntos. Uma conversa se torna um dos poucos momentos em que o tempo passa um pouco mais rápido.

Durante o período em que estive na ala B, chegou o Luciano, preso numa operação da Polícia Federal. É uma pessoa com muita influência no PMDB e que teve grande atuação

durante o governo Temer. Dois internos na cela 1 foram remanejados para outras celas para darem espaço ao novo interno, que ocupou a cela sozinho.

Ele logo se enturmou com os vips da ala, fazendo parte do nosso grupo de conversas. É impressionante o nível de influência que ele tinha junto ao ex-deputado Eduardo Cunha. Certa vez, me contou que tinha uma carteira com brasão da Câmara, identificando-o como Deputado Federal do PMDB por São Paulo, a fim de que ele pudesse se livrar das fiscalizações de trânsito. Carteira confeccionada pela Câmara e assinada pelo seu presidente da época.

Com o passar do tempo, confidenciou que a suposta decisão que garantiria sua permanência sozinho numa cela que alegava ter em seu favor e dizia ser do Ministro Lewandowski, não passava de bravata, certamente com o conhecimento da direção do presídio e da VEP. Além de ficar sozinho na cela, tinha a seu dispor medicamentos que normalmente não são disponibilizados para outros internos, nem que a família se dispunha a comprar e tenha indicação médica. Por exemplo, o diazepam em gotas, que não era fornecido a nenhum interno, mas na cela 1 tinham diversos vidros desse remédio. Normalmente eram entregues pelo chefe de pátio, após a visita dos advogados.

Estávamos num dia comum na rotina da cadeia, quando ouvimos a notícia por meio da televisão que um político famoso aqui de Brasília havia sido preso para o cumprimento do restante de sua pena. O Supremo havia decidido pelo cumprimento da pena quando confirmada por colegiado. Logo depois do almoço, a porta de grade fez o barulho de chaves, coisa muito característica da prisão, assim como o bater das portas de ferro, que ficam marcados na memória.

Era o Leonardo que estava entrando no pátio. Como já tinha encontrado em outra circunstância, cumprimentei-o, juntamente com os mais vips da ala. Nos presos mais humildes, havia um misto de reverência e dúvida. Muitos o conheciam apenas pela televisão e achavam que a presença dele na ala pudesse de alguma forma significar alguma melhora nas suas condições prisionais. Ele foi alocado na cela 4, onde moravam o Paulo e o Rogério, presos da Ação Penal 470.

No dia seguinte, no período da tarde, recebemos a visita da juíza da VEP, que se posicionou num corredor com meia parede de grades que se destinava justamente ao propósito de separar os visitantes dos presos. Já tínhamos recebido a visita da juíza outras vezes de forma esporádica, talvez pelo fato de a ala abrigar idosos doentes e o Paulo, por exemplo, que como

cidadão italiano extraditado, era constantemente acompanhado por visitas do pessoal da Embaixada da Itália.

Geralmente quem se colocava em posição de destaque para fazer suas reivindicações à juíza eram os presos com melhores condições de articular verbalmente os pedidos. Isso sempre foi papel dos presos vips como um todo, muito raramente presos com poucas condições e equipamentos para tal, que ficavam somente ouvindo.

Os gritos dos agentes para que todos se dirigissem para o pátio desencadeavam uma atitude coletiva de subserviência. Todos param imediatamente o que estão fazendo e se dirigem em direção ao pátio imediatamente. O procedimento manda atender de forma imediata, é obrigação do preso. Assim que os presos saem, os agentes entram para verificar se nenhum interno está nas celas e a porta de grade que divide o pátio do corredor é fechada, de modo que ninguém possa entrar.

Como fui um dos últimos a sair da galeria, quando cheguei no pátio, a juíza já estava posicionada no corredor, próxima à cantina, pois a área era coberta, em um diálogo com o ex-político que monopolizava o momento fazendo reverências desnecessárias e exigindo a sua classificação, a fim de remir sua pena. Outras reivindicações foram feitas pelo ex-senador cassado, como alimentação de melhor qualidade e a possibilidade de entrar suplementos alimentares em razão da sua idade. A juíza ouviu atentamente e se limitou a orientar que os pedidos fossem deduzidos em juízo, por meio de seus advogados.

A visita da juíza se encerrou sem que os vips tenham conseguido falar como de costume. Era explícita a tentativa do Leonardo de mostrar que tinha uma importância maior, não dando espaço algum para que qualquer outra pessoa se manifestasse.

Percebi nos vips um certo desconforto com isso, mas mesmo entre eles, o ex-senador impunha certo respeito. Ele sempre fazia questão de dizer em alto e bom tom no pátio que aquela cadeia ele tinha construído. Os presos mais humildes entendiam como se ele tivesse feito alguma coisa para melhorar a vida de todos que estavam no bloco.

Eles não conseguiam entender que a reforma fora realizada não para melhorar as condições da cadeia ou dos presos em geral, mas sim porque Leonardo iria ter que viver naquele lugar. Tanto que tal reforma é objeto de Ação Civil Pública em trâmite no TJDF.

A rotina da ala se alterou depois da chegada de Leonardo, sendo que a principal mudança foi a presença constante de advogados agendados. Desde o primeiro horário de audiências com

advogado no parlatório, que era às 9h da manhã, até o último horário, 17h horas, eram preenchidos por advogados do ex-político. Minha advogada chegou a dizer que estava enfrentando dificuldades para agendar via internet, pois os horários estavam sempre lotados. Logo pela manhã era rotina ouvir o nome do ex-senador cassado ser chamado pelos agentes, com a observação de que era advogado.

O Habib, quando estava prestes a obter progressão para o regime semiaberto com trabalho externo e ser transferido para a ala C, veio conversar comigo, se dispondo a indicar meu nome para substituí-lo como auxiliar de cantina. Eu tinha sido classificado para a distribuição das marmitas e do pão que era entregue no final do dia para o café da manhã do dia seguinte. Como as marmitas eram etiquetadas com o nome do interno, em razão das restrições alimentares, só podiam ser classificados os presos que sabiam ler e era uma atividade não muito cobiçada pelos vips, que preferiam ser classificados na biblioteca, que tinha pouco afazeres.

Dias depois da visita da juíza da VEP, o Habib me chamou na cela e disse que era para eu ir acompanhar a conversa que o ex-senador cassado estava tendo com o chefe do pátio. Ao me aproximar do portão de ferro onde conversavam, pude ouvir Leonardo dizer ao chefe de pátio que tinha um acordo com a juíza da VEP e exigia ser classificado. Nesse momento, me dirigi ao chefe de pátio argumentando que a vaga da classificação era minha, por estar mais tempo na ala. Tive a impressão de que o chefe de pátio gostou da minha fala, pois me olhou como se concordasse e aprovasse.

Descontente com minha intervenção, Leonardo voltou para a sua cela. Assim que o chefe de pátio saiu, fui até a cela 4, a fim de esclarecer a situação desconfortável. Assim que pedi licença, hábito comum antes de se ingressar numa cela onde não se mora, Leonardo me perguntou em tom um pouco agressivo o porquê de eu estar querendo prejudicá-lo. Pego de surpresa com a indagação, respondi que não queria prejudicá-lo, apenas não queria me atrasar por conta dele. Ressaltei que não precisava falar alto comigo, quando ele se aproximou do meu ouvido e disse, em tom de deboche, para eu me retirar da cela dele. A conversa foi presenciada pelos demais moradores, Rogério e Paulo.

Fui classificado como auxiliar de cantina e o ex-político foi classificado no mesmo dia para distribuir as marmitas e pães. Os dias de prisão dele eram meticulosamente calculados e anotados em um calendário a data de sua progressão, contando com todas as remissões possíveis.

Minha classificação na cantina não foi vista com bons olhos pelo cantineiro, senti seu desconforto quando me explicava as tarefas. Me perguntou se eu sabia fazer café, ao que respondi que não para grande quantidade de pessoas. Os classificados anteriores na minha nova função não faziam café, não faziam coisa alguma, a não ser ajudar o cantineiro a fazer o balanço semanal, elaborando os cálculos.

Ele me disse que a hora que mais precisava de ajuda seria no café da manhã. Costumava formar uma fila na cantina assim que os presos eram liberados pela manhã. Disse a ele que poderia ajudar a servir e receber os pagamentos em dinheiro, enquanto ele providenciava o café. No restante do tempo, ele me informou que não precisaria ficar na cantina, dando como justificativa o pequeno espaço para que nós dois ficássemos ao mesmo tempo.

Nos domingos, ajudava a fazer o balanço das mercadorias, que consistia em contar todos os itens disponíveis nas prateleiras e comparar com a quantidade trazida da NUSUP na semana anterior. O cantineiro me pedia para contar até as balas, o que eu achava um exagero. A cantina ficava fechada no período da tarde para realizar o balanço. Era o dia que a cobrança da conta do caderninho da cantina era realizada também, a fim de apurar os lucros da cantina. Geralmente, somente os presos que recebiam visitas tinham a conta na cantina, pois o dinheiro, em regra, só entrava por meio delas.

Na segunda-feira, o cantineiro era chamado pelos agentes da NUSUP e ia fazer as compras da semana. Manifestei a vontade de acompanhá-lo, mas fui por ele demovido, com o argumento de que somente era permitido o cantineiro, não o auxiliar. Achei estranho, porque na ala A o cantineiro ia sempre acompanhado. Gostaria de ter ido para adquirir mais esse conhecimento a respeito do funcionamento das cantinas, era um assunto que me interessava. Nunca soube ao certo a origem das mercadorias e me chamava a atenção as marcas desconhecidas dos produtos, em alguns casos. Nunca soube ao certo se eram adquiridos por meio de licitação ou se eram doações e o cigarro era um desses, pois nunca tinha ouvido falar das marcas comercializadas dentro do presídio.

Os presos que não tinham visitas e tinham alguma disposição, realizavam pequenos trabalhos para conseguir algum dinheiro, nem que fosse para o cafezinho. Outros sobreviviam apenas com o que a prisão fornecia gratuitamente e da caridade dos demais. Estes também tinham que se conformar com a péssima qualidade dos itens fornecidos para higiene pessoal. Quem pode, compra sabonetes ou produtos de limpeza de melhor qualidade para a higiene da cela.

Embora na ala A o cantineiro ganhasse bastante dinheiro com a administração da cantina, o interno mais bem sucedido era o Manoel. Era um dos mais antigos da ala, gostava de conviver com os vips, mas ocupava uma posição bem determinada para eles. Era o lavador oficial das roupas dos mais abastados e não passava disso, embora ele se imaginasse amigo íntimo deles.

Como no meio é comum a figura do preso respeitado pelo pátio, ele tentava exercer esse papel junto aos mais humildes e conseguia com certa frequência. Também tinha muito contato com os agentes, fazendo parecer que gozava de alguma reputação junto a eles.

Ele era sempre o último preso a entrar na cela quando os agentes encerravam o banho de sol, que poderia ser às 20h ou mais. Fechava todas as celas com a tranca e só depois dava sinal para os agentes entrarem na galeria.

Pela manhã, os agentes entravam, sempre em duplas, e abriam todos os cadeados, deixando-os na tranca. Assim que saíam da galeria, davam sinal para que o Manoel tirasse o cadeado da porta dele e abrisse a porta das demais celas. Era o primeiro a sair. Isso fazia com que ele se sentisse importante, mesmo que fosse alvo de gozação por parte de alguns internos, por essa proximidade com os agentes. Ouvi relatos de que o Manoel, no meio, não podia nem aparecer no pátio nos dias de banho de sol, pois em razão do crime sexual pelo qual fora condenado, não era aceito no convívio.

A esposa do Carlos Alberto havia aberto uma caderneta de poupança para o Manoel, na qual eram depositados os valores referentes aos trabalhos que ele prestava, principalmente aos vips da ala. Como ele lavava minhas roupas, minha esposa passou a depositar o pagamento direto na conta poupança dele. Com o passar do tempo e a facilidade que a classificação me proporcionava, acordei de forma similar com o cantineiro. Minha esposa depositava na conta de sua esposa e ele me repassava parte do dinheiro do lucro da cantina. Assim, eu podia ficar tranquilo, é sempre importante ter dinheiro na cadeia.

Em determinado período, foi implantada uma horta ao lado do bloco 5 e dois internos foram selecionados para fazer a manutenção, plantio, etc. Considerando a alimentação pouco saudável, especialmente para presos idosos, houve uma movimentação entre os presos, capitaneada pelo ex-senador cassado e os demais vips, para que alguns produtos da horta fossem destinados aos presos da ala B.

Em uma das visitas da juíza da VEP, foi feita a reivindicação, tendo a juíza determinado sua diretora de secretaria, que sempre a acompanhava, para anotar o pedido. Pouco tempo depois, o diretor nos informou que o pedido não poderia ser deferido, pois violaria a igualdade que norteia a execução penal, na medida em que os internos de outros blocos não poderiam usufruir dos legumes e verduras da horta.

Como quase tudo na cadeia, isso não impediu que os classificados da horta trouxessem escondido nas vestes tomates, pimentas e outros produtos fáceis de esconder. Isso era facilitado, pois não eram realizadas revistas nos trabalhadores da horta nem na saída e, principalmente, no retorno deles da horta.

Em uma manhã, eu estava na cantina e vi algo estranho. Pacotes pardos apareceram de forma misteriosa na geladeira da cantina. Como sou curioso, abri alguns deles e constatei que se tratava de queijo, salmão defumado e presunto. Assim que o cantineiro me viu abrindo os pacotes, me advertiu para eu não mexer no que não era meu. Logo, concluí quem era o proprietário e comentei que poderia causar muito problema. O cantineiro retrucou que o ex-político garantiria.

Logo depois, o cantineiro foi até a cela do Leonardo, certamente para relatar o ocorrido. Tanto que, ao encontrar o ex-político no corredor de acesso às celas, ele esbarrou no meu ombro com certa violência e com um sorriso sarcástico no rosto. Fiquei sem reação pelo inesperado da situação enquanto ele, com passos rápidos, prosseguiu até o pátio, sumindo no corredor.

Percebi que o Sílvio, com quem morei na cela 6, estava no final do corredor e presenciou o fato. Veio até mim e, como era evangélico, me chamou de irmão e perguntou o que estava acontecendo. Respondi que não era nada, sorri e entrei na cela 2. Como o Habib já tinha progredido de regime, procurei o Paulo para compartilhar a preocupação com as consequências para a ala e, sobretudo, comigo, pois como auxiliar de cantina certamente seria envolvido.

Avisei um agente do plantão que eu gostaria de falar com o chefe de pátio e aguardei a resposta. No meio da tarde, o chefe de pátio me chamou e abriu a porta para que eu o acompanhasse até sua sala. Tinha uma simpatia por ele e me sentia seguro de contar o que eu encontrei na geladeira da cantina pela manhã. Quando iniciei o assunto, ele fechou a porta e prestou muita atenção. No final, ele me disse em tom de desabafo que ele tinha medo de que isso fosse acontecer no bloco. Falei do meu desconforto e risco com a situação e ele me tranquilizou, dizendo que iria conversar com o cantineiro.

Na volta, todos sabiam que eu tinha ido falar com o chefe do pátio, mas não o assunto. O Leonardo certamente sabia, pois me olhou de forma ameaçadora. Conversei muito com o Paulo durante a caminhada do final da tarde. Pude perceber certo receio nele, que me aconselhou a deixar isso para lá. Não sei qual o teor da conversa que Leonardo havia tido com ele, uma vez que moravam na mesma cela.

Em uma tarde, depois de muita insistência de Leonardo para que transferisse um conhecido dele que estava preso em outro bloco para a nossa ala, fomos surpreendidos com a chegada de diversos presos. Entre eles, o pastor cuja transferência era pleiteada. Todas as celas receberam os novos internos, mas somente a cela 1 foi poupada, onde o Luciano permanecia sozinho. Na cela do ex-político foi alocado o pastor conhecido, enquanto para a cela 2 foram destinados três novos moradores: Armando, Feitosa e Aldenir, os nossos novos parceiros de cela.

Embora para alguns vips o aumento da população causou desconforto, no meu caso trouxe melhoras. Não que eu tivesse alguma reclamação do Daniel, mas é que os novos companheiros se mostraram bons amigos. Explico: precisava de tempo para leitura dos livros que recebia para o mestrado que fora interrompido. O Armando era aficionado por limpeza, se encarregava de manter a cela e o banheiro sempre limpos. Eu fazia o papel de chefe da cela, sem opressão ou violência. Os três eram muito colaborativos, se ausentavam da cela para que eu pudesse ter mais privacidade na hora dos estudos. Formamos uma amizade.

Além disso, notei que alguns nem tinham conhecimento do processo que os levaram até ali. Pedi para que minha advogada buscasse informação, de modo que eles pudessem ter notícias de seus processos. Como o Aldenir não tinha visitas e o Armando tinha visitas esporádicas, pedi que minha advogada providenciasse sacolas para eles. Ao preso que não recebia visitas, na época, era autorizado que advogados levassem a sacola com os itens permitidos. Com isso, minha advogada passou a patrocinar o Armando e o Aldenir, bem como a levar os mantimentos e roupas que eles necessitavam. Havia harmonia na cela, coisa difícil na prisão. O Armando passou a cuidar das minhas roupas e da limpeza da cela, enquanto eu providenciava os produtos necessários e o pagava-lhe pelo trabalho.

Outro dia, à tarde, todos receberam ordem para ir para o pátio, o que me levou a pensar que fosse uma visita da juíza da VEP ou alguma outra autoridade como o MP, por exemplo, que realizou algumas vistorias com fins de apurar a reforma do bloco, na Ação Civil Pública já mencionada. Ao sairmos, alguns agentes estranhos ao bloco entraram nas celas, batendo com o

cassetete em todas as grades, depois me informaram que faziam isso para verificar se não existiam grades cerradas.

Fizeram um bate geral, como é chamada esse tipo de revista surpresa. Nada de irregular foi encontrado, a revista se limitou às celas e na cantina não houve revista. Foi a primeira vez que isso aconteceu na ala, desde a minha chegada, sabia que tinha relação com os produtos encontrados na geladeira da cantina, mas não entendi o porquê da cantina em si não ter sido revistada.

Ao chegar na cela, estava tudo revirado, colchões no chão, roupas misturadas e objetos pessoais espalhados por toda a cela. Os demais colegas de cela me contaram que no meio disso era rotina e que os agentes eram bem mais cruéis, pois costumavam pisar nas embalagens de todinho pronto, de modo a sujar o colchão e as roupas dos internos.

Notei que os envelopes continuaram a aparecer na geladeira da cantina, o que me incomodava bastante. Passados alguns dias, o chefe de pátio me chamou novamente até sua sala. Assim que cheguei, ele se levantou e disse para caminharmos um pouco, que iria me mostrar a horta.

Sair do bloco era sempre bom e uma oportunidade de conhecer por fora o que só imaginava lá de dentro. Era uma horta grande, bem cuidada, com canteiros bem-feitos. Durante o passeio, comentei que os envelopes não pararam e que estavam na geladeira. Falei na minha vontade de não mais ser auxiliar de cantina, pedi que ele me tirasse de lá antes que o pior acontecesse.

Ele prometeu ver a possibilidade de me classificar como auxiliar de chefe de pátio. Com relação aos envelopes, ele me disse para comer o que eu quisesse, dizendo que de onde vinham esses, viriam outros. Gostei do desafio e um pouco antes de sermos recolhidos no final do dia, fui até a geladeira, peguei um pacote de queijo e levei até a cela 2.

Ao chegar, falei aos companheiros que, naquela noite, comeríamos algo diferente. Escondi o pacote na prateleira de plástico tubular, onde guardava meus livros e saí para a caminhada rotineira. Contei para o Paulo, que se mostrou preocupado. Disse para que eu não ficasse instigando o chefe de pátio, que seria pior para todos. Mas, eu não conseguia conviver com essa situação, não achava certo que somente o ex-político gozasse de regalias na prisão.

Quando os agentes gritaram que havia encerrado o banho de sol, fui ansioso para a cela com o intuito de compartilhar a iguaria que havia escondido. Quando cheguei na cela e procurei

o queijo, não encontrei onde havia deixado. Questionei Feitosa se alguém tinha entrado na cela. Ele me disse que sim, o Leonardo entrara e mexera na minha prateleira. Me dei conta de quanto fora ingênuo e que ele havia me passado a perna, frustrando a expectativa de compartilhar o queijo com meus companheiros.

A fim de me preservar, elaborei um documento consignando o que estava ocorrendo na cantina, onde manifestei minha discordância com o que estava acontecendo e receio de ser prejudicado. Esse documento foi assinado por mim, pelo Paulo e pelo Horácio, este último morador novato da cela 4, dono de uma madeireira aqui no DF, que cumpriu seis meses de pena por crime ambiental. Pedi que minha esposa saísse com o documento escondido²³ no dia da visita e reconhecesse firma em cartório, o que foi feito. Imaginava que este documento poderia me ajudar, caso eu fosse envolvido na questão dos itens proibidos que apareciam na cantina.

Os objetos chegavam ao ex-político de formas variadas. Certa vez, estava na cantina durante a tarde quando uma de suas advogadas se aproximou da porta que dava acesso à cantina pelo corredor administrativo, pedindo uma água mineral ao cantineiro. Ao pagar, percebi que ela estendeu uma cédula de R\$ 10,00 enrolada, com um pen drive entre a nota. Comuniquei o ocorrido ao chefe de pátio quando ele me chamou para comunicar que eu seria classificado como seu auxiliar. No dia seguinte, foi instalada uma tela de metal na referida porta, de modo que não pudesse passar nenhum objeto.

O trabalho do auxiliar do chefe de pátio consistia em fazer um meio de campo entre os internos e o chefe de pátio, levando as necessidades dos internos ao seu conhecimento. Por exemplo, eu fazia a lista dos que tinham queixas de saúde e precisavam ir ao Serviço Médico. Ia em todas as celas, perguntando se alguém estava precisando de atendimento médico, elaborava uma lista e entregava ao chefe do pátio. Auxiliava também na expedição de alguns documentos, como a folha de ponto dos internos classificados e autorizações de saída para os internos da ala C²⁴, bem como circulava bastante na área externa do bloco na companhia do chefe de pátio.

Um fato que me marcou bastante foi o ocorrido com o Paulo, preso na Operação Zelotes. Era comum o pessoal do MP visitá-lo no presídio, na tentativa de obter a declaração de que

²³ Lembrando que era proibido a visita sair com qualquer objeto sem o conhecimento da administração.

²⁴ Os internos da ala C já gozam do benefício do trabalho externo, o que lhes garante o direito de sair do presídio para trabalhar. No entanto, muitas vezes é necessário que o interno compareça numa consulta médica ou órgão público para regularizar alguma documentação. Nesse caso, quem concede a autorização é o chefe do pátio, com a anuência do diretor. O interno deve apresentar o comprovante de que esteve no local para qual foi autorizado.

havia dado dinheiro para a empresa do filho do Luiz Inácio Lula da Silva. Naquele dia, ele tinha sido chamado para sair da ala e eu já imaginava sobre o que se tratava. Quando ele retornou, foi sentar num banco de concreto que havia no pátio, muito pensativo.

Me aproximei e perguntei o que tinha acontecido. Ele contou que o pessoal do MP havia lhe dito que caso não delatasse o Lula, a sua esposa seria presa naquele dia em São Paulo. Embora ele tivesse 79 anos, tinha uma filha de 12 anos de quem ele gostava muito e ficava preocupado de a mãe ser presa e a menina ficar sozinha. Tentei confortá-lo, mas na verdade não acreditei que isso seria possível. Por volta das 18h30min, deu uma chamada urgente na Rede Globo anunciando a prisão da esposa do Paulo. Vi que o jogo era pesado e o MP se utilizava do mesmo método de sequestradores, só que com autorização do Estado.

O Paulo permaneceu preso até completar os 80 anos e conseguir a prisão domiciliar sem delatar o Lula. Admiro sua postura. Depois que saí da prisão, retomei o contato com o Zé, que me contou que o resultado da referida operação foi a absolvição de todos os réus.

Nesse meio tempo, em decorrência da alta demanda, o setor jurídico do presídio foi transferido para o bloco 5. A demanda era a quantidade de documentos diversos que entravam para o ex-político diariamente. Como todos os documentos deveriam ser avaliados pelo jurídico, para facilitar esse trabalho, estando mais perto seria mais rápida a liberação.

Finalmente meu HC foi pautado no Pleno do STF, tinha esperanças na concessão da ordem. Como as sessões do Pleno eram transmitidas durante a tarde, fiquei acompanhando com apreensão. Na primeira quinta-feira, dia dos processos criminais, não deu tempo de ser julgado.

Na quinta-feira seguinte também não foi julgado, sendo finalmente levado a julgamento na subsequente, um ano depois do Ministro Teori ter concedido a ordem monocraticamente. Acompanhei o julgamento e a denegação da ordem, com voto capitaneado pelo Ministro Barroso. O argumento foi de que o princípio da proteção total à criança e ao adolescente teria prevalência no caso.

Agora eu me sentia realmente preso, não tinha mais a quem recorrer. Isso me lembrou Agamben (2008):

Como os juristas sabem muito bem, acontece que o direito não tende, em última análise, ao estabelecimento da justiça. Nem sequer da verdade. Busca unicamente o julgamento. Isso fica provado para além de toda dúvida pela força da coisa julgada, que diz respeito também a uma sentença injusta. A produção da *res judicata* – com a qual a sentença substitui o verdadeiro e o justo, vale como verdadeira a despeito da sua falsidade e injustiça – é o fim último do direito. (AGAMBEN, 2008, p. 28)

Segui a vida, tendo como passar para o regime semiaberto com trabalho externo. Minha esposa tinha trazido a notícia da minha demissão por faltas, o que foi confirmado com a minha intimação pessoal da decisão do presidente do TJDF, mas teve a iniciativa de procurar o sindicato de classe dos servidores do tribunal. A advogada do sindicato ingressou com um processo administrativo, a fim de anular a demissão.

Não tinha muita expectativa nisso, tinha perdido a vontade de trabalhar no tribunal. Pensava em quantas vezes renunciei ao convívio dos meus filhos e esposa para elaborar votos para os desembargadores com quem trabalhei. Minha esposa saía com as crianças aos sábados e domingos à tarde, para que a casa ficasse mais tranquila para eu trabalhar.

A palavra justiça não me soava bem desde o início do processo em que acabei sendo condenado. Existiram falhas na instrução processual que não foram consideradas na segunda instância e determinaram minha condenação. O interessante é que eu acreditava que alguém, em algum momento, prestaria atenção nas incongruências ocorridas. Era como eu agia quando elaborava um voto, lia o processo inteiro, do contrato até os carimbos de juntada, na época do processo físico, e sempre tive isso como uma responsabilidade. Conhecia colegas e magistrados que liam somente a última petição ou faziam uma análise superficial, mais preocupados em cumprir as metas estabelecidas do que com a prestação jurisdicional.

A ideia de voltar a trabalhar no tribunal me incomodava bastante, mas compartilhei a esperança com a minha esposa, sabia que para ela o fato de eu estar empregado quando saísse era muito importante.

Os dias se passaram até que ela me trouxe a notícia, durante uma visita, de que o processo administrativo tinha sido provido e eu havia sido reintegrado ao meu cargo. Num primeiro momento, enxerguei de forma positiva diante da possibilidade de começar a trabalhar e conseguir sair da cadeia, mas as coisas não seriam tão fáceis.

Pelo fato de ter sido condenado pelo crime de atentado violento ao pudor, tive que passar por um critério diferenciado para conseguir autorização para sair da prisão. O primeiro passo é a realização do Exame Criminológico, aplicada por um psicólogo do presídio.

Relatei no primeiro capítulo que assim que cheguei transferido de Curitiba para Brasília, meu advogado e amigo João Marcos Braga, solicitou junto ao Juízo da VEP autorização para que eu frequentasse as aulas do mestrado. Embora minha pena tivesse o regime inicial

semiaberto para cumprimento, era exigido o referido exame em razão do crime pelo qual fui condenado.

O despacho do juiz para que o exame fosse marcado com a urgência que o caso merecia, em razão de eu estar em pleno semestre letivo e devidamente matriculado, embora isso não tenha tido muita importância, como será relatado.

Cheguei no bloco 5 no final de setembro de 2015 e em julho de 2017 o exame não tinha sido marcado. Depois da minha reintegração, finalmente me chamaram. Foi um momento de muita ansiedade, pois sabia, pelos relatos dos presos por crimes sexuais, que era muito mais difícil conseguir benefícios externos. Sabia, também, que um dos pontos que levava à reprovação era não admitir o cometimento do crime.

No processo de sensibilização para criminosos sexuais, o reconhecimento da prática do crime era entendido como o primeiro passo para a recuperação. Acontece que eu pensava que nunca poderia admitir um crime que não cometi, nem que isso custasse minha permanência maior na prisão.

Entendo a preocupação das autoridades quando colocam um condenado criminoso sexual em liberdade e o risco que correm diante da opinião pública numa possível recidiva. No entanto, como estive submetido a esse processo de sensibilização, posso dizer que não tem a mínima eficácia para mudar qualquer comportamento.

Durante os três anos que cumpri no regime semiaberto com sensação de fechado, como diziam os internos, fui visitar um psicólogo em três oportunidades. Eram sessões coletivas, com uma dinâmica de grupo, em que eram dadas explicações acerca da sexualidade saudável e éramos estimulados a falar.

Como sabia o que queriam ouvir, resolvi participar como ouvinte da primeira vez. Nas outras duas, expus minha preocupação para o psicólogo Bruno, de forma mais reservada possível, aproveitando um momento em que estava em sua mesa. Ele me ouviu, mostrando-se receptivo, e disse que minha preocupação seria abrandada no decorrer dos encontros.

Nos outros dois encontros de grupo, foi realizada a mesma dinâmica. Na minha percepção, os internos falavam de forma quase mecânica que estavam muito arrependidos e mudados. Ouvia no pátio da ala B os presos treinando como falar nessa situação e os que já haviam participado e obtido êxito, davam as instruções de como convencer os psicólogos. A

principal delas era se mostrar arrependido e se mostrar disposto a mudar, a partir da sensibilização.

Eu ficava indignado, pensando que não precisava de sensibilização para saber que abusar de uma criança de seis anos é doentio, me sentindo aviltado por estar naquela posição. Na última sessão, em contato com alguma reserva, contei ao psicólogo um pouco mais da minha estória.

Esse tratamento disponibilizado na prisão me parece insuficiente para um conhecimento, ao menos razoável, de cada um dos autores de crimes sexuais de modo a avaliar o risco de reiteração. Mas é utilizado para fundamentar a liberação de autores de crimes sexuais, diariamente.

Certa vez chegou um interno novo, sob a acusação de ter acariciado os seios de sua neta. Em conversa com os demais na cela onde estava, esse senhor disse que se soubessem que ele já tinha tido conjunção carnal com a neta seria pior. Ele não passou por sensibilização ou exame criminológico porque era preso preventivo e a sensibilização só admite internos em cumprimento de pena definitiva. Menos de uma semana da sua chegada, o nome dele foi chamado numa noite, com a oficial de justiça trazendo o alvará de soltura.

Numa terça-feira, fui informado pelo agente que encerrou o banho de sol e fez o confere de que no dia seguinte eu teria o tão esperado exame criminológico. Era para eu estar pronto às 10 horas. No horário combinado, fui levado para o setor responsável por um agente. O prédio não ficava muito longe do bloco 5. Ao chegar, fui encaminhado à sala onde estava a psicóloga. Ao entrar, comentei da demora para a realização daquele exame. Ela respondeu que eu tinha sorte. Segundo ela, existiam internos que chegavam a esperar muito mais tempo, o meu caso era pedido de preferência.

Sabia que os exames eram, na sua maioria, desfavoráveis, em especial os de crime sexual contra criança. Comecei perguntando a ela se conhecia Foucault e Goffman, tendo ela respondido que não, que teria lido alguma coisa de Foucault na graduação. Aquilo foi desanimador, a entrevista foi tensa e não havia a mínima empatia por parte dela.

Fiz alguns desenhos e testes e saí com a sensação de que não teria sido proveitoso. Algumas semanas depois, tive acesso ao resultado do Exame Criminológico que foi extremamente desfavorável a qualquer saída externa. Afirmou que eu tinha que permanecer

preso, a fim de que minha consciência acerca do crime cometido fosse despertada. Havia recomendação de que eu fosse encaminhado ao IML para uma avaliação com psiquiatra.

Paguei o preço da minha rebeldia na hora da entrevista, mas não me arrependi da minha postura diante da psicóloga. A luta agora era conseguir uma data próxima para que eu fosse avaliado. Acredito que a espera durou cerca de dois meses até que na manhã em que eu estava me preparando para fazer a prova do Centro de Educação Profissional-CENED, escola credenciada pela VEP para ministrar cursos com fins de remissão, ouvi gritarem meu nome na grade.

Um dos meios de remir a pena é fazendo cursos pagos que garantem a remissão de quinze dias no intervalo de 45 dias entre um curso e outro. Recebida a apostila que o familiar comprava e depois de 45 dias era realizada a prova, num bloco um pouco mais distante do que o bloco 5. Todos os internos do bloco iam juntos por ser um grupo pequeno de presos. Só uma minoria tinha familiar com condições de dispor de R\$ 250,00, valor cobrado em cada curso na época em que estive preso.

Os cursos eram básicos e as apostilas continham erros de português. Pecavam também no conteúdo que muitas vezes eram ultrapassados, como nas apostilas de Direito básico, que traziam doutrinas e jurisprudências antigas. Quanto ao gabarito da prova, nem preciso dizer que já era de conhecimento de todos que iam fazer a prova. Os internos que já tinham realizado o curso passavam as respostas aos que ainda não tinham realizado a prova.

Atendendo ao chamado, fui até a porta que dá acesso ao corredor que leva ao controle do bloco, bem como ao parlatório. Ao chegar, percebi que era o pessoal da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais - DPOE, que faz a escolta de presos quando é necessário que o interno se desloque para audiências e é quem atende o bloco quando a cachorra²⁵ toca.

Era um grupo treinado para situações de emergência e escolta. A fama dos agentes da DPOE não é das melhores, são considerados os mais violentos no trato com os presos. Com esses agentes, o procedimento deve ser cumprido à risca, sob pena de sofrer agressões. Outra coisa muito comum era o preso retornar da escolta e ir direto para o castigo, em razão de alguma observação feita por eles durante a escolta. Não existe diálogo com esses agentes.

²⁵ Cachorra é o nome dado à sirene que existe em cada bloco, que é acionada pelos agentes em caso de brigas, rebeliões ou tentativas de fuga. Existia na entrada do bloco um botão de pânico, na cor vermelha, onde era acionada essa sirene, nos casos que fugiam do controle dos agentes do próprio bloco.

Me deparei com um agente alto, negro e com físico atlético, que me disse que estava ali para me levar ao IML. Pedi a ele um minuto e fui até a cela. Peguei uma folha de caderno e redigi uma petição ao juízo da VEP, informando que aquele dia coincidia com a data da minha prova no CENED, requerendo a designação de outra data para o IML. Retornei à porta e entreguei a petição ao agente da DPOE. Um pouco descrente com a situação, o agente se retirou da porta em direção ao controle do bloco e ouvi ele conversar com outros. Passados uns poucos minutos, o agente retornou e me disse que ele tinha uma missão, que era me levar ao IML, e que cumpriria essa missão por bem ou por mal. Que eu escolhesse qual maneira eu queria.

Acredito que tenha sido a primeira vez que um preso agia daquela maneira com eles, o que os deixou incomodados, talvez pelo atraso que eu causei. Diante disso, aceitei acompanhá-los. Ele olhou para os meus pés e observou que eu estava de tênis, algo incomum entre os presos a não ser no bloco 5. Imediatamente, mandou que eu substituísse o tênis por chinelos. Fui até a cela e coloquei meu chinelo. Voltei à porta, que foi aberta para eu sair.

Havia três agentes no total. Foi ordenado que eu entrasse num dos parlatórios e tirasse a roupa para o procedimento. Totalmente despido e depois de fazer os três agachamentos, um dos agentes me olhou com ar de desprezo e mandou que eu arregaçasse a cabeça do pau. Me senti humilhado naquele procedimento, muito mais do que nas outras vezes.

Fui levado até o caveirão, em frente ao bloco, e entrei em uma das gaiolas do veículo, que tem uma divisão que separa o espaço destinado aos presos em duas partes que não se comunicam, pois a divisão é de placas de metal. Não tinha certeza se no outro cubículo havia presos. Durante o trajeto, percebi que havia um preso no outro corró²⁶, que puxou conversa comigo.

No percurso, a viatura estragou, o que fez com que ficássemos parados em via pública até que outra viatura chegasse ao local para prosseguir com a nossa escolta. Nesse momento, o colega que estava no corró ao lado comentou que o momento seria perfeito para uma fuga. Fomos trasladados para uma viatura de socorro que chegou e finalmente chegamos ao IML. Ao desembarcamos, foi ordenado que ficássemos ajoelhados no chão da portaria onde a viatura tinha sido estacionada. Pedi permissão para falar com um dos agentes e ele me respondeu

²⁶ Nome dado a todo espaço destinado ao preso, é diferente de uma cela, pois o corró é um local menor que uma cela e geralmente não existe banheiro. É um local para o preso aguardar separada alguma providência necessária e período de tempo não muito grande.

rispidamente que eu falasse, incluindo no final de cada frase a palavra preso, de forma depreciativa.

Disse a ele que não conseguiria me ajoelhar algemado, em razão do meu sobrepeso e problemas no joelho. Foi autorizado que eu ficasse em pé, com o rosto colado na parede e sem olhar para os lados. Chegada a minha vez, fui encaminhado ao consultório psiquiátrico.

Tinha muita esperança nesse momento, sabia que a opinião de um psiquiatra seria fundamental para que aquele Exame Criminológico do presídio fosse contestado. Era um médico de verdade, foi cortês e se mostrou interessado. De início, comentei que era dia da minha prova do CENED e o constrangimento da escolta. Me disse que se eu não quisesse, a consulta não seria realizada. Como já estava no IML e já tinha perdido a prova, pedi para continuar. Saí com uma impressão muito boa e o relatório médico juntado no processo foi espetacular. Diferente do relatório do pessoal do presídio, esse foi extremamente favorável a mim, consignando que eu tinha condições de retornar ao convívio social sem representar risco.

Foram autorizadas as saídas do presídio, inicialmente nas datas estabelecidas pelo calendário da VEP como datas comemorativas, por exemplo. Meu primeiro saidão foi no Dia da Independência de 2017. Como o feriado era em uma quinta-feira, na noite anterior, todos que gozariam do benefício receberam sua autorização devidamente impressa.

A expectativa era muito grande porque depois de mais de dois anos, eu veria o mundo exterior a uma cadeia. Seriam quatro dias em casa, de quinta-feira logo cedo até segunda-feira, devendo me apresentar até às 10 horas. Sabia que minha esposa fora avisada. Os internos do bloco com esse benefício foram chamados antes do sol nascer. Dessa vez, sem o procedimento, fomos autorizados a sair do bloco em direção à portaria principal.

Como já tinha estado na ala A, encontrei alguns conhecidos e dentre eles estava o Kleber, o classificado para a cozinha dos agentes. Ao sair, notei que minha esposa não estava me esperando. O Kleber estava na ala C, destinada aos presos com trabalho externo e, por isso tinha o veículo disponível no estacionamento externo do CDP.

Os presos do semiaberto com trabalho externo necessitam de veículo próprio para se deslocar ao seu local de trabalho, tendo em vista a ausência de linhas de transporte coletivo para atender o CDP. Assim, era comum os presos da ala C deixarem seus veículos estacionados e as chaves ficavam na portaria principal, expostas sobre o balcão, para que os próprios donos identificassem com mais facilidade a sua chave e esse processo de liberação fosse mais rápido.

Como comentei que minha esposa não estava, fui de carona com o Kleber até o Supermercado Santa Felicidade, num comércio que se localiza a aproximadamente 5 km da Papuda. No caminho, ele me ofereceu seu celular para que eu ligasse para minha esposa. Ela estava dormindo ainda, pois recebera a orientação para me buscar no presídio às 8 horas e era bem cedo, por volta das 6h20min.

Estava muito desconfortável, vestido de branco, o que logo denunciava minha situação de presidiário. Os funcionários do supermercado estavam chegando para o trabalho e eu estava na frente da loja, naquele horário e vestido de branco. Senti o incômodo de alguns em passar perto de mim, o estigma era palpável. Não via a hora da minha esposa chegar para que eu pudesse me esconder no interior do veículo. Acredito que levou 15 minutos até ela chegar. Que emoção poder vê-la fora do ambiente de cadeia!

No caminho para casa, ela resolveu passar num mercado que funciona 24 horas. Ao chegar no estacionamento, fiquei paralisado e disse que eu preferia esperar no carro. Embora ela tivesse me levado roupas normais, eu ainda não estava preparado. Senti um misto de medo com vergonha, como se todos pudessem saber que eu era um presidiário.

Chegar em casa foi uma alegria imensa, poder rever meu quarto, minha cama, meus filhos, meu querido cachorrinho Lion, que sentiu muito minha falta. Foi um momento muito esperado e feliz. Os quatro dias passaram voando e logo era segunda-feira pela manhã, hora de voltar para a prisão. A volta sempre é muito triste. Os presos que não tinham o benefício queriam saber de tudo, desde o que comemos no saidão, até como está a cidade, que muitos não veem há muito tempo.

Os dias passavam sem novidades até que um dia, os agentes gritaram que todos fossem para o pátio. Assim que a porta que dá acesso ao pátio abriu, percebi a entrada de algumas pessoas que não pareciam agentes penitenciários. Entraram na galeria e foram em direção às celas, mas eles tinham um alvo em especial, a cela 4 do ex-senador. Além das celas, a pessoa que coordenava a operação, que depois soube se tratar de um delegado de polícia lotado na Secretaria de Administração Penitenciária na época, foi até a cantina. Quando retirou os envelopes da geladeira da cantina, pude observar o ex-senador cassado me fulminar com o olhar. Ele foi chamado para entrar na galeria, quando houve uma discussão e em seguida ele foi retirado em direção a portaria do bloco. Soube que o ex-senador cassado teria desacatado o delegado chefe da operação e, por isso ficaria de castigo.

Existia o castigo onde todos os internos do CDP eram encaminhados no caso de indisciplina, mas o castigo do bloco 5 era numa das celas da ala C, destinada aos presos com trabalho externo. No dia seguinte, o ex-senador retornou para a ala. Fiquei sabendo depois, com acesso a esta investigação, que se tornou pública que houve uma mobilização para que ele não ficasse na ala C.

Na época, um interno cumpria pena pelo sequestro da filha do Leonardo na ala C. Durante o período noturno, ele voltava do trabalho e convivia com os demais presos da ala C. A cela de castigo na ala ficava fechada em período integral, sendo aberta somente quando os demais presos estão no trabalho, para o banho de sol. Houve a alegação por parte do Leonardo de que esse interno havia mexido na sua marmita e que isso teria causado receio de permanecer na mesma ala que o sequestrador de sua filha, motivo pelo qual a direção determinou que ele cumprisse o castigo na cela 4, por questões de segurança. A questão era que se ele não poderia ficar na ala C por questões de receio ou segurança, deveria ter sido transferido para o castigo geral, onde todos os presos com problemas de indisciplina cumprem o seu castigo, o que não ocorreu nesse caso.

Com o retorno para a ala B, senti que a raiva do ex-político agora estava a olhos vistos. Como ele distribuía as marmitas, passou a deixar a minha sempre por último, fazendo questão de jogá-la de um lado para o outro de modo provocativo.

No dia seguinte, o chefe de segurança da época entrou na galeria com outros agentes. Subitamente, ele entrou na minha cela e questionou quanto de dinheiro eu tinha. Respondi que tinha aproximadamente R\$ 350,00, tendo ele feito um ar de reprovação e me dito que era acima do permitido, que eu fosse até o pátio que o dinheiro seria apreendido.

Assim como eu, mais onze internos tinham dinheiro acima do permitido, entre eles o Leonardo, Paulo, Luciano, Aldenir, morador da mesma cela que eu e demais internos que lavavam roupas ou faziam faxina nas celas mediante pagamento. Em geral, eram os presos sem visitas que realizavam esse trabalho. Fomos orientados a pegar nosso colchão e roupas para sete dias. No caminho entre a ala B até a ala C, tínhamos que passar pela recepção do bloco, onde minha advogada esperava para realizar meu atendimento. Falei rapidamente para que ela tomasse uma providência, pois nunca tinha sido orientado a respeito de limite máximo de dinheiro que o preso poderia ter consigo.

Chegamos no castigo, a cela 01 da ala C. Era uma cela muito menor do que todas as que eu já tinha ficado. Um espaço aproximado de 8 metros quadrados para 12 presos. A situação era muito tensa quando ficávamos sem a presença dos agentes. Sentindo o clima pesado e aproveitando que estava pela primeira vez no mesmo ambiente que o ex-político e o Luciano, que teriam sido os principais prejudicados pela operação, já que alguns objetos tinham sido retirados da cela do Luciano também, resolvi falar.

Comecei me dirigindo ao ex-político e ao Luciano, dizendo que se eles pensavam que eu teria feito a denúncia, estavam enganados. Imediatamente, o ex-político disse que não poderiam saber, pois o “porco” teria feito uma denúncia anônima. O Luciano completou dizendo que eu tinha família na rua e isso poderia ser perigoso.

Isso foi dito na presença dos demais internos e me deixou muito preocupado. Eu havia falado dos envelopes para o chefe de pátio, mas não tinha feito nenhuma denúncia oficial, quanto mais anônima. Foi quando comentei com o chefe de pátio que a galeria tinha sido aberta num domingo à noite e aberta a cela do Luciano. Assim que falei a respeito, o chefe de pátio me disse que pediria a gravação da câmera dos corredores. Passados alguns dias, ele me chamou até sua sala, o que era comum depois que passei a ser o seu auxiliar, e me mostrou a gravação. Era possível ver um agente ingressar no corredor com uma embalagem de um restaurante famoso aqui de Brasília e abrir a galeria. Diante disso, o chefe de pátio me perguntou se eu iria até a VEP para formalizar uma denúncia, tendo eu respondido que em hipótese alguma me colocaria em risco, tampouco minha família. Falei que eu estava preso e, portanto, impotente para defender minha família, enquanto ele e a esposa eram agentes penitenciários, tinham armas e poderiam se proteger melhor do que eu. Foi a única vez que me foi dada oportunidade de fazer alguma denúncia e o fato de acharem que fui eu o denunciante me incomodava muito.

No final do segundo dia de castigo, uma liminar foi deferida pelo juízo da VEP, suspendendo a punição de todos. Retornamos para a ala e a convivência com o ex-político era cada dia pior. Esbarrava em mim no corredor e soltava piadinhas com minha condição de saúde.

É que, durante o período, eu desenvolvi uma alergia decorrente do stress, que provocava uma inflamação no folículo dos pelos, principalmente do bigode e da barba. Isso fez com que eu fosse apelidado pelo Leonardo como perebento.

Procurei o Paulo um dia na biblioteca e lhe disse que não era justo eles pensarem que eu tinha sido o denunciante, pedindo que ele interferisse, já que morava na mesma cela que o

Leonardo. Disse que ele conhecia minha esposa e filhos e que temia pela segurança deles. De forma desprezível, me respondeu em tom de deboche que agora que eu tinha laçado o trem, era para eu tentar segurar sozinho e que ele não intercederia em meu favor. Nunca mais dirigi a palavra a ele, considerando-o muito covarde.

O ex-político provocava um temor reverencial sobre os demais moradores da cela e isso era perceptível no Paulo. Lembro que em certa ocasião, eu estava com o Paulo conversando no pátio, quando repentinamente apareceu o Leonardo e gritou o sobrenome do Paulo. Mais que imediatamente, o Paulo parou de conversar comigo e foi em direção ao ex-senador, para atendê-lo prontamente como era feito com os agentes.

Dividi minha preocupação com meus amigos de cela, em especial o Armando, Aldenir e o Feitosa que sempre me apoiavam. Falei com minha advogada e esposa a respeito. Não queria fazer denúncia de ameaça, pois tinha o receio de eu ser transferido da ala.

Com a operação deflagrada, houve a troca do diretor, assumindo um delegado de polícia da PCDF, com fama de linha dura. Foi uma grande perda de prestígio para a categoria agente penitenciário, pois era a primeira vez que a diretoria tinha sido ocupada por um agente penitenciário e não um delegado. Com a mídia publicando as matérias a respeito das regalias do ex-político, o diretor, que era da carreira dos agentes, foi substituído. Era um sinal de fracasso da administração.

Minha querida orientadora e professora, Ela Wiecko, havia mandado um recado pela minha esposa de que iria me visitar na prisão. Honestamente, não acreditava possível em razão da atividade tanto de professora como de vice-procuradora Geral da República, cargo que ocupava na época.

Para minha surpresa, numa manhã o agente grita meu nome na grade. Uma das minhas formas de resistência era não deixar que a cadeia me contaminasse, principalmente o comportamento de subserviência. Procurava caminhar tranquilamente quando era chamado, não saía correndo ao ouvir meu nome como os demais internos. Fui avisado de que iria até a direção, ele abriu a porta e mandou eu sair. Fez menção de me algemar com as mãos para trás quando eu perguntei o porquê, já que era normal ser conduzido sem algemas nesses deslocamentos e aleguei dificuldades no ombro.

Ele me disse que era determinação da nova diretoria e conseguimos chegar a um acordo de que eu fosse algemado com as mãos para a frente. Até o momento, não sabia do que se

tratava. Ao atravessar a pracinha que separava o bloco 5 do prédio da administração, observei alguns carros pretos semelhantes a veículos de escolta. Quando nos aproximamos da entrada da sala do diretor, percebi dois homens de terno com broches no paletó, indicando serem integrantes de uma escolta de autoridade.

Ele perguntou se eu era o Adriano, aluno da professora. Entendi então que quem estava ali era a minha querida professora. No momento, fiquei sem acreditar, sabia que na época ela exercia a função de vice-Procuradora Geral da República, o que deixava o tempo que ela destinou a me visitar mais valioso ainda.

Ao entrar na sala do diretor, encontrei minha querida professora acompanhada da Promotora de Justiça que oficiava junto à VEP. Não me contive e caí no choro, tendo ensaiado um abraço que foi atrapalhado pelas algemas. Todos se retiraram da sala, permanecendo eu e um segurança da escolta.

Conversamos por aproximadamente 45 minutos. Pude contar todo o ocorrido depois da geral, que agora era objeto dos noticiários e ela certamente sabia. Foi o dia mais especial dentro da prisão e a professora foi cirúrgica como sempre, resolveu me visitar num momento muito oportuno. Depois da visita, a notícia se espalhou na ala, como normalmente acontece.

Até agentes comentaram comigo da visita da vice-Procuradora Geral da República e isso serviu como uma blindagem muito poderosa diante do ex-político e do Luciano. O comportamento do Leonardo melhorou e, com o passar do tempo, fui procurado pelo Luciano, que me disse para eu ficar tranquilo, pois eles já sabiam que a denúncia não tinha partido de mim. Foi um alívio muito grande, senti sinceridade nas suas palavras. O ex-político acabou sendo transferido do bloco 5. Meu foco agora era sair daquele lugar.

A advogada do sindicato dizia à minha companheira que o tribunal estaria providenciando uma lotação apropriada ao meu caso. Como eu saía nos feriados, não conseguia ir até o tribunal tentar resolver pessoalmente minha situação. Tinha alguns conhecidos no tribunal que somente eu tinha acesso, sendo difícil para minha esposa tentar me ajudar nessa questão.

Numa terça-feira, fui chamado na grade e informado que eu seria transferido para a ala C. A saída estava próxima. A preocupação tomou conta de mim porque pensava: “Como seria entrar no tribunal depois de tudo que aconteceu? Onde eu iria trabalhar?”.

Foram 6 meses de muita angústia. Já sendo servidor público, não entendi o porquê de tanta demora, quer dizer, qual a dificuldade em me lotar, considerando tratar-se de um tribunal grande, com muitos setores. Assim que fui transferido, a Kátiuscia foi até a grade que dava acesso a ala C e anunciou que no dia seguinte eu começaria a trabalhar na Distribuição do Fórum Verde e que minha esposa estaria lá às 10 horas para me pegar.

4 A PROGRESSÃO PARA A SAÍDA

Quando cheguei na ala C, os demais internos ainda estavam no trabalho. Era a menor ala do bloco 5, ficava ao lado da ala A e era possível da grade da ala C conversar com os presos da ala A. Fui cumprimentado e parabenizado por diversos colegas que ainda estavam na ala A e que eu tinha conhecido quando da minha permanência nessa ala.

A ala era composta de 4 celas de tamanho próximo ao das celas da ala A, que são maiores, exceto as que se localizam do lado direito. Fui alocado na cela 01, que já conhecia desde o castigo. Estava sozinho na cela, pois era a cela reservada para o castigo e agora tinha sido disponibilizada para minha transferência.

Por volta das 18 horas, o primeiro preso retornou do trabalho, o Eli, que já conhecia da ala A. Ele ficou feliz ao me ver e se disponibilizou para limpar minha cela, o que permiti. Eles sabiam que eu era servidor do Judiciário e sabiam que eu tinha um salário bem melhor, comparado aos deles. Isso me dava certo prestígio.

Todos chegaram do trabalho, com exceção dos que estudavam, que tinham até uma hora da manhã para o retorno. Sempre existe um período de duas horas entre a saída e o horário programado para aula ou trabalho. Assim, como saíam do trabalho e iam direto para a faculdade, tinham duas horas de deslocamento do final da aula até se apresentar.

Depois do bate papo e rever conhecidos, fui dormir na expectativa do meu primeiro dia de trabalho. Teria a possibilidade de ficar mais tempo fora da prisão, comer o que quisesse e conviver com outras pessoas.

A rotina da ala C começava cedo, pois a grande maioria sai às 6 horas da manhã, em razão do trabalho ter início às 8 horas. Desde às 5 horas, a movimentação é grande, pois é a maior alegria sair da prisão para o mundo exterior. Ninguém se importava de acordar bem cedo. Como meu expediente começa ao meio-dia, a minha saída era liberada às 10 horas. Conforme combinado, minha esposa estava me esperando.

Pedi para dar uma passada na UnB – Universidade de Brasília antes que ela me levasse ao trabalho, sempre me senti muito bem no ambiente acadêmico. Cheguei a comentar com o professor Miroslav isso e ele aventou a possibilidade de eu trabalhar na sala dele, de modo que eu ficasse o menor tempo possível na prisão, mas para isso eu precisaria ser requisitado.

Como eu saía da prisão às 10h, nas terças feiras eu passava na UnB para rever os colegas e o Miro. Ele, então, me passou uma declaração de que era seu aluno, para que eu pudesse sair

nas terças-feiras e fosse assistir suas aulas de pós-graduação desde o início. O que ele pudesse fazer para que eu ficasse menos tempo na prisão, ele faria. Fizemos o pedido na VEP, que foi deferido e antes de começar a trabalhar, eu saía todas as terças para passar a manhã na UnB. Isso me ajudou muito, rever meus colegas e ter contato com a Filosofia do Direito tirava a rotina da prisão da cabeça.

Depois disso, almoçamos e ela me deixou no fórum por volta das 11h30min. Achava importante conversar com minha chefia no primeiro dia. Pedi que minha esposa fosse até a farmácia e comprasse um xarope para tosse e me entregasse posteriormente.

Me identifiquei na portaria do fórum, por meio do meu crachá que não usava há anos. Perguntei onde ficava a Distribuição dizendo que era servidor novo. Me indicaram a direção e eu me sentei nos bancos do corredor, pois o setor ainda estava fechado. Com o tempo, apareceu um estagiário que abriu o setor para que eu esperasse a chegada da chefia. Assim que o chefe chegou, pedi para falar com ele em particular.

Ele chamou o substituto para que acompanhasse a conversa. Falei da minha situação e percebi que ele a conhecia bem. Depois fiquei sabendo que ele também tinha sido submetido à entrevista que todo empregador passa quando oferece emprego a um presidiário.

Foi uma conversa um tanto fria, na qual me deu as boas-vindas e pediu para que outro servidor me passasse o trabalho. Nesse intervalo, minha esposa avisou que estava diante do fórum com o xarope que eu havia pedido. Falei ao chefe que iria até a portaria buscar um remédio. Não pedi autorização, apenas informei.

Depois, segundo me informou, ligou para a diretora de secretaria da VEP, sendo orientado que no horário de expediente eu não poderia ter contato com a minha família. Fiquei surpreso pelo fato dele ligar, bem como com a orientação recebida. Não demorei mais do que 10 minutos para pegar o xarope e não vi muito sentido na ligação para a VEP por esse motivo. Muitos dos internos da ala C conseguem um emprego de fachada, onde nem comparecem, servindo apenas para que fique o dia todo fora da prisão. Embora exista a fiscalização, é muito raro dela acontecer.

Há presos que ficam o período todo do semiaberto com trabalho externo sem serem fiscalizados. Eu sabia disso, mas meu chefe não e acredito que ele tinha a convicção de que era seu dever fiscalizar meus passos quando eu estava no período de expediente. No fundo, sentia que ele tinha receio de que alguma coisa acontecesse no período do trabalho e ele fosse

responsabilizado de alguma maneira, era uma situação nova para nós dois. Hoje tenho essa consciência, mas naquela situação eu me sentia profundamente discriminado em relação aos outros servidores.

Como o Fórum Verde fica próximo da sede do TJDF, era comum algum servidor resolver algum problema na sede, até mesmo bancário, pois as agências ficam localizadas na sede. Isso com a informação de que precisaria ir até o TJDF. No meu caso, o chefe se sentiu muito desconfortável quando disse a ele que precisaria ir até a sede resolver um problema bancário. Respondeu que tinha sido orientado para eu não me distanciasse mais de 200 metros do meu local de trabalho. Argumentei que era raro que alguma fiscalização fosse acontecer no período. A contragosto, ele permitiu que eu fosse deixando evidenciada a sua preocupação, mas a nova rotina do trabalho ia se ajustando às minhas necessidades e a do chefe. Com o tempo ele não mostrava tanta preocupação, acho que me conheceu melhor. Todas as noites, eu jantava com minha esposa ou com os filhos antes de retornar à prisão. O meu horário de chegada era até 21 horas, o que permitia um convívio diário com minha família.

A rotina da ala C era muito diferente, existia uma infinidade de utensílios domésticos, fogareiros elétricos e a possibilidade de que produtos como carne, linguiças, bacon entrassem de forma clandestina. Isso fazia com que, nos finais de semana em que tínhamos que ficar na ala, a comida fosse preparada pelos próprios internos. Fazíamos uma vaquinha para a alimentação nos sábados e domingos e, sendo aproximadamente 25 presos, era mais fácil providenciar o almoço e jantar coletivo, já que todos ali trabalhavam. Apesar disso, muitos não participavam por questões financeiras, pois a maioria era via FUNAP, que paga um salário-mínimo por mês.

Um preso na ala era especialista na entrada com itens proibidos. Tudo que pedisse, ele conseguia entrar com alguma facilidade. Entre esses itens estavam biscoitos recheados, queijo ralado, manteiga, carnes e até bacalhau, mediante um pagamento, como não poderia deixar de ser. Assim, nos finais de semana, tínhamos uma alimentação um pouco melhor. Eram preparadas macarronadas, feijoadas e outros pratos de forma coletiva. Era uma maneira de passar o tempo, dentre outras, como maratona séries na televisão, o que era possível com a entrada de *pendrives*. Recordei que na ala A existia grande quantidade deles, inclusive com lançamentos.

Como não tinha cantina na ala C, quem fazia o atendimento era a cantina da ala A. Ou o cantineiro ou o auxiliar eram liberados no meio da manhã e no final da tarde para que fossem

até a porta de acesso da ala C, anotasse os pedidos e fizesse a posterior distribuição dos pedidos. Às vezes, tinha alguma coisa diferente na cantina como omelete, por exemplo, que era trazido num copo de plástico descartável. Nesse o momento algumas coisas eram passadas para o cantineiro, com destino a ala A, como *pendrives*, recados, cartas, dinheiro, etc.

Geralmente os agentes não ficavam muito preocupados a ponto de permanecer o tempo todo na hora dos pedidos ou da entrega. Isso tudo dependia da equipe de plantão e sabíamos qual equipe era mais tranquila. Quando era uma equipe rigorosa, não existia a possibilidade de fazer essas trocas, pois os agentes costumavam ficar presentes em todos os momentos, observando tudo. A entrada de produtos proibidos também seguia essa regra, tudo dependia da equipe.

Comprei um veículo e passei a não depender mais da minha esposa e filha para me dar carona diária. Com isso, eu conseguia sair às 10 horas e ir para casa, onde almoçava e tomava banho antes de ir para o Tribunal. No final do expediente ficava mais difícil, por conta do trânsito ser mais intenso.

Minha defesa solicitou a progressão para o regime domiciliar, alegando que eu já estava trabalhando e frequentando as aulas. O pedido foi indeferido, pois a juíza estabeleceu um prazo de 6 meses como período de prova para que fosse concedida a progressão. Curiosa essa postura de que o mero transcurso do tempo prova alguma coisa.

Nesse período em que estive preso, participei de três encontros com psicólogo com a finalidade terapêutica de sensibilizar acerca de uma vida sexual saudável. Por óbvio que a sensibilização não tem os resultados esperados, servindo de apoio às decisões judiciais. Não é razoável imaginar que eu, há dois meses trabalhando e estudando, teria que ficar mais quatro meses preso, como se o mero transcurso desse tempo fosse determinante para minha “cura”. Pode parecer que é um espaço de tempo pequeno, no entanto, um dia na prisão é difícil e sofrido.

Tinha a rotina de acordar junto com os demais, embora saísse somente às 10 horas e como não existia cantina, logo cedo era passado o café. Acertei com o Alemão para que ele fizesse o meu café e o deixasse na minha cela numa garrafa térmica. Muitos nem tomavam café na ala, pois poderiam se alimentar na rua ou mesmo na residência. Alguns faziam um acordo com um conhecido, que apresentava carta de emprego. Eles não precisavam comparecer, mas não recebiam salário mensal.

A cela 1 foi ocupada por outros presos que tinham progredido para o regime semiaberto com trabalho. Éramos agora quatro: Amintas, Luiz, Félix e eu. Todos conhecidos, Amintas e Luiz da ala A, e o Félix da ala B. A convivência era harmoniosa, muito mais leve pelo fato de que todos passavam o maior tempo em liberdade. O Luiz toca violão muito bem e fazia o tempo passar mais rápido. Criamos uma amizade que perdura até hoje.

Durante a administração do novo diretor, muita coisa mudou na rotina do bloco 5. Foi feita uma geral enquanto não estávamos presentes e todas as panelas, fogareiros elétricos, utensílios domésticos foram retirados, tanto da ala C, quanto da ala A. Como na ala B isso não existia, foi a menos afetada. Com isso, a alimentação voltou a ser precária nos finais de semana em que ficávamos presos. As chamadas saidinhas eram concedidas a cada 15 dias. Assim, passava um final de semana em casa e outro na prisão. Além disso, existem os saidões, que são permitidos nas datas comemorativas.

Outro problema enfrentado foi a questão da roupa que deveríamos usar para entrar e sair da prisão. Até então, era permitido que usássemos roupas sem serem brancas, sendo vedado o uso da cor preta, exclusiva para os agentes. A ordem era para que na saída e na entrada, estivéssemos de branco, como todo interno e argumentamos com o novo chefe de pátio (a administração antiga tinha sido afastada após o escândalo das regalias ao ex-senador cassado).

Seria uma situação de humilhação ter que sair de branco e se trocar no interior do veículo, pois o estacionamento do CDP é muito movimentado. As visitas nas quartas, quintas e sextas-feiras causavam um movimento na frente do CDP ainda maior. É na área do estacionamento que os visitantes aguardam para passar pela revista antes de realizar a visita.

Sustentamos que a nossa situação não era semelhante aos demais internos, já que tínhamos autorização para trabalho externo. Depois de alguns dias, o chefe de pátio nos informou que o diretor havia autorizado o uso de calça jeans azul, mas precisaríamos vestir uma camiseta branca. Isso era melhor do que sair todo de branco, ficando mais fácil trocar apenas a camiseta dentro do veículo. Chegamos a alegar que alguém poderia ver a troca da calça e interpretar mal.

Os dias começaram a ficar mais difíceis, embora eu tivesse a possibilidade de sair quase todos os dias, exceto nos finais de semana em que tinha que ficar preso. O anseio de liberdade era cada vez maior. Todos na ala contavam os dias para ter a famosa audiência admonitória que é realizada na progressão para o regime domiciliar.

No trabalho, as coisas iam bem. Era um trabalho que exigia algum conhecimento para classificar, atribuir assuntos e verificar a competência judicial. Quando a inicial passava pela distribuição, era conferido partes, classe e assunto, e elaborada uma certidão com as correções realizadas. Muitas vezes o advogado, ao distribuir uma ação, não faz o cadastramento de forma correta.

Já tinha a parcial confiança do meu chefe, que passou a me tratar como os demais servidores. Podia, inclusive, sair do trabalho para resolver alguma coisa ou lanchar em algum lugar distante do fórum sem aquela preocupação demonstrada no início, mas retornar para a prisão todas as noites era voltar àquela realidade.

O que mais me impressionava quando retornava à noite era a algazarra provocada pela gritaria entre os presos dos outros blocos. É costume entre eles o falar num tom mais alto e, como não tinham televisores, o passatempo era se comunicar com presos de outras celas por meio de gritos, o que era permitido até 22 horas. Depois disso, a ordem era manter silêncio e as coisas se acalmavam. Outra coisa que começa a incomodar bastante é a vigilância dos agentes, pois você é revistado toda vez que volta da rua.

Durante os saidões ou saidinhas, o preso fica sujeito à fiscalização domiciliar após as 22 horas, horário máximo que se pode permanecer na rua. Isso para mim não era problema, pois normalmente nem fazia questão de sair de casa, o preocupante era a vinda da fiscalização. Era comum relatos de presos de que a fiscalização tinha ido até sua residência e ligado a sirene, chamando pelo autofalante da viatura causando constrangimento perante os vizinhos. Essa possibilidade sempre me incomodou, na medida em que meus vizinhos não sabem da minha prisão. Sentia receio pela exposição da minha família no local onde moramos, pois, muito embora nunca tenhamos frequentado ou feito amizade com vizinhos, seria uma situação de vergonha.

Durante minha prisão, muitos amigos e até familiares não souberam que eu estive preso. É muito complicado para um leigo entender todos os meandros jurídicos que podem levar um inocente para a cadeia. Isso tudo, aliado ao crime de que fui acusado, tornava as coisas mais difíceis. Eu tinha me tornado para a Justiça e para a sociedade um abusador de crianças.

Por minha sorte, talvez, nunca fui fiscalizado nesse período. Parece que a tolerância foi diminuindo e eu não via a hora de não ter mais que voltar para aquele local. Finalmente, o mês de agosto chegou e a data se aproximava. No pedido que eu fiz para progressão, logo no início

do trabalho externo, a juíza havia consignado que, independentemente de nova conclusão, os autos fossem enviados ao MP no final de julho.

Com a manifestação favorável do MP, fui progredido para o regime domiciliar. Como não existe casa do albergado no DF, os presos que progridem para o regime aberto cumprem a pena em casa. Com isso, todos me cumprimentaram na ala, doeí todas as minhas coisas e já que não queria lembranças físicas daquele local, somente as memórias foram e são suficientes.

Foi criado um impasse. Normalmente quem leva o preso para participar dessa audiência, que ocorre na própria Papuda no prédio onde funciona o Centro de Internamento e Reeducação-CIR, é o DPOE. Eu saía para trabalhar diariamente e, no horário da audiência admonitória, 15 horas, eu tinha que estar no Fórum. Não podia deixar de comparecer. Na manhã da minha audiência, ao sair às 10 horas, fui até a administração para resolver o impasse.

Fui atendido pela agente responsável que, depois de me ouvir, autorizou que eu me apresentasse por conta própria na audiência. No horário estabelecido, eu e minha esposa fomos até o CIR. Quando chegamos, fui até o controle e falei que estava ali para participar da audiência admonitória daquela tarde. A agente, com ar de incredulidade, disse que os presos eram levados pelo DPOE e que nunca tinha visto uma situação do próprio preso comparecer.

Percebi que tinha saído do tribunal com meu crachá ainda no pescoço e ele é idêntico aos crachás dos oficiais de justiça, o que explicou a simpatia e presteza com que fui atendido. Diante disso, o chefe de segurança foi chamado para resolver a situação. Quando chegou, vi que se tratava do seu Sebastião, que teve uma breve atuação no bloco 5. No tempo que ele trabalhou no bloco 5, foi muito rigoroso com o ex-senador cassado, fazia bate geral constantemente, com revista constante na cela 4.

Assim que me viu, lembrou de mim e em um gesto que me causou surpresa, estendeu a mão para me cumprimentar. Ele era um agente linha dura, extremamente operacional e todo paramentado que não costumava estender a mão para preso. Orientou que minha esposa deveria esperar na portaria principal da Papuda, próxima ao presídio federal. Disse que eu iria ser levado até lá pelo DPOE, como todos os outros presos.

Passei a informação para minha esposa, que se dirigiu até o local indicado. Com certo atraso, os servidores da VEPEMA (Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas) chegaram num veículo oficial do tribunal. Pouco tempo depois, chegaram três caveirões do

DPOE, com os presos que seriam liberados naquele dia. Me aproximei do controle, onde o Sebastião fez sinal de que eu já poderia entrar.

Passei pelo detector de metais e entrei no CIR²⁷. O Sebastião me aguardava e me acompanhou pela lateral do prédio, em uma calçada que levava até o auditório. No caminho, ele me perguntou se o ex-político ainda mandava no bloco 5.

Respondi que as coisas tinham ficado mais rígidas com a nova direção, mas que não tinha mais contato e não saberia dizer como estão as coisas na ala onde o ex-político cumpria pena. Ele me perguntou se eu sabia que ele tinha sido tirado do bloco 5 por ordem do Leonardo e que tinha acompanhado o escândalo pela mídia. Ele parecia sentir necessidade de falar, como forma dizer que ele não participava e não concordava com as regalias. Ele sabia que nisso nós concordávamos e, talvez por isso, tenha sido tão amistoso comigo. Quando ele esteve trabalhando no bloco, percebeu a animosidade do ex-político comigo justamente por eu não concordar e expressar publicamente.

O Sebastião não foi até a porta do auditório, me cumprimentou novamente e indicou que a próxima porta seria o local que eu procurava. O auditório estava lotado, muitos presos sentados no chão. Quando eu cheguei e fui até a mesa principal, a fim de me identificar como um dos participantes, o auditório ficou em silêncio. Todos os presos ficaram surpresos de ver um preso como eles vestido com roupas normais. A surpresa também foi dos servidores e estagiário da vara, que certamente nunca tinham passado por uma experiência dessas. Após me identificar, me dirigi ao fundo do auditório e permaneci em pé.

Os agentes iam a todo momento na porta do auditório gritando para que calássemos a boca, pois nós ainda estávamos presos e enquanto não estivéssemos fora, eles poderiam atrasar a saída, colocando-nos num castigo, por exemplo. Óbvio que eu era o preso que chamava mais atenção e em uma dessas vindas, um agente mandou que eu me ajoelhasse. Menti que tinha problemas no joelho e o agente não falou mais nada.

O juiz atrasou e constantemente os presos me perguntavam as horas, eu era o único que tinha relógio. De repente, houve uma movimentação, era o juiz chegando. O juiz entrou no auditório, dando uma boa tarde geral, mas olhou para mim e perguntou se estava tudo bem, de forma rápida. Acho que não é normal um servidor do tribunal naquela situação e ele conhecia meu caso.

²⁷ Centro de Integração e Reabilitação.

Depois de uma palestra acerca das responsabilidades do preso no regime domiciliar e o termo de compromisso do regime aberto assinado, era a hora de sair de vez daquele lugar. Em fila indiana e seguindo o procedimento, fomos levados até os caveirões, tudo sob mira de armas pesadas apontadas para os presos.

A viatura que eu entrei ficou superlotada com todos se espremendo para caber mais. Tudo sob os gritos dos agentes e ameaças de *spray* de pimenta, desnecessário para presos que acabaram de ganhar a liberdade. Ouvi conversas sobre planejamento de assaltos, falando de gangues e do consumo de drogas, o clima de euforia era geral.

A viatura parou e as portas foram abertas, esperava muito esse momento. Desembarquei e comecei a andar na direção onde estavam os carros dos familiares com a sensação de liberdade. Ouvi atrás de mim uma confusão com os que ainda desembarcavam seguida de quatro tiros. Sem nem olhar para trás, apressei o passo e cheguei aonde minha esposa me esperava.

Um preso se aproximou de mim naquele momento do desembarque e vinha conversando comigo. Estava preocupado com os pedidos de carona, queria me afastar completamente do meio e das pessoas. Naquele momento, eu queria ficar a sós com minha esposa, mas o interno que me acompanhou perguntou se minha família estava de carro e se poderia pegar uma carona. Disse a ele que iríamos bem próximo dali, pois lembrei que meu cunhado mora no Jardim Botânico, bairro perto da Papuda. Assim, poderia deixá-lo em uma parada de ônibus no caminho, o que ele aceitou prontamente. Acho que ele também queria sair logo dali.

Finalmente estava em casa, sem precisar retornar para a prisão. A única coisa que me preocupava era a fiscalização, pelos motivos já expostos. O horário em que pode ocorrer a fiscalização é após às 22 horas, mas os relatos indicavam que o horário mais comum era após a meia-noite.

Para realizar viagens é necessário pedir autorização para o juiz da VEPERA (Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto) e assim que se chega ao destino, o preso deve procurar uma delegacia de polícia e informar o endereço onde vai permanecer, para eventual fiscalização. Esse documento assinado pela autoridade policial deve ser juntado aos autos de execução penal.

A autorização para passar as festas de fim de ano com minha mãe foi deferida sem problemas, mas quando solicitei autorização para passar o final de semana em São Paulo, voltou

com parecer desfavorável do MP. A viagem era para visitar a exposição em homenagem à Tarsila do Amaral no MASP e o MP se manifestou alegando que seria uma afronta à execução penal deferir viagem para ver exposição de artes, devendo essa autorização se restringir a casos de gravidade. Fiquei indignado e fui até a VEPERA, onde consegui falar com a assessoria e argumentei que o acesso à cultura também era um direito do preso e ajudava no processo de ressocialização.

Embora não acredite nessa ressocialização, um dogma repetido no mundo jurídico e em especial na execução penal, aleguei em meu favor. O processo estava concluso e a data da viagem estava próxima, estávamos com as passagens aéreas compradas e hotel reservado para permanência da nossa família, pois meus dois filhos iriam conosco. No dia seguinte, saiu a decisão autorizando a minha viagem.

Com minha reaproximação da UnB, fiquei pensando que essa experiência deveria ser explorada em um trabalho acadêmico. Meu projeto inicial, quando fui aprovado em 2015, tratava sobre a relação entre Agamben e Negri, sobre a qual eu procuraria confrontar o pensamento dos dois acerca da política na modernidade.

Agora, a minha vida na prisão deveria ser o novo norte do meu trabalho. Depois de muitas conversas com o professor Miroslav, ele me estimulou para que fizesse a seleção para o mestrado em 2020, quando fui aprovado novamente. Assim, voltei a ser aluno regular do PPGD-FD-UnB.

Embora meu espaço de liberdade tivesse sido ampliado, me sentia um preso quando, durante a noite, receava a fiscalização. Isso ficava pior quando a minha esposa tinha que viajar e eu ficava sem ninguém para me avisar caso a fiscalização chegasse.

É que desde o início do inquérito até hoje, tenho problemas com sono e faço uso de medicação para dormir. Caso a fiscalização chegasse em um momento em que eu estivesse sozinho, certamente não ouviria. Eles não costumam esperar muito tempo, o procedimento é atender prontamente, sob pena de ser anotado que você não estava em casa.

Isso estava me esgotando e não via a hora da extinção de punibilidade pelo cumprimento. Como tive sorte, não recebi a visita da tão temida fiscalização durante todo o período em que estive a ela submetido. Fizemos um grupo de WhatsApp entre os presos nesse regime, de modo a poder avisar a um colega que more próximo que a fiscalização passaria. Esse era um modo de tentar evitar algum constrangimento.

Outra questão que me incomodava muito era a apresentação bimestral na VEPERA. Era um dia que me deixava muito deprimido, sabia o que me esperava. Além da fila ser imensa, era como um retorno ao presídio. Nas horas em que permanecia na fila, ouvia aquele dialeto próprio dos presos que eu queria esquecer. Outro problema poderia ser algum acerto de contas entre eles, o que deixava o clima mais tenso.

Até essa apresentação bimestral estava cansando. Com a pandemia da COVID-19, a apresentação foi suspensa e permaneci até o cumprimento total da pena sem a necessidade de comparecer. Isso foi um alívio. Com o cumprimento total da pena, minha execução penal foi extinta.

Depois disso, ainda terei que esperar dois anos para requerer minha reabilitação, que consiste em uma ação que deve ser ajuizada na vara em que tramitou o processo. É apurado se, durante esse período, não houve cometimento de outro crime. Com essa decisão de reabilitação, será possível retirar o nada consta criminal e poder ocupar, por exemplo, alguma função gratificada no TJDF.

5 A SAÍDA?

Depois da experiência vivida, não parei de pensar sobre tudo e minhas reflexões coincidiam com a trajetória do pensamento do meu sempre orientador, professor Miroslav Milovic. Voltando ao diálogo, como ele gostava de dizer, pensei no aspecto político que envolve, as questões sobre justiça e sobre verdade.

Infelizmente, o Miro foi acometido pela COVID-19 e faleceu em decorrência das complicações da infecção. Isso representou uma perda muito grande, tanto para a UnB, quanto para os seus alunos. De repente, nos tornamos órfãos do professor Miroslav. Alguns orientandos ainda tiveram a felicidade de discutir seus projetos com ele, antes de seu falecimento. Eu deixei para discutir meu projeto quando ele retornasse das férias de final do ano, que passaria em Recife, na companhia dos familiares e de sua companheira Rose.

Como ele sofreu o contágio do vírus durante essa viagem, nossa conversa nunca aconteceu. Isso me deixou um pouco perdido, pois precisava de outro/a orientador/a. Pensei imediatamente na minha querida professora Ela que, para minha felicidade, aceitou assumir a orientação. Depois disso, e com a ajuda fundamental da companheira do Miro, Rose, as coisas ficaram mais fáceis.

Em um artigo, intitulado “Política do messianismo: algumas reflexões sobre Agamben e Derrida”²⁸, o professor Miroslav (2009) afirma que, segundo Agamben, o Direito não tem nada a ver com Justiça, nem com a verdade. O que interessa ao direito são mais os procedimentos, o que não necessariamente inclui as questões sobre justiça e verdade. E eu sempre tinha em minha mente que o trânsito em julgado de uma decisão judicial era a ficção procedimental que poderia transformar um erro judicial numa verdade inquestionável.

Prossegue Miroslav lembrando os ensinamentos de Foucault de que o homem permaneceu milênios como era para Aristóteles, um animal vivo, capaz de existência política. Enquanto o homem moderno é um animal, cuja política pode colocar em questão a existência de sua própria vida.

Foucault se refere ao início da “Política” de Aristóteles e a discussão sobre a natureza. Natureza de uma coisa é o seu estágio final, pensa Aristóteles. Assim se articula a diferença entre o fato de ser vivo e as condições da deliberação política, entre zoê e bios, entre biologia e política. O que importa para Aristóteles não é o fato de ser vivo, mas as condições da superação deste particularismo e da realização do bem comum.

²⁸ Política do messianismo: algumas reflexões sobre Agamben e Derrida. Milovic, M. Cadernos de Ética e Filosofia Política 14, 1/2009, p. 103-121.

O geral tem “precedência por natureza sobre o indivíduo”. O geral tem a precedência ontológica “sobre cada um de nós individualmente”. (MILOVIC, 2009, p. 104)

Como na modernidade a diferença entre a biologia e a política foi se apagando para dar lugar a uma perspectiva biopolítica, era uma das perguntas de Foucault. Agamben continua o projeto, mostrando como a tese de Foucault deveria ser corrigida, ou pelo menos completada.

Agamben sustenta sua crítica argumentando que, embora o pensador francês tenha identificado a biopolítica na modernidade, não chegou às consequências catastróficas observadas a partir desse poder. Os campos de concentração, por exemplo, não foram objeto de estudo aprofundado por parte de Foucault. Assim, se tornaria claro como o primeiro vê as condições da biopolítica dentro da Modernidade.

Outro ponto é a questão sobre o direito. Um dia, afirma Agamben (2004, p. 98) a humanidade vai brincar com o direito, como as crianças que brincam com objetos, não para restituir o uso canônico, mas para definitivamente se livrar dele.

Essa imagem de que seria necessário brincar com o direito como uma criança brinca com um objeto talvez seja o recado de Agamben de que o direito não satisfaz nossas expectativas filosóficas a seu respeito. Por isso a sua conclusão de que o direito não tem nada a ver com a justiça ou a verdade, já que sua única preocupação é seguir um procedimento adequado com fins de obter uma resposta. Esta resposta nem sempre está vinculada com questões de justiça ou direito.

Isso nos lembra a herança aristotélica sobre o direito. Aqui a referência é a própria palavra *phronesis*, que na tradição latina vai ser traduzida como prudência, incluindo jurisprudência. *Phronesis* é o nosso raciocínio prático cujo interesse é aplicar as premissas gerais numa situação particular, sem questionar as próprias premissas. Aristóteles não questiona as premissas nem na discussão sobre a ética. São os costumes que articulam a ética e não o questionamento deles (MILOVIC, 2009, p. 104)

Phronesis, traduzida na tradição latina como prudência, é o raciocínio prático que busca aplicar premissas gerais numa situação particular, sem questionar as próprias premissas. Segundo Miro (2009), Aristóteles não questiona as premissas nem nos seus escritos sobre a ética, afirmando que os costumes articulam a própria ética, sem que se questione os fundamentos desses costumes. Essa herança aristotélica torna o direito extremamente conservador.

Ficar dentro de um procedimento coerente e não questionar as premissas, chegando assim, talvez, até a justiça e a verdade é o que caracteriza o direito. Por isso uma abertura filosófica pode talvez superar os limites do direito. (MILOVIC, 2009, p. 107)

O que provoca a dúvida de Agamben sobre Foucault é que mesmo Foucault falando da biopolítica, não chegou às consequências dramáticas da modernidade, como os campos de concentração, por exemplo. Agamben questiona por qual motivo Foucault sustenta a existência de aspetos quase positivos na sua teoria de circulação do poder, que ajudam na formação da subjetividade e não vê a biopolítica se aproximando de uma certa tanatopolítica. (MILOVIC, 2012)

O que Agamben quer entender é essa mudança moderna da relação entre *zoê* e *bios*. Se nós somos iguais e livres por natureza, como então podemos entender essa inclusão de *zoê* em *bios*? É o contexto onde Agamben se confronta com Foucault avisando as consequências catastróficas dessa ligação moderna entre natureza e política. (MILOVIC, 2009, p. 112)

Para esclarecer essa inclusão moderna de *zoê*, Agamben vai utilizar o conceito de soberania de Foucault, mas indica os limites históricos dele. Foucault pensa que no lugar do poder soberano da normação, surgiu no século XVIII e XIX, o poder disciplinar da normalização. (MILOVIC, 2012)

O poder judiciário assumiria a nova função de não somente punir os indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades. Esse novo tipo de poder é chamado por Foucault de sociedade disciplinar, diferente da sociedade penal que existia antes. O controle não está mais somente sobre o corpo individual, mas sobre a população como um todo, chamada por Foucault de idade do controle social. O que provoca a dúvida de Agamben nesse ponto sobre Foucault é a falta de clareza quanto aos perigos desse novo poder, com o olhar vigilante do poder controlando os indivíduos, corpos e população. (MILOVIC, 2012)

Articulando a diferença entre poder soberano e poder disciplinar, Foucault, por exemplo, diz: “O direito de soberania é, portanto, ou de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer”. (MILOVIC, 2009)

O que Agamben enxerga nessa perspectiva é o poder que nos deixa expostos à morte, como enxerguei em diversos momentos durante minha experiência como presidiário, como também o autor repensa o conceito de soberania exposto na obra de Carl Schmitt. Talvez o objetivo de Schmitt seja investigar as possibilidades políticas da modernidade. Sendo ele testemunha da específica despolitização moderna, observada na República de Weimar, teve a necessidade de repensar a política.

Precisamos de decisão e não de normas. As normas não resolvem o caos político. Precisamos da decisão soberana para estabelecer a ordem e para que a própria ordem jurídica tenha sentido. Soberania é assim a competência para decidir sobre a vida e a morte, como ele explicita nas páginas do Conceito do político. Ou, com as famosas palavras da Teologia política, “soberano é quem decide sobre o estado de exceção”. (MILOVIC, 2009, p. 107)

Schmitt diz que o humanismo nega a política, pois pacificando os conflitos, parece ser mais uma negação da política do que o conceito dela. Entende que o globo terrestre pacificado seria um mundo sem distinção entre amigos e inimigos e, conseqüentemente, um mundo sem política.

Agamben não vai seguir essa diferença entre o amigo e inimigo. O que importa para ele, dentro dessa nova visão da soberania é exatamente essa competência do poder de decidir sobre a vida ou morte. Assim a mencionada inclusão de *zoê* fica mais visível como a exclusão, como a vida exposta à morte, como a vida nua que perdeu a possibilidade da própria autonomia. (MILOVIC, 2009, p. 109)

Possivelmente, o mais importante para Schmitt foi entender a origem da política, como talvez indique o título de seu livro “Legalidade e legitimidade”. Ele enxergou que o domínio da legalidade provocava um fechamento para o político e jurídico, apontando para a despolitização que ele via na sua época. (MILOVIC, 2009)

Para Agamben, a vida de dupla exclusão a que o *homo sacer* é submetido pertence ao Deus na forma de insacriticabilidade, não podendo ser oferecido em sacrifício pela sua impureza e é incluído na comunidade com a possibilidade de ser morto sem crime. A figura do *homo sacer* é, para Agamben, mais original do que a relação amigo e inimigo de Schmitt. Na origem da política temos a relação *homo sacer* e soberano, ou seja, as condições para produção da vida nua. (MILOVIC, 2009)

Mas o elemento político originário não é a simples vida nua, mas a vida exposta à morte. Essa *zoê* incluída, como pensa a biopolítica, fica agora tanto incluída quanto excluída pelas estruturas políticas e jurídicas. Essa sensação sempre me acompanhou, sabia que a minha vida estava exposta à morte. Existe uma estrutura jurídica, mas não é aplicada. Talvez essa seja a relação política fundamental a que sempre estivemos expostos, sendo que para o preso, ela se revela de forma mais cruel.

A Modernidade era definida pelo professor Miroslav (2006) como “forma da identidade, da nivelção, mediocrização que apaga com as possibilidades da Diferença”. Quando, no ensaio *Política e Pluralismo*, discute o fenômeno da despolitização em confronto com pensadores

como Schmitt, Habermas e Marx, o professor Miroslav (2006) pontua que a “Modernidade é a afirmação da subjetividade e não da intersubjetividade”. E em outro trecho Miroslav (2006, p. 52) conclui: “A modernidade, aproximando o privado e a natureza à política, anunciará uma específica despolitização”.

Isso revela a despolitização, na qual o que interessa é só a economia, baseada no capitalismo, no funcionamento do sistema e na mera sobrevivência. A política se tornou praticamente uma técnica de mera manutenção do sistema, tomando o sentido de um puro funcionalismo. Para o sistema, o que interessa é seu funcionamento, independente das pessoas²⁹. Dentro do sistema penitenciário, eu percebi que não existe a busca pelos fundamentos das ações do Estado, especialmente ao tratamento destinado aos presos.

O professor Miroslav foi homenageado pelo grupo GTeia - Grupo de Trabalho de Envolvimento, Iniciativa Ambiental e Social com a publicação na revista Ágoras, na qual diversos dos seus ex-alunos e professores amigos escreveram sobre sua obra e vida. No artigo “A potência do direito e a abertura da imanência: uma reflexão sobre o jurídico com Miroslav Milovic³⁰, o professor Leonardo Monteiro Crespo de Almeida (2022), sintetiza o itinerário do Miro pelos estudos jurídicos:

(...) A cada etapa de sua exploração por esse domínio a preocupação frequentemente recaiu na maneira como os direitos contribuem para uma crítica das instituições, com especial atenção dada à interseção entre capitalismo e democracia liberal. Em um dos seus artigos mais insuspeitos no tocante a um questionamento crítico, sendo antes calcado em uma análise reconstrutiva, ‘Jusnaturalismo e Idealismo’, são vários os momentos em que Miroslav, recorrendo ao Habermas da Teoria da Ação Comunicativa, reitera a famosa tese da colonização do mundo da vida pelo sistema, ainda que de maneira um tanto quanto diversa daquela do filósofo alemão. (ALMEIDA, 2022, p. 88)

Milovic questionava Habermas no sentido de que a linguagem que Habermas sustenta ser a base de uma sociedade democrática não se realiza quando não existe a possibilidade do uso da linguagem e da comunicação. Invocava, para isso, a figura do testemunho que não sai dos campos, retratado por Agamben na figura do muçulmano, aqueles que se ajoelhavam no chão, paravam de se alimentar e falar, desistiam de viver.

Esses eram mortos nos campos e seus testemunhos nunca serão conhecidos. A verdadeira testemunha nunca dará a sua versão do que aconteceu. No mundo colonizado pelo capitalismo e dominado pela biopolítica, o professor destaca uma das maiores preocupações de Miroslav:

²⁹ Conclusões a partir da reflexão do professor Miroslav Milovic em sala de aula.

³⁰ Dossiê Miroslav Milovic. Direito como potência. Ágoras – Revista Eletrônica do GTeia. Fortaleza, fev. 2022. pp. 74/99.

Ainda que o cerne da comparação com Agamben tenha sido realizado por meio de Boris Pahor, neste artigo Miroslav se aproxima de uma certa reformulação da biopolítica que pode ser encontrada nos textos de Achille Mbembe, especialmente 'Necropolítica'. Esse ponto é importante na medida em que as condições de postulação e de reconhecimento dos sujeitos de direito são continuamente redefinidas à luz não apenas das bases da comunidade, como também introduzem uma delimitação das vidas que podem ser "matáveis" pelas autoridades estabelecidas, delimitação esta que se encontra relacionada, direta ou indiretamente, aos imperativos econômicos do capitalismo. (CRESPO, 2022, p. 91)

Milovic (2020) revela essa condição numa passagem de sua obra:

Abalados pela fome, ajoelhados na terra, parecem aos Muçulmanos rezando. Parecem vivos mortos. Isso é um retrato da vida exposta à morte. Nessa perspectiva, estamos longe do otimismo hegeliano que dispõe sobre a realização política da liberdade. Auschwitz, Gulag, Guantánamo. Ou ainda, os povos pobres do Terceiro Mundo. Também incluídos como excluídos. (MILOVIC, 2020, p. 390)

A grande preocupação do professor Miroslav eram as condições para realização da democracia. A diferença, o reconhecimento do outro e a possibilidade de surgir o novo no mundo era o que o professor acreditava, sem a exclusão de parcelas inteiras da população, como vemos na biopolítica moderna. Miro era um pensador da liberdade num sentido muito mais amplo, a liberdade de deliberar a respeito da própria vida, sem a colonização que o capitalismo impôs ao pensamento.

É preciso voltar a pensar, livre de essencialismos ou preconceitos e comprometido para que a democracia, talvez, um dia se realize. Não se pode dizer que existe Estado de Direito dentro do presídio com as inúmeras violações que lá ocorrem, tampouco fundamento democrático nessas ações.

Não pode ter fundamento uma ação violenta perpetrada pelos funcionários da prisão contra um interno. Violência que se estende a outros aspectos da vida, como as péssimas condições de alimentação, higiene e salubridade. O sistema penitenciário é o maior fornecedor de mão de obra para o crime organizado e a pena continua sendo aplicada na esperança da já desacreditada ressocialização.

As prisões funcionam como depósito de pessoas que quando saem, se veem em mais uma situação de abandono. Como ex-presidiário, a vida é cercada de dificuldades, sendo a primeira e mais importante, conseguir um trabalho lícito. Isso faz com que o próprio sistema se retroalimente num círculo perfeito, na maioria das vezes forçando o recém liberto a reincidir.

Um retrato desse abandono, logo após a liberdade, eu pude testemunhar com um grande amigo que conheci na prisão na ala B. Fizemos amizade alguns dias depois que ele chegou ao

pátio e com o tempo fiquei sabendo de sua estória. Não era a primeira vez que estava na Papuda, tinha muitos anos de cumprimento de pena em períodos intercalados.

O Pereira me falou da situação difícil que imaginava ter sido para a esposa e os filhos mais uma prisão. Ele nunca recebeu visitas enquanto eu estava na ala B. Quando comecei a gozar dos saidões, tentei contato com sua filha, que não foi receptiva comigo. Entendo que um colega preso não seja a melhor referência. Nos contatos que estabeleci, me foi dito que não tinham interesse nem em visitar, nem ao mesmo saber de sua situação. Levei essas informações até o Pereira, que no fundo achava que ia ser como nas outras vezes, tudo se resolveria após uma conversa.

Como progredi para o semiaberto com trabalho antes, já estava na rua quando o Pereira progrediu do regime semiaberto para o regime domiciliar. Acompanhava sua execução penal e quando foi designada sua audiência admonitória, avisei sua filha de que ele sairia naquele dia. Sabendo que a receptividade de sua família poderia não ser das melhores, fiquei atento ao meu telefone.

Quando estava chegando em casa depois do trabalho, recebi a ligação do Pereira, me avisando que estava na casa de sua filha. Me ofereci para ir buscá-lo, mas ele disse que no dia seguinte nós nos encontraríamos. Passados cerca de 20 minutos, recebi a ligação da filha, dizendo que seu pai tinha embarcado num coletivo, com destino à Rodoviária do Plano Piloto. Imediatamente, fui até a rodoviária, quando então o Pereira me ligou e nos encontramos. Ele estava vestido a caráter, todo de branco com chinelos de dedo. A filha tinha dito a ele que não poderia nem pernoitar na sua residência. Ele não tinha condições financeiras, pois tinha acabado de ser posto em liberdade.

Trouxe o Pereira para minha casa, onde ele ficou alguns dias, até que conseguisse providenciar uma quitinete para ele se instalar dignamente. Comprei os móveis necessários e alimentos. Ele conseguiu receber um dinheiro atrasado do INSS, pois estava em licença saúde quando foi preso e continua morando no mesmo local, próximo a minha residência.

Faz aproximadamente três anos que o Pereira está em liberdade e nunca conseguiu se aproximar da sua família, nem para rever o seu neto, por quem tem muito afeto e de quem sente muita falta. O mais paradoxal nessa estória é que a filha é extremamente religiosa, embora não demonstre com suas atitudes. Foi uma situação das mais tristes que eu acompanhei.

Até hoje ele não reincidiu, mesmo vivendo numa situação de aperto financeiro, tendo em conta que seu benefício é de apenas um salário-mínimo e ele paga o aluguel da quitinete. Tenho a sensação de que se eu não tivesse estendido a mão no momento que ele mais precisava, não sei se ele não se viria em uma situação em que a única alternativa seria retornar ao mundo do crime.

Tenho noção que essa estória se repete com muitos que são postos em liberdade. Alguns, depois de um tempo preso, nem conhecem o endereço onde os familiares residem devido a mudanças, fato comum de acontecer com quem aluga um imóvel residencial. O abandono é muito comum entre os ex-presidiários.

Diante de todas essas mazelas, é incompreensível a opção encarceradora das últimas décadas do século XX, que foi expandida e diversificada no exercício do poder punitivo, especialmente no Brasil. Semelhante a outros países, o sistema penal brasileiro ultrapassa os muros da prisão e aumenta as possibilidades de ação da disciplina.

O aumento das possibilidades de ação, como penas ou medidas alternativas, prisão domiciliar e monitoramento eletrônico, por exemplo, se desenvolve paralelamente ao encarceramento, não sendo afetada nem mesmo depois da constatação da falência das funções declaradas da pena privativa de liberdade. (PIRES, 2020, p. 21)

A prisão não só existe mesmo depois da constatação de sua ineficiência, como está no centro do sistema penal, sendo que no Brasil ela cresce e adquire contornos mais desumanos. Além da explosão carcerária decorrente da política proibicionista da guerra contra as drogas, primeira causa desse aumento de números de presos, existe um percentual elevado de presos sem condenação definitiva, os chamados presos provisórios.

A desumanidade das condições carcerárias se agrava com a superlotação, o que aumenta com o encarceramento massivo que presenciamos. Essas condições desumanas foram por mim presenciada durante os três anos que permaneci preso, exceto a superlotação que não foi minha realidade. Entretanto, ouvindo relatos dos internos que já tinham passado pelo meio, tive a noção dos efeitos perversos da superlotação. Em celas projetadas para 10 internos, chegavam a

ser colocados 33 presos. Isso tornava o ambiente desumano, com presos dormindo no chão, até em redes improvisadas e os chamados cangurus³¹.

As condições desumanas e perversas da prisão encontradas no Brasil e em países latino-americanos, não ocorre somente nessa região do mundo. Dano e sofrimento ocorrem em qualquer prisão.

A produção de dor é inseparável da atuação do poder do estado de punir. A própria ideia de pena é a ideia de sofrimento. O poder dado ao estado de punir é, em última análise, o poder de infligir sofrimento. (PIRES, 2020, p. 35)

Tenho em mente o real funcionamento de um estabelecimento penal, é necessário que consigamos compreender o real significado da privação de liberdade. Deixando de lado o preconceito, as ideias abstratas que privilegiam a “ordem”, a “segurança”, a “defesa da sociedade”, em detrimento da dignidade e da vida dos seres humanos concretos, que habitam as prisões. Devemos voltar nossos olhos, pensamento e sentimentos para o interior das grades da prisão.

É preciso abandonar a ilusão cruel que sugere que a paz só pode ser obtida à custa de mais e mais pessoas dentro de presídios. Deixar de lado a divisão entre “cidadão de bem” e criminosos, ou pior, de inimigos, que se olvida a igualdade essencial de todos os seres humanos.

A divisão entre presos políticos e presos comuns também perde o sentido, na medida em que toda prisão é o resultado de uma política que confere ao Estado o poder punitivo, ou seja, o poder de infligir sofrimento. Além do sofrimento, causa violência e promove a estigmatização, marginalização, desigualdades e discriminação, em especial na parcela da população em desvantagem social, que é o alvo principal da justiça criminal.

O sofrimento e dano causado pela prisão são inúteis. O poder punitivo do estado não protege nem as vidas, nem patrimônio, a ameaça da pena não inibe a conduta, que criminalizada pela lei penal, é etiquetada como crime. A tutela penal é colocada em dúvida, na medida em que a lei penal incriminadora nada protege, não evita a ocorrência das condutas criminalizadas, sendo mera imposição de sofrimento sem sentido.

Do mesmo modo, não traz alívio para a dor das vítimas do crime, servindo apenas para manipulação dessas dores e estímulo de sentimento de vingança. Entendi que a pena só

³¹ Canguru é como os presos chamam uma espécie de rede improvisada, que ao invés de ser presa em dois pontos distintos e distantes na parede, as duas extremidades da rede são presas no mesmo ponto. Isso faz com que se pareça com a bolsa marsupial de um canguru fêmea.

acrescenta mais dor e sofrimento aos danos causados pelo cometimento do crime, não contribui em nada para a pacificação social. As pessoas são levadas a pensar que prender seja a melhor solução, mas esquecem que esse presidiário um dia será colocado em liberdade e retornará ao convívio social.

A persistência da prisão demonstra como ainda temos que avançar na construção de um mundo em que a liberdade e os demais direitos humanos fundamentais de todo e qualquer indivíduo sejam realmente concretizados. Talvez rompendo as grades da prisão e libertando-as desse sistema penal, possa surgir um lugar onde a dignidade de cada indivíduo seja respeitada. A sociedade precisa repensar a necessidade das prisões, na sua real função que mostra o seu sucesso durante sua existência como exclusão e exposição dos presos à morte.

Diversas iniciativas discutem reformas que são louváveis, como a central de regulação de vagas, que funcionaria nos mesmos moldes que a central de regulação de vagas para as UTIs públicas. Só seria admitido o novo preso no caso de existência de vagas. Há iniciativas que defendem a compensação punitiva, em que cada dia de prisão equivaleria a três dias de cumprimento de pena, em razão das péssimas condições enfrentadas no cárcere.

Entendo que a prisão não atende às finalidades a que se propõe, de modo que é importante a pergunta se vale a pena manter um sistema ineficiente e oneroso para o Estado. Isso me leva ao abolicionismo penal, que é um pensamento que ocupa o cenário das políticas criminais alternativas nas sociedades capitalistas, a partir da década de 1970, num contexto de deslegitimação dos sistemas penais (ANDRADE, 2020, p. 43).

Isso se deu diante das desconstruções empíricas e teóricas, que demonstravam o fracasso da prisão, onde o centro se localizou na consolidação do paradigma do controle social e na revisão dos paradigmas da Criminologia, com consequência nas criminologias críticas centrais ou periféricas do planeta. O abolicionismo no Brasil é marcado por distorções que tentam deslegitimar suas propostas, ao vê-lo como um modelo monolítico, como se a referência ao abolicionismo levasse a um único lugar conhecido e uma dessas distorções.

A outra é pensar o abolicionismo como um modelo totalizador ou estático, acabado e pronto para ser colocado em prática, como se fosse possível dormir com a prisão e, no dia seguinte, acordar sem ela por força da abolição, compreendida assim como falta de controle social. Também existe a distorção de que, sem a prisão, o resultado seria o caos, o retorno ao estado de natureza, deixando a sociedade insegura. É visto também como resultado de um

pensamento inconsequente de setores menos importantes, não merecendo atenção ou espaço no ensino do Direito Penal, ou visto como uma invenção europeia, que não teria como ser implantada em um país como o Brasil, em razão dos contextos diferentes. Seria um reducionismo pensar o abolicionismo no singular, na medida em que ele designa tanto uma perspectiva teórica, quanto um movimento social complexo, com sentidos plurais e liberatórios do controle social.

Como perspectiva teórica, existem diferentes tipos de abolicionismos penais com diferentes fundamentações metodológicas para a abolição, a saber, entre seus principais protagonistas: a variante estruturalista do filósofo e historiador francês Michel Foucault; a variante materialista de orientação marxista do sociólogo norueguês Thomas Mathiesen; a variante fenomenológica do criminólogo holandês Louk Hulsman e poderia ser acrescentada a variante fenomenológico-historicista de Nils Christie. (ANDRADE, 2020, p. 46)

O abolicionismo é um processo de lutas locais, pois a política abolicionista requer um pensamento estratégico, cujo ponto de partida é uma situação concreta, e, portanto, local. Soluções estáticas e totalizadoras não se coadunam com o abolicionismo, não existe uma receita pronta que, sendo aplicada, vai fazer com que a cadeia desapareça de um dia para outro. O abolicionismo se faz da luta diária, na qual podemos exercer práticas abolicionistas cotidianamente, até mesmo sem saber, sempre que buscamos superar o modelo punitivo. O objeto do abolicionismo não é o fim do Direito Penal, mas do sistema penal em que o poder punitivo do Estado se institucionaliza.

Para a professora Vera Regina Andrade (2020), o sistema penal é a totalidade das instituições que operacionalizam o controle penal (Parlamento, polícia, MP, Justiça, prisão, etc), a totalidade das normas (constituição, leis penais, processuais penais e de execução penal, tratados e convenções internacionais, etc), dos saberes e categorias cognitivas (dogmática penal, processual penal, criminologia, medicina legal, políticas criminais) que programam e legitimam ideologicamente a sua atuação e os seus vínculos com a mecânica de controle social global (família, escola, universidade, mídia, mercado de trabalho, instituições financeiras, corporações, etc), na construção e reprodução da cultura e do senso comum punitivos que se enraízam, muito fortalecidamente, dentro de cada um de nós, na forma de microssistemas penais. (ANDRADE, 2020, p. 48)

Para os abolicionistas, a abolição não é simplesmente acabar com a figura da prisão, mas abolir a cultura punitiva e superar a organização cultural e ideológica do sistema penal, a

começar pela própria linguagem estereotipada e estigmatizantes de crime, autor, vítima, criminoso e periculosidade. Trata-se de destruir a própria linguagem que alimenta esse sistema e abolir a instituição prisão, substituindo-a por formas culturalmente novas de controle e punição.

Para responder à deslegitimação do sistema penal, o abolicionismo propõe abolições punitivas e sua substituição por formas alternativas de respostas a situações problemáticas.

Por detrás da deslegitimação do abolicionismo e das mitologias em torno dela criadas, por detrás do suposto estado de natureza emergente sob os escombros do sistema penal, reina o medo e o ódio (de classe, amalgamado com raça e gênero-sexualidade, na forma de esquadofobia, racismo, misoginia, homofobia) como produto cultural modelado pela sociedade burguesa, patriarcal, racista e heteronormativa; medo das ameaças aos corpos, à propriedade e à família dessa ordem. (ANDRADE, 2020, p. 51)

E prossegue a professora:

É que para entender o abolicionismo temos que entender onde está a pena, literalmente onde. Vez que a pena é a maior oferta na bandeja do poder punitivo neoliberal, seja na bandeja do encarceramento, seja na bandeja do extermínio ou genocídio direto ou indireto e que os sentimentos dominantes, a alimentar uma cultura punitiva revigorada, são o medo e sobretudo o ódio, a lógica bélica do amigo x inimigo e do silenciamento-expulsão do Outro; mais do que nunca, enfrentar a maior oferta na bandeja do poder é condição sine qua non de resgate democrático e humanista. (ANDRADE, 2020, p. 54)

Com a sensação de ter perdido três anos da minha vida sem sentido algum, pois nenhuma função razoável eu consegui enxergar dentro da prisão. A prisão me acompanha, é indissociável da minha compreensão como pessoa e da forma que enxergo o sistema de justiça criminal e a privação de liberdade.

Como último capítulo, escolhi o título “a saída”, como forma de revelar um sentimento que me acompanha até hoje. É muito claro, para mim, que essa experiência nunca me deixará. Desde o grito dos agentes até a batida forte das grades, quando as portas eram fechadas, são lembranças constantes. Também trago momentos bons de verdadeira amizade, aquela que só é facilitada quando compartilhamos o mesmo sofrimento.

Sinto como se a prisão não tivesse saído de mim depois desses quatro anos em que estou em liberdade. Talvez o fim da prisão seja uma saída mais inteligente e digna de luta. A utopia alargada do abolicionismo, com a saída da prisão da cena punitiva, talvez seja a verdadeira saída de um mundo aprisionado.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci Peloti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____; **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____; **Meios sem fim: notas sobre a política**. Tradução Davi Pessoa Carneiro. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.

_____; **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Tradução de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____; **O uso dos corpos**. Tradução Selvino J. Assmann. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Abolicionismos: vozes antipunitivista no Brasil e contribuições libertárias**. Organizador Guilherme Moreira Pires. Florianópolis: Habitus, 2020.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3.ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos, Rio de Janeiro: Editora Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Crítica da violência: crítica do poder**. Documentos de cultura, documentos de barbárie. São Paulo: Cultrix, 1986.

_____; **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. – 8ª. - Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. – (Obras escolhidas; v. 1).

DÜRKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins, 1996.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Tradução Wander Melo Miranda. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____; **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2019.

_____; **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____; **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

_____; **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____; **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4.ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. – 4ª.ed. Rio de Janeiro. LTC, 2021.

_____ ; **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução Dante Moreira Leite. – São Paulo: Perspectiva, 2015.

HANDBOOK OF AUTOETHNOGRAPHY. Jones SH, Adams TE, Ellis C, editors. **Walnut Creek: Left Coast Press**; 2013. 736 p. (Coleção Queer).

JONES, Stacy Holman; ADAMS, Tony E.; ELLIS, Carolyn. **Handbook of autoethnography.** Routledge, 2013.

KARAM, Maria Lúcia. **Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo.** Escritos Sobre a Liberdade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MILOVIC, Miroslav. **Comunidade da diferença.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____ ; **Despolitização: para uma outra diagnose política da modernidade.** in: BUENO, Roberto (Org.) Carl Schmitt hoje. São Paulo: Max Limonad, 2015. p. 479–491.

_____ ; **Necrópole da vida nua: paralelismos entre Agamben e Pahor.** Profanações, p. 387–392, 2020.

_____ ; **O vírus do capitalismo.** In: BUENO, Roberto. Tempos excepcionais: a pandemia e a era Covid-19. São Paulo: Max Limonad, 2021.

_____ ; **Ontologia e soberania: reflexões sobre Agamben e Negri.** Cadernos de Ética e Filosofia Política 18, 1/2011.

_____ ; **Política do messianismo: algumas reflexões sobre Agamben e Derrida.** Cadernos de Ética e Filosofia Política, 2011.

_____ ; **Política e Metafísica.** São Paulo: Max Limonad, 2017.

_____ ; **Política e pluralismo: considerações sobre Hannah Arendt e Chantal Mouffe.** Filosofia ou Política? Diálogos com Hannah Arendt, 2006.

_____ ; Dossiê Miroslav Milovic. Direito como potência. Ágoras – Revista Eletrônica do GTeia. Fortaleza, fev. 2022.

MORIN, Edgard. **Introdução à política do homem – argumentos políticos.** São Paulo: Editora Forense, 1969.

MOREIRA, Rômulo de Andrade; ROSA, Alexandre de Moraes. **Estupro, STF e Habeas Corpus n. 123.971: de quem é a legitimidade da ação penal instaurada depois da lei n. 12015/09?** Empório do direito. <https://emporiiodireito.com.br/leitura/estupro-stf-e-habeas-corpus-n-123-971-de-quem-e-a-legitimidade-da-acao-penal-instaurada-depois-da-lei-n-12-015-09>. Acessado em 06/08/2022.

OLIVEIRA, Mariana Heinen. **A visita vista por dentro: violência simbólica e violação de direitos enfrentadas pelos visitantes do sistema carcerário do Distrito Federal.** Monografia defendida para obtenção do título de Bacharel em Direito, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS, do Centro Universitário de Brasília – CEUB, 2022.

PIRES, Guilherme Moreira. **Abolicionismos: vozes antipunitivista no Brasil e contribuições libertárias.** Organizador Guilherme Moreira Pires. Florianópolis: Habitus, 2020.

PASSETI, Edson. **Abolicionismo penal libertário** – 1. ed. Rio de Janeiro. Pensamento criminológico; 26: Revan, 2021.

SAMPAIO, Thayse Edith Coimbra. **O incidente da suspensão de segurança como um dispositivo biopolítico: os povos originários afetados pela construção da UHE de Belo Monte**. 1.ed. – Curitiba: Apris, 2020.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político/ Teoria do Partisan**. Coordenação e Supervisão Luiz Moreira; tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

_____ ; **Teologia política**. Del Rey Livraria & Editora, 2008.

_____ ; **Legalidade e Legitimidade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO. **Nativo Relativo**. *Mana* [online]. **Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Contracapa, v. 8, n.1, 2002a.